UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARINA MARA MARTINS RODRIGUES VISIOLI

Comportamentos divergentes e delituosos autorrevelados em
adolescentes do sexo masculino estudantes de escolas particulares

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte
das exigências para a obtenção do título de Mestre em
Ciências, Área: Psicologia em Saúde e Desenvolvimento.

Ribeirão Preto
2017

MARINA MARA MARTINS RODRIGUES VISIOLI

Comportamentos divergentes e delituosos autorrevelados em
adolescentes do sexo masculino estudantes de escolas particulares

Versão original

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte
das exigências para a obtenção do título de mestre em
Ciências

Área de concentração: Psicologia em Saúde e
Desenvolvimento

Orientador (a): Dra. Marina Rezende Bazon

Ribeirão Preto

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Rodrigues-Visioli, Marina Mara Martins

Comportamentos divergentes e delituosos autorrevelados em adolescentes do sexo masculino estudantes de escolas particulares. Ribeirão Preto, 2017.

170 p. : il. ; 30 cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de Psicologia em Saúde e desenvolvimento

Orientador: Bazon, Marina Rezende

1. Adolescente em conflito com a lei 2. Comportamento antissocial 3. Delinquência autorrevelada 4. Engajamento infracional

Nome: Rodrigues-Visioli, Marina Mara Martins

Título: Comportamentos divergentes e delituosos autorrevelados em adolescentes do sexo masculino estudantes de escolas particulares

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

À memória de meu avô, Dalvo Rodrigues Rossi

À Helena e ao Augusto

AGRADECIMENTOS

À minha família. Aos meus pais, pelo apoio e incentivo de sempre. Aos meus avós, por tudo que são e foram em minha vida. A minha irmã, grande companheira. Ao meu marido, pelas boas energias de sempre... aos meus filhos por tornarem as coisas mais necessárias...

À minha orientadora: Marina Rezende Bazon. Pela oportunidade, pelas orientações, pelo ótimo exemplo de profissional que sempre foi...

Às minhas colegas de mestrado: Thaís, Manoella e Aline, pelas trocas e apoio mútuo...

RESUMO

Rodrigues-Visioli, M. M. M. (2017). **Comportamentos divergentes e delituosos autorrevelados em adolescentes do sexo masculino estudantes de escolas públicas. (Dissertação de Mestrado).** Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

A criminalidade é um problema recorrente de grande relevância, o engajamento delituoso de jovens é um fenômeno preocupante e alarmante, de acentuado impacto na sociedade. A população, em geral, tende a acreditar que os jovens estão cada vez mais perigosos e envolvidos no agir antissocial. Faz-se necessário a realização de pesquisas que desvendem a problemática e busquem alternativas e possíveis soluções. No âmbito internacional, os questionários de delinquência autorrevelada são considerados o método mais seguro para indicar a prevalência e frequência de comportamentos delituosos entre os jovens. O objetivo do presente estudo foi, em termos gerais, conhecer o comportamento divergente e delituoso de adolescentes estudantes de instituições de ensino privadas, investigando a associação do fenômeno a variáveis potencialmente relacionadas e ampliar pesquisa anterior realizada junto a jovens de instituições de ensino públicas. Participaram do estudo 324 adolescentes, do sexo masculino, estudantes de três escolas particulares. Foi aplicado o Questionário sobre Comportamentos Juvenis, um instrumento de autorrelato que aborda questões relativas à família, escola, rotina, pares, local de residência e comportamentos divergentes e delituosos. Os resultados indicaram que 60,80% da amostra relatou já ter praticado algum comportamento delituoso e 68,88% algum comportamento divergente. O comportamento delituoso mais frequente foi a lesão corporal, seguido de dano. Quanto aos comportamentos divergentes 52,5% dos adolescentes declararam já ter consumido bebidas alcoólicas. Os adolescentes foram agrupados em 5 clusters de acordo com o nível de engajamento criminal, concluiu-se que 11,11% dos jovens são responsáveis por 81% dos delitos revelados praticados nos últimos 12 meses. Esses são aqueles de engajamento mais grave e que se diferenciaram dos outros agrupamentos pela idade de primeiro delito, pela diversidade e volume de delitos praticados.

Palavras-chave: Delinquência autorrevelada. Adolescentes em conflito com a lei. Comportamentos antissociais.

ABSTRACT

Rodrigues-Visioli, M. M. M. (2017). **Self-Reported Delinquency of Private School's Young boys**. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

Criminality is a relevant social problem. Juvenile delinquency is a worrying and alarming phenomenon with many impacts on society. The population, in general, believes that young people are increasingly involved in antisocial behaviours. Studies about this, is necessary to looking for alternatives and possible solutions. In international level. Self-Reported delinquency are considered the best method to indicate the delinquency behavior's prevalence and frequency. The aim of the present study is to know the self-reported delinquency in private school's young boys; investigating the association of the phenomenon with potentially related variables and expanding previous research carried out with youngsters of public educational institutions. Thirty-four adolescents, male, private schools's students from three participated in the study. The Self Reported Delinquency was applied; it's a self-report questionnaire that investigating about family, school, routine, peers, place of residence and divergent and criminal behavior. The results indicated that 60.80% of the sample reported some delinquent behavior and 68.88% some problem behavior. The most frequent criminal behavior was hurt someone, followed by damage. Regarding divergent behaviors, 52.5% of adolescents reported having consumed alcoholic beverages. The adolescents were grouped into 5 clusters according to the level of criminal engagement, it was concluded that 11.11% of young people are responsible for 81% of de delinquency practiced in the last 12 months. These group (5) have more serious engagement and that differ from others, about age, diversity and frequency.

Keywords: Self-Reported Delinquency. Adolescents in conflict of the law. Antisocial Behaviour

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos estudantes das escolas públicas e privadas nos estratos socioeconômicos A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E	125

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Frequência e percentual de adolescentes participantes (n=324) por ano de escolaridade do 6ºano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio	89
Tabela 2 - Frequência e percentual de adolescentes (n= 324) distribuídos nos estratos socioeconômicos A1, A2, B1, B2, C1, C2 e D.....	90
Tabela 3 - Frequência e percentual de adolescentes (n=324) distribuídos segundo religião declarada.....	91
Tabela 4 - Sistematização das alterações efetuadas entre a 1ª versão e a Versão Revisada (2014) do Questionário sobre Comportamentos Juvenis.....	93
Tabela 5 - Descrição das alterações efetuadas nas categorias de perguntas na Versão Revisada (2014) do Questionário sobre Comportamentos Juvenis, com a exclusão ou com inserção de elementos/de questões	94
Tabela 6 - Prevalência e porcentagem de adolescentes que revelaram os comportamentos divergentes investigados.....	115
Tabela 7 - Prevalência e percentual de adolescentes que revelaram comportamentos delituosos, média e desvio padrão das idades do delito e média e desvio padrão da quantidade de vezes que os delitos teriam sido praticados nos últimos 12 meses	116
Tabela 8 - Médias e desvios-padrão da idade do primeiro delito, da diversidade de comportamentos antissociais, divergentes e delituosos revelados, e do número total de delitos no último ano (frequência).....	117
Tabela 9 - Distribuição em frequências e percentual de adolescentes, da amostra total (n=324), nos <i>clusters</i> formados	117
Tabela 10 - Frequências e porcentagens, nos <i>clusters</i> , da classificação dos adolescentes em relação ao estrato socioeconômico	118
Tabela 11 - Frequências e porcentagens, nos <i>clusters</i> , dos adolescentes que referiram ter e não ter atividade laboral	118
Tabela 12 - Proporção de adolescentes, nos clusters, que revelaram cada um dos comportamentos divergentes investigados	119
Tabela 13 - Proporção de adolescentes, nos clusters, que revelaram cada um dos comportamentos delituosos investigados	120

Tabela 14 - Médias e desvios-padrão da idade de prática do primeiro delito, da diversidade de comportamentos divergentes e delituosos revelados e do número total de delitos no último ano, em cada <i>cluster</i>	121
Tabela 15 - Apresentação das médias dos indicadores de nível de engajamento criminal por <i>cluster</i> e valores referentes à análise de variância entre os <i>clusters</i> , nas variáveis apresentadas	121
Tabela 16 - Distribuição das médias referentes ao nível socioeconômico dos participantes por <i>cluster</i> e valores indicativos da análise de variância	122
Tabela 17 - Análise de variância entre os <i>clusters</i> relativa às variáveis da categoria Família	122
Tabela 18 - Análise de variância entre os <i>clusters</i> relativa às variáveis da categoria escola..	123
Tabela 19 - Análise de variância entre os <i>clusters</i> relativa às variáveis da categoria tempo livre	123
Tabela 20 - Análise de variância entre os <i>clusters</i> relativa às variáveis de nível pessoal	124
Tabela 21 - Porcentagem de adolescentes, estudantes de escolas privadas e públicas, que revelaram comportamentos antissociais, divergentes e delituosos	125
Tabela 22 - Porcentagem de adolescentes, estudantes de escolas privadas e públicas, que revelaram cada um dos comportamentos divergentes investigados.....	126
Tabela 23 - Porcentagem de adolescentes, estudantes de escolas privadas e públicas, que revelaram cada um dos comportamentos delituosos investigados.....	127

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
1.1 Instrumentos de delinquência autorrevelada	28
1.2 Comportamentos divergentes e delituosos nos adolescentes segundo pesquisas com o método da Delinquência Autorrevelada	35
1.3 Ser estudante de escola pública ou de privada no Brasil: o que isto representa?	42
1.4 Comportamentos divergentes e delituosos autorrevelados em adolescentes e variáveis pessoais e sociais associadas - Levantamento bibliográfico	52
1.4.1 Comportamentos divergentes e delituosos autorrevelados por adolescentes e suas características pessoais/psicológicas	53
1.4.2 Comportamentos divergentes e delituosos autorrevelados em adolescentes e variáveis familiares	59
1.4.3 Comportamentos divergentes e delituosos autorrevelados em adolescentes e variáveis escolares	64
1.4.4 Comportamentos divergentes e delituosos autorrevelados em adolescentes e o tempo livre (rotina e pares)	66
1.4.5 Comportamentos divergentes e delituosos autorrevelados em adolescentes e o entorno social	69
1.5 Condição socioeconômica e atividades divergentes e delituosas na adolescência	71
1.6 Justificativas e objetivos	85
2 MÉTODO	89
2.1 Participantes	89
2.2 Instrumento	91
2.2.1 O referencial teórico e os constructos mensurados pelo instrumento	95
2.3 Aspectos éticos e procedimentos de coleta de dados	110
2.4 Procedimentos de análise de dados	111
3 RESULTADOS	115
3.1 Caracterização da amostra relativa aos comportamentos antissociais revelados	115
3.2 Estabelecimento dos <i>Clusters</i> a partir do nível de engajamento infracional	117
3.3 Caracterização dos <i>clusters</i> em relação aos comportamentos antissociais autorrevelados	119
3.4 Análise de variância	121
4 DISCUSSÃO	129

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	151

6 REFERÊNCIAS.....	153

ANEXOS.....	163

ANEXO 1 - CAEE 39023014.8.0000.5407	163

ANEXO 2 - TERMO DE ASSENTIMENTO DIRIGIDO AOS ADOLESCENTES	164

ANEXO 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	166

ANEXO 4 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – BANCO DE DADOS.....	168

1 INTRODUÇÃO

A produção de informação de natureza quantitativa envolvendo acontecimentos criminais é constante no Brasil e em outros países; idealmente, essa estatística criminal deve gerar conhecimento sobre a realidade e, posteriormente, orientar políticas públicas de prevenção e de redução da criminalidade, propiciando aumento da segurança pública (Lima, 2005).

A preocupação em “contabilizar crimes e criminosos” é verificada no Brasil desde o período histórico do Império; nessa época, a maneira de se produzir estatística estava relacionada à lógica burocrática e positivista. O resultado final era um montante de dados desintegrados e insuficientes para sanar a necessidade de seus usuários e promover reflexão sobre os serviços policiais e de justiça. Ao longo do tempo, esforços foram feitos no sentido de definir regras de classificação e de sistematização dos dados, de modo que, no século XX, o processo de produção das estatísticas refina-se com vistas a poder auxiliar no estabelecimento de pautas políticas, tendo por base as demandas observadas. Neste quadro, surgem os Boletins Individuais (BI), na década de 30, com o objetivo de armazenar dados sobre criminosos, de forma longitudinal, integrando estatísticas de origem policial e judicial, e esses se tornam a base da estatística judiciário-criminal (Lima, 2005).

A produção das estatísticas criminais foi se incrementado, a partir da década de 1980, com a redemocratização política, considerando o ideário da transparência e da inovação tecnológica, o que afetou as formas de armazenamento e de publicação de dados. Antigos usuários de dados sobre criminalidade, como as universidades, a imprensa jornalística e ONGs, passaram a, também, os produzir, e esses se tornaram mais disponíveis ao público (Lima, 2005).

Mesmo diante de todos esses avanços, as informações geradas, baseadas em dados pouco integrados, não permitiram análises aprofundadas de modo a efetivamente contribuir para a elaboração de conhecimentos mais sólidos na área (Lima, 2005; Peixoto, Lima & Durante, 2004). Boa parte da atividade, por exemplo, reduz-se à apresentação de rankings de crimes, ano a ano, e isso não necessariamente incrementa o debate público sobre a problemática criminal. Ao contrário, reforça ideias preconcebidas sobre a violência criminal, gerando sensação de insegurança (Adorno, Bordini & Lima, 1999; Lima, 2005; Goertzel & Kahn, 2009; Adorno & Pasinato, 2010) e, por vezes, estigmas sobre os criminosos, que em nada contribuem para a proposição de políticas públicas, já que essas são, muitas vezes, interrompidas mediante a divulgação de novos dados ranqueados a respeito da criminalidade

(Peixoto et al., 2004). Peixoto et al. (2004) afirmam que é necessário ultrapassar, nessa área, a construção de indicadores e estatísticas criminais desarticulados das políticas públicas, para tanto, é necessário que se invista na adoção de metodologias mais sofisticadas. Para esses autores é um desafio encontrar dados qualitativos e quantitativos de qualidade e, há ainda uma escassez de políticas que integrem as informações da justiça criminal e da segurança pública, apesar dos esforços para gestão e tratamento de estatísticas criminais.

Diante desses questionamentos, Peixoto et al. (2004) analisaram uma metodologia capaz de descrever as diferenças regionais de crimes e violência. Os autores consideraram as dimensões espaço e tempo na análise dos dados criminais divulgados pela Secretária Nacional de Segurança Pública e compararam, assim, a criminalidade registrada em determinada região com aquela registrada no território nacional, de forma a analisar às taxas de crescimento do fenômeno, ao longo do tempo. Em relação a crimes letais intencionais, os resultados apontaram, considerando as 27 unidades da federação brasileira, que 15 estados apresentaram média de incidência de crimes abaixo da média ponderada nacional; desses, sete apresentaram decréscimo da taxa no período analisado; entre os 12 com média de incidência acima da média nacional, também se observou decréscimo da taxa em cinco. Para crimes violentos não letais contra a pessoa, apenas seis estados apresentaram média acima da nacional; desses, quatro apresentaram redução da taxa de incidência de crimes. Dos 21 estados com média inferior à média nacional, cinco teriam tido redução das taxas ao longo do tempo. Em relação a crimes violentos contra o patrimônio, sete estados apresentaram média acima da nacional, sendo que em apenas um deles teria havido redução da taxa de crimes, ao longo do tempo. Quanto aos que apresentaram média inferior à nacional, em cinco deles se teria observado redução da taxa de crimes no período investigado.

Em suma, concluíram que o aumento da taxa de incidência criminal não aconteceu de maneira generalizada pelo Brasil, visto que muitas unidades da federação, apesar de apresentar taxa de crimes superior à média nacional, apresentaram decréscimo dessa média, ao longo do tempo analisado (Peixoto et al., 2004).

Os autores Goertzel e Kahn (2009) também realizaram análises sobre taxas de criminalidade, focalizando a cidade de São Paulo e o estado de São Paulo. Eles buscaram relacionar as taxas de homicídios e as taxas de outros crimes na cidade e às do estado de São Paulo, além de analisar a influência de outros fatores no panorama dos homicídios. Os resultados indicaram que a taxa de homicídio, entre janeiro de 2001 e junho de 2008, na cidade de São Paulo, declinou. No entanto, esta redução não se fez acompanhar, sempre, da redução da taxa de outros crimes violentos. E, ainda, a incidência de crimes foi

consideravelmente diferente entre as unidades da federação. Os autores concluem defendendo que a legislação é importante no combate à criminalidade, quando associada a estratégias de polícia, e que algumas medidas são capazes de reduzir crimes letais sem que se espere, antes, a resolução de complexos problemas socioeconômicos (Goertzel & Kahn, 2009).

Focalizando um município específico, Cascavel – PR, Romão e Wadi (2010) analisaram taxas de criminalidade por meio da técnica estatística de Análise Exploratória de Dados Espaciais, a qual permite verificar diferenças de incidência de determinado fenômeno em espaços distintos. Assim, descreveram espacialmente os homicídios na cidade estudada e testaram uma possível correlação entre este crime e os indicadores socioeconômicos, assim como os de infraestrutura e de serviços urbanos municipais. Os resultados demonstraram que a ocorrência de homicídios não se distribuiu de forma uniforme pelo município analisado, estando a problemática concentrada em bairros caracterizados por carência socioeconômica e de infraestrutura urbana (Romão & Wadi, 2010).

Gadelha Cardoso, Cecchetto, Corrêa e Souza (2016), nessa direção, investigaram o cenário e possíveis mudanças, ao longo do tempo, nas taxas de criminalidade do município do Rio de Janeiro e no AISP 16 – Área Integrada de Segurança Pública, que compreende o conjunto de bairros com menores IDH na cidade do Rio de Janeiro -, assim como no estado como um todo. Os autores focalizaram os crimes de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida morte, auto de resistência (homicídios cometidos por policiais em situação de conflito), óbito de policiais em serviço, desaparecimento de pessoas e identificação de cadáveres, entre os anos de 2002 e 2013. Os dados utilizados foram aqueles disponibilizados pela Secretária de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, por meio da página eletrônica do Instituto de Segurança Pública do Estado de Rio de Janeiro (ISP-RJ).

Considerando todas as categorias analisadas, apenas a taxa de “pessoas desaparecidas” apresentou aumento, ao longo do período analisado, nos três espaços analisados, embora na AISP 16, a tendência de aumento não pôde ser considerada significativa. Quanto à categoria “homicídio doloso”, essa apresentou padrão declinante nos três espaços, embora na AISP 16 o dado também não tenha permitido uma interpretação conclusiva sobre a significância deste declínio. Ainda sobre essa localidade específica, o estudo apontou que em relação à categoria “auto de resistência”, a região apresentou taxas e medianas que superaram as do estado e do município em todo o período analisado, com tendência de declínio significativo entre os anos 2007 e 2013 (Gadelha Cardoso et al., 2016;).

Observa-se, nesse sentido, que a evolução das taxas de crimes não ocorre de maneira uniforme. Análises estatísticas recentes, que buscaram superar a divulgação de dados

criminais pouco sofisticados, indicam ora o decréscimo, ora o aumento, ao longo do tempo, de crimes específicos; e que a incidência da criminalidade está associada a características territoriais (Gadelha Cardoso et al., 2016; Goertzel & Kahn, 2009; Peixoto et al., 2004; Romão & Wadi, 2010). Contudo, os noticiários jornalísticos tendem a dramatizar os crimes violentos, contribuindo para propagar a imagem de um país cada vez mais criminalizado e perigoso (Goertzel & Kahn, 2009). Nesse cenário, as especulações públicas atribuem aos adolescentes o aumento aparente da violência (Adorno et al., 1999). Em busca de esclarecer sobre a participação dos adolescentes nas taxas de crimes, estudos antigos e atuais analisaram dados estatísticos oficiais sobre essa participação.

Adorno et al. (1999) implementaram estudo a fim de comparar a participação de adolescentes em ocorrências policiais na cidade de São Paulo (SP) em dois períodos: entre os anos de 1988 e 1991; e entre os anos de 1993 e 1996. Para tanto, os autores consultaram dados oficiais de Varas Especiais da Infância e da Juventude. Foi identificado aumento percentual das infrações de lesão corporal e roubo e diminuição dos casos de furtos, embora essa diferença não tenha sido significativa. As ocorrências de infrações contra patrimônio aumentaram de 49,5% do total para 51,1%, entre os períodos estudados; em meio a este tipo de infração, o roubo passou a ser o mais cometido pelos adolescentes, indo de 15,6% do total de ocorrências para 19%, e o furto regrediu de 23% para 18,4%. O uso e porte de drogas, infrações que não apareciam no primeiro período, somaram 4,3% das ocorrências no segundo período; o tráfico de drogas, por sua vez, aumentou de 0,7% para 2,9%. As ocorrências referentes à lesão corporal também aumentaram de 6,8% para 11,7%.

Silva (1999), em seu turno, analisou 2.377 processos de adolescentes que tiveram passagens pelo Sistema da Infância e Juventude da cidade de Ribeirão Preto- SP, entre os anos de 1984 e 1996, com a intenção de verificar as mudanças relativas ao número e ao tipo de infrações, após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8069/90), em 1990. Identificou um aumento de 163,97% do número de processos contra adolescentes, considerando que a população de 10 a 19 anos, no mesmo período, cresceu apenas 26,94%. As infrações contra patrimônio foram as mais frequentes (40,88%) durante todo o período pesquisado, seguidas pelas contravenções penais (27,73%) e pelas infrações contra pessoa (15,18%). Mais especificamente, durante o período, furto e falta de habilitação ao dirigir foram às infrações mais frequentes; essas, porém, apresentaram diminuição, nos processos, enquanto infrações mais graves como homicídio, tráfico de entorpecentes e porte de arma cresceram, apresentando variação de, respectivamente, 0,13% a 2,04%; 0,54% a 4,86% e 0,67% a 4,81% no total dos processos pesquisados, no período.

Toledo (2006) analisou 2.432 prontuários do Núcleo de Documentação de Adolescentes pertencentes à FEBEM-SP (atual Fundação CASA), referentes aos anos de 1950, 1960, 1979, 1985, 1995, 2000, 2001 e 2002. Para cada ano, foram analisados 10% do montante total de prontuários, com exceção do ano de 1950, em que todos foram analisados. Os dados coletados foram submetidos a cálculos de frequências e porcentagens, cálculos de taxa por 100 mil habitantes e análises de tendências. Os resultados confirmaram a tendência de crescimento na taxa de participação de adolescentes em infrações, sobretudo em ações atinentes a crimes contra a saúde pública (porte e venda de drogas ilícitas) e em crimes contra o patrimônio, especificamente o roubo. Entre 1985 e 1995 observou-se o maior aumento na participação de adolescentes, indo de 19,6 para 100,4 por 100.000 habitantes.

O Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP – RJ, 2016a), a fim de verificar, principalmente, a existência ou não de mudança na conduta de infratores após a maioridade penal, analisou as apreensões em flagrante ocorridas entre os anos de 2010 e 2014, utilizando como dados os registros de ocorrências da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. No relatório publicado, consta que, entre 2010 e 2014, 52,4% do total das autuações em flagrante envolviam jovens de faixa etária entre 15 e 24 anos, e 20,9% adolescentes com idades entre 12 e 17 anos. Sobre a trajetória criminal dos apreendidos, os dados permitiram concluir que a atividade criminal se acentua aos 15 e aos 16 anos, e atinge um pico aos 17 anos, caindo na terceira década de vida. As idades de transição para a maioridade penal, 17 e 18 anos, representaram, respectivamente, 7,6% e 6,8% do total de autuações realizadas. Diante da ausência de queda brusca nas apreensões nessas idades, os dados sugerem que a maioridade penal não desestimula o comportamento criminal.

Com relação aos tipos de crimes por idade, no relatório do ISP-RJ indica-se que aos 12 e 13 anos a infração mais comum é “crime contra o patrimônio”, e que a partir dos 14 anos passa a prevalecer o “envolvimento com drogas”, sendo que até os 25 anos mais da metade das autuações se deve a esses dois tipos de crime. O “envolvimento com drogas” representou 43,3% de todas as autuações de adolescentes, sendo o tipo de crime mais comum para essa faixa etária. Por fim, os dados avaliados permitiram estimar que entre os anos analisados a taxa de reinfância, que se refere a autuação em flagrante de uma mesma pessoa mais de uma vez (o termo reincidência requer o julgamento e privação de liberdade, antes da segunda infração), esteve entre 17,3% a 34,6%. Para adolescentes entre 16 e 17 anos, a taxa foi de 35% (ISP-RJ, 2016a).

Em outra publicação do ISP-RJ (2016b), os dados estatísticos de criminalidade do Estado do Rio de Janeiro foram utilizados para analisar as taxas de criminalidade e de

atividade policial no estado, entre os anos 2013 a 2015. No que diz respeito aos adolescentes em conflito com a lei, foi observado um crescimento continuado das taxas ao longo da série histórica. No ano de 2010, 2.806 adolescentes foram encaminhados ao sistema socioeducativo, ao passo que em 2015 os encaminhamentos aumentaram para 10.262, ressaltando-se que esses dados se referem apenas aos adolescentes apreendidos, não compreendendo aqueles que foram tão somente conduzidos à Delegacia de Polícia (ISP, 2016b).

No que concerne ao estado de São Paulo, é possível ainda extrair informações relativas a atos infracionais na página eletrônica da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSPSP) (<http://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Default.aspx>), na qual se publica os dados criminais obtidos junto às polícias, mensalmente. No que se refere aos adolescentes em conflito com a lei, são disponibilizados o número de infratores apreendidos em flagrante, o número de infratores apreendidos por mandado e o número de autos de apreensão, referente ao artigo 173 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8069/90), que prevê que em caso de flagrante de atos infracionais cometidos mediante violência ou grave ameaça à pessoa, a autoridade policial deve lavrar auto de apreensão. Observando os dados dos anos 2012 a 2015, em termos de números absolutos, houve aumento constante do número de registros dessas ações policiais no estado. Foram contabilizados 12.392 autos de apreensão no ano de 2012 e 16.676 em 2015; o número de infratores apreendidos em flagrante e por mandado foram, respectivamente, 15.017 e 2.812 em 2012 e 20.355 e 5.148 em 2015 (SSPSP, 2016).

Embora as informações estatísticas desses estudos ou relatórios elaborados com base em dados oficiais assinalem que, ao longo do tempo, a participação de adolescentes em práticas delituosas aumentou, Peixoto et al. (2004) alertam que isso, talvez, decorra da influência de outros fatores e não represente um real aumento da incidência de crimes praticados pelos jovens. Nessa direção, Adorno et al. (1999) e Toledo (2006) destacam que a utilização exclusiva de dados oficiais é um viés de seus estudos, pois tais dados tendem a refletir mais propriamente a atividade das agências de controle que o fenômeno em foco. Ambos os autores sublinham ainda a importância de mais investigações na área, visando pesquisar as características do fenômeno da delinquência juvenil de forma mais ampla.

A Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (2011) reitera que os dados oficiais são uma representação do processo social de notificação dos crimes; eles possuem, portanto, limitações de confiabilidade e de validade e devem ser interpretados com parcimônia. Descreve, ainda, que os crimes que fazem parte das estatísticas oficiais passam

por três etapas (1) detecção, (2) notificação às autoridades policiais e (3) registro de Boletim de Ocorrência (BO). Lima (2005) explica que apenas os crimes relatados às unidades administrativas da Polícia Civil, por meio do Boletim de Ocorrência (BO), tornam-se dados conhecidos oficialmente pelo Estado. Uma parcela importante de crimes não é denunciada ou não se transforma em relato oficial, uma vez que são resolvidos entre vítimas, agressores e autoridades, constituindo a “cifra negra” do crime.

Ademais, muitos infratores/criminosos não são identificados ou investigados pela polícia, ainda que exista registro de seus atos. Segundo Adorno e Pasinato (2010), após analisarem o fluxo dos Boletins de Ocorrência de um Distrito Policial da cidade de São Paulo, uma parte considerável dos BO's lavrados não se converteram em Inquérito Policial. Segundo os dados analisados pelos autores, apenas 5,5% dos BO's foram considerados e possibilitaram investigações dos suspeitos e apreensões. Ressaltam que as investigações geralmente se dedicam a crimes de agressores que já possuem passagens pelo sistema policial/judicial, considerando que a autoria conhecida é um dos fatores mais relevantes para o fluxo contínuo do Boletim de Ocorrência (Adorno & Pasinato, 2010). Esse contexto descrito impede que características mais gerais dos crimes e de seus autores sejam amplamente conhecidas.

Assim, argumenta-se que o aumento criminalidade, visualizado por meio de estatísticas oficiais, não indica necessariamente que a segurança pública piorou, visto que em locais em que a cifra negra é alta, o aumento das notificações criminais indica melhora na credibilidade e na produtividade policial, e não necessariamente das taxas de violência criminal (SSPSP, 2011).

Em se tratando especificamente dos jovens, Toledo (2006) coloca que há incertezas quanto aos critérios utilizados para apreensão de suspeitos, ou seja, é possível que muitos adolescentes que cometem delitos não sejam apreendidos devido à vieses inerentes à prática dos agentes. Nos Estados Unidos, segundo Krohn, Thornberry, Gibson e Baldwin (2010), os jovens que entram para o Sistema de Justiça Juvenil são claramente selecionados em função de determinadas características relacionadas à raça e à condição socioeconômica que motiva suas apreensões.

É interessante mencionar, portanto, que algumas pesquisas sobre engajamento infracional de adolescentes, baseadas em dados oficiais, acabam por supervalorizar as características daqueles que são geralmente apreendidos e a natureza do comportamento infracional desses. Gazignato (2006) e Toledo (2006), por exemplo, ao utilizarem dados dos prontuários arquivados da FEBEM de São Paulo (atual Fundação CASA) incluíram em suas amostras apenas os adolescentes apreendidos e, provavelmente, aqueles envolvidos em delitos

considerados mais graves, já que cumpriam medidas judiciais mais severas (Liberdade Assistida, Semi-Liberdade e Internação) (Toledo, 2006).

Desse modo, embora as séries estatísticas oficiais sejam indicadores seguros das tendências e evoluções criminais, especialmente quando abarcam um período de tempo longo (Lima, 2005), essas estão longe de serem representativas do fenômeno em si, tal qual se dá na comunidade, permitindo, no caso dos adolescentes, caracterizar tão somente aqueles que são apreendidos pela polícia (Krohn et al., 2010). O fato de que os dados que não constam em registros oficiais têm potencial para modificar as estatísticas sobre o fenômeno em foco, especialmente no que concerne aos adolescentes, emergiu da aplicação dos primeiros instrumentos de delinquência autorrevelada, por meio dos quais sonda-se, junto a jovens da população geral, garantindo-lhes o anonimato, seus comportamentos antissociais, incluindo delitos em relação aos quais não se fizeram apreender pela polícia e/ou processar pela justiça. O primeiro estudo com esse método, de que se tem notícia, foi realizado por Porterfield, em 1943, nos Estados Unidos, dando início a uma série de investigações científicas visando conhecer as características dos delitos praticados por jovens, os fatores relacionados aos diferentes padrões de comportamento delituoso, bem como visando validar os instrumentos de autorrelato, instituindo uma metodologia baseada em ferramentas e em procedimentos cientificamente comprovados (Krohn et al., 2010).

1.1 Instrumentos de delinquência autorrevelada

Cozby (2003) define os instrumentos de autorrelato como ferramentas utilizadas em pesquisas de levantamento em que os respondentes fornecem informações sobre eles próprios. De maneira geral, o objetivo da aplicação é a obtenção de dados sobre comportamentos emitidos, no passado e no presente, atitudes, crenças e características sociodemográficas (Cozby, 2003).

Na Criminologia, esse método tem sido desenvolvido e aplicado há décadas, em diversos países da Europa e da América do Norte. Em relação à delinquência juvenil, os instrumentos – ora entrevistas estruturadas, ora questionários – referem-se basicamente à estratégia de realizar um levantamento junto aos jovens no qual lhes é perguntado – de forma privativa e de maneira não estigmatizante – sobre sua possível participação em atividades que implicam em violação da lei (Barberet et al., 2004). Os dados obtidos por meio da aplicação desses questionários ajudam a constituir um conhecimento mais amplo e de caráter

sistemático sobre o fenômeno investigado (Barberet et al., 2004; Castro, Cardoso & Agra, 2010; Painter & Farrington, 2001).

Farrington (2001), Enzmann et al. (2010) e Krohn et al. (2010) afirmam que o método da delinquência autorrevelada é o esteio de pesquisas sobre delinquência juvenil, sendo, na atualidade, a técnica mais utilizada para essa finalidade. Verificou-se que o seu emprego é essencial para incrementar e/ou ultrapassar o conhecimento produzido por meio de dados oficiais referentes às infrações e às vitimizações, bem como sobre os adolescentes e os diferentes níveis de engajamento infracional. Farrington, Loeber, Stouthamer-Loeber, Kammen e Schmidt (1996) salientam que se trata de um método significativo e substancial e, ainda que apresente maior acurácia para investigar o comportamento atual, possui capacidade, inclusive, para prever comportamento infracional futuro tendo por base o momento de início, a frequência e as características dos delitos autorrevelados. As informações produzidas por meio deste método impactaram o panorama das teorias atinentes ao fenômeno, ao produzirem informações acerca dos fatores de risco e dos mecanismos relacionados à etiologia dos comportamentos.

Apesar das visíveis vantagens observadas a partir do uso deste tipo de instrumento, os efeitos da desejabilidade social nas respostas oferecidas, o esquecimento ou o exagero, são limitações apontadas como comprometedoras da validade dos resultados obtidos (Farrington, 2001; Krohn et al., 2010).

Focalizando um instrumento em específico, o *Self-Reported Delinquency Scale* (SRD-scale), do qual se origina o questionário usado no presente estudo, elaborado conjuntamente por pesquisadores de diferentes países, por ocasião do *Internacional Self Reported Delinquency-I* (ISRDI), estudo realizado com o objetivo de avaliar a prevalência e a frequência dos comportamentos delituosos praticados por jovens, em realidades distintas, verificou-se que ele possuía boa consistência interna (fidedignidade), mas apresentava alguns problemas de validade que deveriam ser sanados com a devida adaptação do instrumento para os variados contextos de aplicação (Junger-Tas, 1994a). Piquero, Macintosh e Hickman (2002) testaram as propriedades metodológicas do SRD-scale e alertaram para o uso indiscriminado do instrumento, sem critério e rigor metodológico. Afirmaram que seu emprego em amostras populacionais de diferentes localidades, idades e gênero, tornava imprescindível as adaptações necessárias para cada situação e contexto. Apesar das críticas apontadas, os autores reforçaram que a metodologia do autorrelato é possivelmente a melhor maneira dos pesquisadores alcançarem objetivos descritivos e etiológicos relativos à

delinquência juvenil. Destaca-se que o SRD-scale é utilizado em muitas pesquisas, em diferentes realidades socioculturais.

Outro instrumento específico, o *Cuestionario de Conducta Antissocial* (CCA), foi focalizado no estudo de Luengo, Otero, Romero, Gómez-Fraguela e Tavares-Filho (1999), com vista a verificar suas propriedades psicométricas e a validade transcultural, tendo por base dados de amostras de adolescentes brasileiros e espanhóis. A pretensão dos autores era reanalisar os itens do questionário, selecionando aqueles essenciais para discriminar jovens infratores de não infratores. Participaram da pesquisa 393 adolescentes, do sexo masculino, com idades entre 12 e 18 anos, recrutados em duas cidades, no Brasil e na Espanha. Na cidade de Manaus-AM, no Brasil, foram compostos três grupos de participantes, 80 jovens escolares de escola pública de ensino profissional, 113 institucionalizados por praticarem infrações e 107 escolares provenientes de bairros periféricos, com características socioeconômicas semelhantes aos institucionalizados. Na cidade de Galícia, na Espanha, foi composta uma amostra de 93 participantes institucionalizados em centros juvenis e centros penitenciários. A versão original do instrumento utilizado era composta por 82 itens que avaliavam cinco dimensões de condutas antissociais: vandalismo contra a propriedade privada e pública (15 itens); roubo (19 itens); agressão a pessoas (15 itens); comportamentos contra normas sociais (12 itens) e consumo e problemas com drogas (21 itens). Para cada comportamento o respondente devia assinalar, em uma escala *Likert* de quatro pontos, a frequência, durante o último ano, com que teria praticado a ação descrita em cada item. O Questionário final foi formatado com 60 itens, em relação aos quais se obteve, para a amostra total, altos índices de confiabilidade, 0,99 e 0,97, respectivamente nos testes alpha de Cronbach e split-half de Guttman. O total dos itens foram divididos nas subescalas vandalismo e agressão com 10 itens, roubo com 16 itens, comportamentos contra normas sociais com 13 itens e consumo de drogas com 11 itens. Os índices alpha de Cronbach foram, respectivamente, para essas subescalas, 0,94, 0,94, 0,97, 0,95 e 0,95 e os índices split-half de Guttman, respectivamente, 0,92, 0,91, 0,96, 0,93 e 0,93. Esses resultados indicaram que os itens selecionados possuem boas propriedades psicométricas e podem ser utilizados em estudos transculturais.

Jolliffe, Farrington, Hawkins, Catalano, Hill e Kosterman (2003), também preocupados com a validade dos questionários de delinquência autorrevelada, quando aplicados em indivíduos de diferentes etnias, sexo e condições socioeconômicas, compararam os resultados de delinquência autorrevelada (obtidos por meio um questionário elaborado pelos autores que investigava a prevalência de três categorias de comportamentos antissociais:

contra propriedade, violências e uso de drogas) e dados oficiais. A amostra da pesquisa foi composta por 808 adolescentes, de 11 a 17 anos, participantes de uma pesquisa de levantamento longitudinal. Com relação aos dados oficiais, o método do autorrelato demonstrou validade de critério preditiva e concorrente. No entanto, a validade foi maior para delitos de roubos e uso de drogas, mas não foi significativa para roubo ou furto de veículos. Quanto à etnia, a validade foi maior para brancos se comparados aos asiáticos, e muito baixa para mulheres asiáticas. Em relação ao sexo, a validade foi mais robusta para o sexo masculino. Embora pesquisas anteriores tenham encontrado baixa validade para homens negros, o estudo apontou resultados contrários, indicando alta validade para a amostra com esse perfil. Os autores sugerem que o instrumento não é sensível para mulheres asiáticas devido a aspectos relacionados à cultura. No que se refere às condições socioeconômicas, concluiu-se que o instrumento mantém sua validade para diferentes grupos nesse aspecto, já que, uma vez controlada a variável nível socioeconômico, as diferenças de validade observadas em relação à etnia e ao sexo permanecem iguais.

Outro estudo a ser destacado sobre qualidades psicométricas de um instrumento de autorrelato, desenvolvido para pesquisar a delinquência juvenil, é o de Banãres et al. (2010), no Chile. Na publicação em questão, os autores apresentam o instrumento por eles desenvolvido, o Questionário de Autorrelato do Comportamento Social (CACSA), e os dados que confirmam a validade do CACSA, sua capacidade de distinguir adolescentes infratores dos convencionais, e de avaliar e mensurar condutas delituosas. A diferença nos dados obtidos junto às amostras de adolescentes convencionais e junto às de adolescentes em conflito com a lei foi estatisticamente significativa, assim como a diferença nos dados de adolescentes em conflito com a lei apresentando diferentes trajetórias infracionais, sendo essas analisadas a partir de dados oficiais. Os pesquisadores aproveitam para sublinhar o quanto o método do autorrelato é amplamente utilizado na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá e a necessidade de que pesquisas na mesma direção sejam realizadas na América Latina. Nesse sentido, é interessante ressaltar que Agências que financiam pesquisas e órgãos de segurança dos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Portugal e Alemanha, reconhecendo a importância em ampliar o conhecimento sobre o fenômeno da delinquência, têm investido maciçamente em estudos com esse método (Farrington, 2001; Loeber, Slot, Laan & Hoeve, 2008).

Em se tratando da estrutura dos instrumentos em discussão, Enzmann (2013) investigou o impacto de diferentes modelos de questionários de delinquência autorrevelada nos resultados de prevalência e de frequência de comportamentos delituosos. O autor comparou os resultados obtidos com a aplicação do questionário empregado no *Second*

International Self-Reported Delinquency Study (ISRD-2), na sua versão longa, e os resultados obtidos com a aplicação do mesmo questionário em uma versão curta, contendo apenas duas perguntas por delito, uma de prevalência e outra de frequência do comportamento, no último ano, resumindo todos os itens em uma única página. As análises indicaram que a taxa de prevalência e de frequência no último ano de delitos leves foi maior quando usado o modelo curto de questionário. Já a taxa de itens não respondidos foi maior no modelo curto, quando mensurada a frequência de delito no último ano. Por fim, detectou-se que o nível de delitos não revelados foi maior no questionário longo. Acredita-se que um dos fatores que modifica a forma de resposta é o fato de o respondente saber, no caso dos questionários longos, que caso responda “sim” terá de responder várias questões, na sequência (Enzmann, 2013).

Outro aspecto metodológico focado nos estudos, diz respeito ao tempo utilizado para coletar as informações junto à amostra estudada. Os estudos transversais, como o presente, indivíduos com diferentes idades são estudados em um único ponto no tempo, sendo este o método mais frequentemente utilizado, devido às vantagens econômicas e à rapidez com que fornece os dados investigados. Os estudos longitudinais acompanham os indivíduos ao longo do tempo, isto é, o mesmo grupo amostral é estudado em diferentes pontos no tempo (Cozby, 2003). Para avaliar estágios da trajetória delituosa, a estabilidade, as mudanças, o início, a desistência do comportamento delituoso, e também para verificar a confiabilidade de instrumentos relativos ao método da delinquência autorrevelada, os estudos longitudinais são considerados os mais apropriados (Krohn et al., 2010).

Morris e Slocum (2010) e Roberts e Wells (2010) argumentam que as limitações dos estudos transversais podem ser, em alguma medida, minimizadas obtendo dados longitudinais retrospectivos, ou seja, obtendo-se informações sobre fatos ocorridos ao longo da vida, em um único momento de investigação. Para tanto, utilizaram e pesquisaram a validade do método denominado *Life-Event Calendar* (LEC), que se refere a um instrumento de autorrelato, que objetiva a recordação retrospectiva de eventos infracionais. Roberts e Wells (2010) compararam as respostas ao LEC, aplicado em indivíduos adultos encarcerados, a dados oficiais. Os resultados sugeriram que a alta frequência de apreensões pela polícia e de detenções inibe a recordação desses eventos; a habilidade para ser preciso nas respostas oferecidas se relacionou positivamente ao nível educacional e à sofisticação cognitiva; a precocidade do início da trajetória criminal relacionou-se ao engajamento infracional mais frequente e mais sério. Detectaram, ainda, dificuldades dos respondentes em distinguir os diferentes tipos de contato com a Justiça (apreensões, prisões na delegacia e penas de prisão) e em recordar eventos menos salientes (apreensões comparadas às penas de prisão).

Morris e Slocum (2010), em seu turno, verificaram a capacidade do método LEC em determinar a prevalência, a frequência e a capacidade de situar no tempo apreensões pela polícia, comparando os resultados com dados oficiais. Participaram da pesquisa mulheres encarceradas. O estudo demonstrou a validade do instrumento para avaliar a frequência e a prevalência de delitos; entretanto, as respostas dadas pelas participantes, para situar os eventos no tempo, embora mais fiéis à realidade que aquelas obtidas por meio do autorrelato livre, não apresentaram a mesma acurácia dos dados de frequência e de prevalência. Verificou-se, além disso, que o uso de substâncias não interferiu no desempenho dos participantes em oferecer respostas corretas; indivíduos com poucas detenções ou aqueles que haviam cometido delitos mais graves se lembravam com maior precisão dos meses de suas apreensões, sendo que o mesmo ocorre quando a apreensão e o encarceramento acontecem no mesmo mês.

No contexto nacional, além do estudo de Luengo et. al. (1999), já relatado anteriormente, outros dois se destacam por utilizarem instrumentos de delinquência autorrevelada, o de Formiga, Aguiar e Omar (2008) e D'Abreu (2011). Formiga, Aguiar e Omar (2008) pesquisaram a relação entre a busca de sensação dos jovens e o comportamento delituoso. Participaram da pesquisa 504 adolescentes, dos sexos masculino e feminino, com idades entre 14 e 21 anos, estudantes de escolas públicas e privadas da cidade de Palmas-TO. Os adolescentes responderam, no contexto de sala de aula, após os procedimentos éticos devidos, um questionário composto por: 1) *Escala de Condutas Antissociais e Delitivas*: formada por 40 itens visando mensurar quantitativamente comportamentos de violação de normas sociais e de infrações de leis. Cabia ao respondente assinalar em uma escala de 0 (nunca) a 9 (sempre) o quanto apresentava cada comportamento, no dia a dia; 2) *Inventário de Busca de Sensações*: formado por 20 itens, de duas subescalas, intensidade (exemplo: “quando escuto música, eu gosto de escutá-la bem alto”), e novidade (exemplo: “gostaria muito de viajar para lugares distantes e desconhecidos”). O respondente deve assinalar sua resposta em uma escala Likert de quatro pontos, indicando sua conduta habitual; 3) *Caracterização sócio demográfica*: com perguntas referentes a idade, sexo e classe social.

O de D'Abreu (2011) caracterizou uma amostra de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio aberto, mais especificamente, Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida. Foram analisados os dados de prontuários de 211 adolescentes, dos sexos masculino e feminino, de maneira a caracterizá-los quanto a variáveis sócio demográficas (idade, gênero, escolaridade, tipo de medida socioeducativa). Por meio de uma entrevista estruturada de delinquência autorrevelada recolheu informações sobre a prática

delituosa não oficial dos participantes. Perguntava-se aos entrevistados se alguma vez já haviam praticado os delitos focalizados e, em caso de resposta afirmativa, procedia-se à investigação a fim de obter informações necessárias para determinar o nível de engajamento infracional. Para esse fim, questionava-se sobre intoxicação durante a passagem ao ato, a utilização de instrumentos (faca, arma de fogo), o planejamento das ações delituosas, se a ação havia ocorrido em companhia de outras pessoas ou não, se o adolescente havia se sentido nervoso durante a ação delituosa, se havia ocorrido destruição de objetos durante a passagem ao ato e, por fim, sua motivação para fazê-lo (utilitarista, hedonista, etc.). Para completar a entrevista, perguntava-se, também, sobre outras passagens pelo sistema de justiça ou pela polícia, a idade do primeiro delito e a associação/frequência a pares de idade com condutas desviantes.

Os resultados obtidos nas pesquisas de Formiga, Aguiar e Omar (2008) e de D'Abreu (2011) apontaram características sobre prevalência e frequência de comportamentos delituosos e divergentes, índices de gravidade no engajamento criminal, dados de caracterização quanto escolaridade e gênero, além de relacionar os dados obtidos com os instrumentos empregados, de delinquência autorrevelada, e características pessoais dos adolescentes.

No Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossocial (GEPDIP), sob a coordenação da professora Marina Rezende Bazon, pesquisas em desenvolvimento como a presente (Salgado, 2014; Franco, 2015) e outras já concluídas (Alves, 2016; Bono, 2015; Komatsu, 2014; Komatsu & Bazon, 2015) também empregaram o método da delinquência autorrevelada buscando avançar e ampliar o conhecimento sobre os adolescentes que se implicam em atividades delituosas e, em particular, sobre aqueles que estão em conflito com a lei, na realidade brasileira.

Em síntese, o uso de instrumentos de delinquência autorrevelada é considerado o método mais eficaz para conhecer de maneira aprofundada e sistemática o fenômeno da delinquência juvenil. A técnica permite obter informações ocultadas pelos dados oficiais, gera conhecimento sobre fatores de risco e sobre os mecanismos relacionados à etiologia dos comportamentos antissociais (Enzmann et al., 2010; Farrington, 2001; Krohn et al., 2010). Embora, as vantagens do uso desse método sejam evidentes, há vieses relacionados à validade dos instrumentos que devem ser consideradas. Desse modo, alguns estudos foram realizados a fim de validar diferentes questionários de delinquência autorrevelada. Junger-Tas (1994) e Piquero, Macintosh e Hickman (2002) concluíram que o SRD-scale é um instrumento válido, mas deve ser adaptado aos diferentes contextos de aplicação, considerando os aspectos

culturais de cada país. Luengo et al. (1999), com amostra de adolescentes brasileiros e espanhóis, validaram o *Cuestionario de Conducta Antissocial* (CCA) e Banãres et al. (2010), no Chile, validou o *Cuestionario de Auto-reporte de Comportamiento Social Adolescente* (CACSA). Observou-se, ainda, que algumas características são capazes de alterar a validade dos instrumentos de autorrelato, como a etnia e sexo dos respondentes (Jolliffe et al., 2003). Influencia também no desempenho dos respondentes dos questionários, o tamanho dos questionários (Enzmann, 2013), o histórico de apreensões do respondente - quanto mais frequentes os delitos, menos precisas são as respostas (Roberts & Wells, 2010) e os tipos de delitos cometidos pelos respondentes – quanto mais graves os delitos, mais precisas são as respostas (Morris & Slocum, 2010).

1.2 Comportamentos divergentes e delituosos nos adolescentes segundo pesquisas com o método da delinquência autorrevelada

De maneira abrangente, os estudos que utilizaram instrumentos de delinquência autorrevelada em adolescentes obtêm resultados que demonstram o quanto é difundido o comportamento divergente e delituoso nessa etapa da vida. Independentemente de variáveis como classe social ou etnia, as pesquisas que utilizam esse método evidenciam que os jovens, no geral, possuem a mesma probabilidade de emitirem comportamentos de violação das leis, e o fazem quando possível. Observa-se, ainda, que antes da detenção policial e de serem encaminhados ao Sistema de Justiça Juvenil, muitos destes adolescentes já teriam praticado muitos outros delitos não conhecidos oficialmente (Krohn et. al., 2010).

Segundo os resultados obtidos no *ISRD-I*, estudo transcultural referido anteriormente, existe similaridade na prevalência de comportamento delituoso entre os adolescentes de diferentes países, tendo entre a metade e dois terços dos jovens com idades de 14 a 21 anos referindo a prática de delitos ocasionais, não-sérios, durante o período de um ano. Averiguou-se, também, disparidades entre os relatos obtidos nos questionários de delinquência autorrevelada e os dados oficiais entre os adolescentes de grupo étnicos minoritários, esses apresentam prevalências menores em estudos de autorrelato, comparados aos adolescentes nativos, mas são super-representados em estáticas oficiais (Junger-Tas, 1994b).

Hartjen e Priyadasini (2003), Gutierrez e Shoemaker (2008), Houghton, Tan, Khan e Caroll (2013) e Komatsu e Bazon (2015), ao desenvolverem seus estudos com adolescentes franceses, filipinos, australianos e brasileiros, respectivamente, encontraram resultados semelhantes no que se refere à prevalência de comportamentos antissociais, analisados a partir

da aplicação de Questionário de Delinquência Autorrevelada derivado do SRD-scale. Hartjen e Priyadasini (2003) detectaram que a prevalência de comportamento delituoso dos adolescentes franceses é similar à de amostras já estudadas em outros países, sendo que a maioria dos participantes relataram algum ato delituoso e envolvimento frequente em comportamentos divergentes; entretanto, não se identificou engajamento infracional sério, graves violações da lei em suas rotinas e consumo constante de drogas, o estudo contou com a participação de 387 estudantes de comunidades rurais e cidades do interior da França, sendo 62% meninas e 38% meninos. Em seu turno, Gutierrez e Shoemaker (2008) ao investigarem 633 adolescentes da cidade de Manilla, encontraram uma alta prevalência de comportamentos divergentes como colar em exames escolares (63,2%), cabular aulas (41,5%), mentir sobre a idade (28,8%) e sair de casa sem falar com os pais (23,4%) e de consumo de bebidas alcoólica (43%) e de cigarros (42%). Os furtos relatados pela amostra foram mais comuns no contexto familiar e menos fora dele. Delitos como agressão a figuras de autoridade (5,2%), agressão aos pais (4,3%) e assaltos (2%) não foram amplamente revelados, ao contrário de delitos como vandalismo contra propriedades públicas e privadas (41,7%), agressão contra colegas de escola (39,8%) e participação em lutas em grupo (21%).

Na pesquisa de Houghton et al. (2013), na Austrália, participaram 328 jovens (174 meninos e 154 meninas), recrutados em 8 escolas de Ensino Médio da cidade de Perth. Entre os adolescentes de sexo masculino, encontrou-se as seguintes prevalências: Direção sem carteira: 67,7%, bater em alguém, 69,5%, dano a lugares públicos, 63,2%, furto, 64,2%, consumo de bebidas alcoólicas, 51% e 58,5% uso de drogas.

No Brasil, Komatsu e Bazon (2015) sondaram comportamentos divergentes e delituosos em duas amostras de adolescentes, uma delas formadas por jovens recrutados em escolas públicas, outra por jovens recrutados em programas de execução de medida socioeducativa. Para tanto, utilizaram o *Questionário de Comportamentos Juvenis*, que averigua a delinquência e outros comportamentos divergentes, e é semelhante ao instrumento utilizado em 2006, em 30 países, no âmbito do *Second International Self-Reported Delinquency Study* (ISRD-2, Breen, 2010). Os resultados obtidos indicaram uma prevalência maior de comportamentos antissociais no grupo de adolescentes judicializados (considerando comportamentos antissociais a soma dos comportamentos divergentes - referentes somente a comportamentos que violam normas sociais, mas não estão previstos no Código Penal, enquanto crimes - e dos comportamentos delituosos - aqueles que infringem a lei). Entre os adolescentes do grupo escolar a porcentagem daqueles que revelaram algum comportamento antissocial e especificamente divergente e delituoso, foi respectivamente, 92%, 79% e 77%.

Na amostra de adolescentes infratores 100% revelaram algum comportamento antissocial, divergente e delituoso.

Todos os comportamentos investigados foram revelados ao menos uma vez em cada grupo. O comportamento divergente mais frequente, em meio aos adolescentes, foi o consumo de bebida alcoólica, sendo relatado por 61% dos escolares e por 93% dos judicializados. Os resultados mostraram que, embora muitos dos adolescentes já tenham experimentado substâncias psicoativas, poucos indicaram fazer uso frequente. Apenas 5% de escolares e 13% dos judicializados referiram consumir frequentemente bebida alcoólica; quanto à maconha, as porcentagens foram, respectivamente, 2% e 42% e outras drogas, 5% e 12%.

No que concerne aos comportamentos delituosos, furto em estabelecimento comercial, dano e lesão corporal foram os mais revelados por escolares: respectivamente por 48%, 38% e 34% dos adolescentes. Em meio aos judicializados, os delitos mais revelados foram tráfico de drogas, furto em estabelecimento comercial e lesão corporal, referidos por, respectivamente, 72%, 70% e 63% dos adolescentes (Komatsu & Bazon, 2015).

Os estudos de Lane, Turner, Fain e Sehgal (2007) e D'Abreu (2011) diferenciam-se dos acima citados ao apresentar indicadores sobre comportamentos antissociais autorrevelados, referentes apenas a adolescentes judicializados, que cumpriam medida socioeducativa. Lane et al. (2007) compararam a prevalência e a frequência de comportamentos delituosos autorrevelados entre dois grupos de adolescentes que passaram por distintos programas socioeducativos em meio aberto, um tradicional (163 participantes) e um alternativo, o SOCP (*South Oxnard Challenge Project*) (151 participantes), que se diferenciava dos programas tradicionais ao propor que adolescentes em conflito com a lei, a vítima, a comunidade e a família participassem ativamente da medida, com a expectativa de que esse tipo de intervenção diminuísse as taxas de reincidência. O objetivo consistia em verificar, por meio de Questionário de Delinquência Autorrevelada, se os dois grupos, após cumprimento da medida socioeducativa, apresentariam a mesma taxa de reincidência e se os dados oferecidos oficialmente apontariam para o mesmo panorama que aquele do método do autorrelato. Os resultados indicaram que os dois grupos só se diferenciaram significativamente quanto a uma maior participação dos adolescentes submetidos ao SOCP em delitos violentos e em roubos, e dos adolescentes submetidos a intervenção tradicional em lutas de gangues e em homicídios. O uso de drogas pesadas foi relatado poucas vezes (0% a 4%); já o consumo de bebidas alcoólicas foi relatado por 51% dos adolescentes SOCP e por 41,7% dos adolescentes inseridos no programa tradicional.

No geral, esses adolescentes teriam praticado, nos últimos 12 meses, ao menos um delito. Cabe ressaltar, no entanto, que nesse estudo o instrumento de delinquência autorrevelada foi capaz de detectar um número muito superior de delitos, jamais considerados nos registros oficiais; portanto, apesar da principal hipótese dos autores, de que o grupo de adolescentes submetidos ao SOCP teriam taxa de reincidência menor que aqueles adolescentes em programa de medida socioeducativa tradicional, ter sido refutada, o estudo confirmou as altas taxas de prevalência de comportamentos delituosos em adolescentes já submetidos a medidas socioeducativas e a discrepância entre a realidade e dados oficiais, denotado a existência da cifra negra.

A pesquisa de D'Abreu (2011), entre outros resultados, apontou que os delitos mais revelados pelos adolescentes em medida de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade foram furto e lesão corporal referido por 69% e 66% dos participantes; paralelamente, 73% relataram uso de substâncias psicoativas. A média de delitos diferentes por adolescente foi de 11,5 por adolescente.

Além das taxas de prevalência e de frequência obtidas por meio da aplicação de instrumentos de Delinquência Autorrevelada, eles permitem também avaliar de maneira mais acurada informações importantes do agir delituoso no plano do indivíduo, tais como, a idade de início, a estabilidade do comportamento no tempo/continuidade, a especialização (o fato de restringir-se a certos tipos delitos), o agravamento das atividades infracionais, a existência ou não parcerias no ato delituoso, a motivação para o delito, e a desistência/descontinuidade. Em conjunto, esses dados referem-se a fatores de risco associados a diferentes padrões de conduta, evidenciando, sobretudo, a heterogeneidade de trajetórias em meio aos adolescentes (Farrington, 2001). As distintas trajetórias de conduta delituosa ressaltam as diferenças de engajamento infracional e, dessa maneira, revelam o quão essencial é que os programas de intervenção e de prevenção na área sejam específicos, conforme as características e as necessidades do adolescente (Bazon, Komatsu, Panosso & Estevão, 2011).

A idade de início, a frequência, o agravamento ou não dos delitos cometidos e a desistência ou não da conduta delituosa são variáveis que permitem descrever ao menos três padrões diferentes de trajetórias da conduta delituosa na adolescência: a comum, a transitória e a persistente (Le Blanc & Loeber, 1998). A comum e a transitória compreendem, cada qual, aproximadamente 45% da população de adolescentes da cidade de Montreal, no Canadá, e se restringem à fase da adolescência. A comum se refere ao agir delituoso ocasional e motivado pelo hedonismo. A trajetória transitória se caracteriza por maior diversidade e frequência de agir delituoso, se comparada à trajetória comum, sendo a motivação principal, subjacente a

essa, a aquisição de bens (utilitarismo) e o hedonismo. O padrão de conduta persistente, por sua vez, remete a comportamentos recorrentes de violação das leis, com chances de apresentar continuidade após a fase da adolescência. Nessa, o agir delituoso é frequente e diversificado, incluindo, em geral, delitos contra pessoas. Cerca de 5% do total de adolescentes apresentariam um comportamento que descreve uma trajetória persistente; esses, porém, seriam responsáveis por 50% das infrações registradas no âmbito da justiça juvenil, constituindo a forma de engajamento infracional mais preocupante (Le Blanc, 2003, citado por Panosso, 2008).

Pesquisas como as de Maldonado-Molina, Piquero, Jennings, Bird e Canino (2009), Zara e Farrington (2009), Bañares et al. (2010), Piquero, Farrington, Nagin e Moffitt (2010) e Komatsu (2014) também se propuseram a identificar, em meio a amostras de adolescentes, diferentes trajetórias e padrões de conduta delituosa.

Maldonado-Molina et al. (2009), ao analisar e comparar amostras de adolescentes, do sexo masculino, nova-iorquinos e porto-riquenhos, utilizando dados obtidos em estudo longitudinal realizado entre os anos de 2000 e 2004, identificaram cinco padrões de trajetórias para o grupo nova-iorquino e quatro para os porto-riquenhos. As trajetórias dos nova-iorquinos remetiam a: ausência de delitos; poucos delitos (ocasionais), que eram reabsorvidos progressivamente; diminuição da diversidade delituosa no tempo (6 tipos para menos); aumento da diversidade delituosa, no tempo (restrito a 4 tipos); aumento da diversidade delituosa, no tempo (6 tipos para mais). As trajetórias porto-riquenhas remetiam a: ausência de delitos; poucos delitos (ocasionais, em algum momento); poucos delitos, porém constantes no tempo; engajamento severo com progressiva diminuição. Para os dois grupos (nova-iorquinos e porto-riquenhos), apesar das diferenças socioculturais, os principais fatores de riscos associados à conduta delituosa séria foram exposição à violência, atitude antissocial e a característica psicológica “busca por sensação”.

Zara e Farrington (2009) investigaram correlações entre o início tardio (depois dos 21 anos) ou precoce (antes de 21 anos) da prática delituosa autorrevelada e variáveis atinentes a características psicológicas, escolares, familiares, socioeconômicas, relacionais e comportamentais, em quatro etapas da vida (infância, 8-10 anos; “baixa” adolescência, 12-14 anos; “alta” adolescência, 16-18 anos; vida adulta, 18 a 32 anos ou mais). Em geral, os resultados indicaram que o comportamento delituoso iniciado após os 21 anos se relacionou a características de temperamento e psicológicas iniciais, considerando que atributos como irritabilidade, isolamento social, ansiedade e neuroticismo parecem agir como fatores de proteção contra o engajamento delituoso/criminal precoce. Criminosos que começaram a

cometer delitos após os 21 anos apresentavam, na infância, características psicológicas e comportamentais mais semelhantes aos não infratores, se diferenciando dos infratores precoces, sobretudo, por serem mais retraídos socialmente. Na vida adulta, entretanto, esses infratores tardios passaram a se assemelhar aos indivíduos com trajetória de conduta delituosa precoce, apresentando histórico de desemprego, taxa elevada de delitos autorrevelados e condições habitacionais precárias.

Bañares et al. (2010), além do já mencionado dados sobre validação do instrumento de autorrelato, se propuseram a verificar diferentes níveis de engajamento infracional entre adolescentes chilenos judicializados e aqueles recrutados em escolas, que tiveram alta pontuação no Questionário de Delinquência Autorrevelada. Assim, identificaram quatro grupos com diferentes níveis de engajamento infracional, os quais denominaram da seguinte forma: os não judicializados, os em início, os transitórios e os persistentes. Verificaram-se diferenças altamente significativas entre os quatro grupos, observando que adolescentes escolarizados engajados em atividades delituosas se assemelhavam ao grupo de infratores transitórios. Entre os adolescentes escolares apenas 13% dos adolescentes foram identificados com engajamento infracional severo. Cabe relatar que os adolescentes recrutados em escolas apresentaram, no geral, baixos níveis de comportamentos antissociais; inversamente, as condutas pró-sociais se distribuíram de forma homogênea em meio aos adolescentes escolarizados sugerindo mais emissão de comportamentos pró-sociais que antissociais pelos jovens chilenos.

Piquero et al. (2010) investigaram a correlação entre diferentes trajetórias delituosas (não infratores, infratores com pico de atividade infracional “na baixa adolescência”, infratores com pico de atividade criminal na “alta adolescência”, infratores crônicos com baixa taxa de delitos e infratores crônicos com alta taxa de delitos), e indicadores de (in)sucesso no futuro (moradias insatisfatórias, desemprego, envolvimento em brigas, alcoolismo, uso de drogas, maior taxa de delitos autorrevelados e problemas de saúde mental). O estudo utilizou dados longitudinais, obtidos por meio de entrevistas com rapazes, realizadas ao longo de 40 anos, junto a 411 indivíduos. Assim, verificou-se que as trajetórias de delinquência crônica se mostraram altamente correlacionadas ao insucesso futuro, em indivíduos com faixa etária média de 48 anos. Os não infratores e os infratores ocasionais não se diferenciaram em termos de (in)sucesso na vida adulta. Novamente, não houve diferenças significativas entre não infratores e infratores ocasionais quanto ao número de condenações futuras. Os infratores crônicos apresentaram, também, as maiores médias de condenações aos 41 e 48 anos.

Em se tratando dos adolescentes brasileiros, Komatsu (2014), por meio de técnicas de clusterização, agrupou os participantes de sua pesquisa, referida anteriormente, em cinco grupos em que do primeiro ao quinto agrupamento denotou-se um crescente na intensidade do engajamento infracional. Considerou-se para formação dos *clusters* as variáveis precocidade (idade do primeiro delito), diversidade (número de diferentes delitos praticados durante a vida) e frequência (quantidade de delitos praticados nos últimos 12 meses). O *Cluster 1* caracterizou-se pela ausência de atividades delituosas e foi formado exclusivamente por adolescentes escolares. As médias de idade de início foram decrescentes do *Cluster 2* ao 5, enquanto as médias de diversidade e de frequência foram crescentes nesse sentido. As médias de idade de início distribuíram-se da seguinte maneira: *Cluster 2*: 12, 5 anos (DP=1,3); *Cluster 3*: 11 anos (DP=1,6); *Cluster 4*: 10,1 anos (DP=1,7); *Cluster 5*: 9,1 anos (DP= 1,6). Respectivamente, as médias de diversidade e de frequência foram: *Cluster 2*: 1,4 delitos (DP=0,7); *Cluster 3*: 2,1 delitos (DP=0,9); *Cluster 4*: 4,2 delitos (DP=1,9); *Cluster 5*: 9,3 delitos (DP= 2,7) e *Cluster 2*: 0,3 delitos (DP=0,5); *Cluster 3*: 1,7 delitos (DP=2,0); *Cluster 4*: 5 delitos (DP=3,8); *Cluster 5*: 22,8 delitos (DP= 14,3).

Observa-se que *Cluster 5* formou-se por adolescentes provenientes das duas amostras, apresentando a menor média de idade do primeiro delito, ou seja, a maior precocidade relativa ao início da prática de delitos, e a maior diversidade e a maior frequência de delitos praticados. A comparação entre *clusters*, por meio da análise de variância, identificou que o maior nível de engajamento infracional se mostrou relacionado a maior impulsividade, menor apego e investimento familiar, mais baixa supervisão parental, maior associação a pares infratores e pior desempenho escolar (komatsu, 2014).

Em síntese, estudos realizados com instrumentos de autorrelato permitiram verificar, na ocasião do Internacional *Self-Reported Delinquency-I* (Junger-Tas, 1994), na França (Hartjen & Priyadasini, 2003), nas Filipinas (Gutierrez & Shoemaker, 2008), na Austrália (Houghton et al, 2013) e no Brasil (Komatsu & Bazon, 2015) que a manifestação de comportamentos delituosos e divergentes, esporádicos e não graves é comum entre adolescentes de diferentes países. Sendo que as maiores prevalências e frequências são encontradas em meio a adolescentes judicializados, como pode ser observado nos estudos de Lane et al., (2007), D'Abreu (2011) e Komatsu e Bazon (2015). Ademais, os dados atinentes a conduta delituosa, possíveis de serem conhecidos pelo autorrelato - como idade de início, variedade de delitos praticados e frequência do agir delituoso - permitiram conhecer a heterogeneidade de trajetórias em meio aos adolescentes (Farrington, 2001). Nesse sentido, pesquisas foram feitas visando detectar diferenças de engajamento infracional em meio aos

adolescentes, chegando-se a conclusão que apenas uma pequena parte das amostras estudadas possuem engajamento infracional significativo (Maldonado-Molina et al., 2009, Bañares et al., 2010, Komatsu, 2014).

A pesquisa de Komatsu (2014), ao trabalhar com o método de delinquência autorrevelada e com amostra da população geral, não só corroborou estudos anteriores, como os de Gutierrez e Shoemaker (2008), Hartjen e Priyardasini (2003) e Houghton et al., (2013), confirmando que a prática de comportamentos divergentes e delituosos é comum entre os adolescentes da população em geral, como também identificou prevalências e frequências de comportamentos antissociais diferenciadas em meio aos jovens, relacionadas, também diferencialmente, a variáveis atinentes a família, a escola e ao tempo livre.

Embora, extremamente relevante, este estudo, apresenta o limite de ter trabalhado com uma amostra da população recrutada apenas em escolas públicas, em bairro habitado preponderantemente por famílias de baixo nível socioeconômico. Curi e Menezes-Filho (2009) alertam, nessas situações, para o viés de seleção que se forma em amostras que representam um único perfil populacional. Explicando melhor, o autor explana sobre o viés inerente a amostras compostas apenas por consumidores ou por não consumidores de um determinado produto social como, por exemplo, “a educação”. Considerando os gastos da renda familiar com educação, há ao menos dois grupos bem distintos, na sociedade, o formado pelas famílias que gastam e o formado por aquelas que não gastam com mensalidade escolar, existindo características semelhantes entre os indivíduos que optam pelo consumo deste bem específico e entre aqueles que optam pelo não consumo deste. Assim, quando em uma investigação se considera apenas um desses grupos, a amostra é auto selecionada, ou seja, não é uma amostra aleatória da população de origem. A produção de conhecimento sobre a adolescência e o envolvimento em prática de delitos nesta fase da vida tem a ganhar na medida em que se puder envolver estudantes dos dois tipos de estabelecimentos. A fim de esclarecer as peculiaridades atinentes a cada um destes contextos – escolas públicas e escolas privadas – onde se pode recrutar estudantes para as investigações sobre a delinquência juvenil, explana-se, a seguir, sobre as características desses tipos de estabelecimentos no Brasil.

1.3 Ser estudante de escola pública ou de privada no Brasil: o que isto representa?

No período do Brasil Imperial, a Igreja Católica dirigia o ensino no país; a educação, portanto, não era responsabilidade do Estado. Assim, a transmissão de conhecimento via

escola era privada e elitista, associada à religião (Cury & Nogueira, 1989). Havia dois mundos escolares distintos: para as elites disponibilizava-se ensino primário, secundário e superior de qualidade; para os pobres, tendo em vista a reprodução da força de trabalho, se oferecia o ensino profissionalizante em escolas agrícolas e de aprendizes-artífice. Contudo, a maior parte da população não frequentava qualquer tipo de escola (Cunha, 1991).

O início do regime de República, no Brasil, foi acompanhado pelo questionamento sobre a qualidade e a democratização do ensino no país. Movimentos de lideranças democráticas passaram a reivindicar a institucionalização do sistema público de ensino e a difusão do conhecimento de maneira igualitária. Essas mobilizações permitiram os primeiros esforços para a instalação de um sistema de ensino público, no início do século XX, com a criação dos “grupos escolares”. Em 1932, o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” protestou pela continuidade e ampliação dessas reformas educacionais (Brandão & Carvalho, 2015).

No final dos anos 1950 e início dos 1960, o debate sobre o ensino público *versus* o ensino privado aumentou, incitado pelo crescimento da população urbana e pela industrialização, e consequente mudanças nas composições de classes sociais no país. Nesta esteira, teve-se a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Cury & Nogueira, 1989).

Cury e Nogueira (1989) defendem, que nas duas ocasiões (durante o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e durante a discussão e proposição da LDB), o Estado se posicionou apenas como mediador de conflitos na disputa entre ensino público, defendido por intelectuais, associação de trabalhadores, educadores e entidades estudantis, e ensino privado, defendido por empresários. Ao final desses momentos marcantes, o Estado permaneceu coadjuvante na responsabilidade pela educação no país, conferindo às escolas privadas o protagonismo na educação brasileira.

Cunha (1991) salienta que apesar do esforço da política populista de distribuir escolas, contrapondo-se ao modelo educacional elitista, as mudanças foram lentas e parciais. A urbanização observada a partir dos anos 50 aconteceu de maneira marcadamente desigual em relação à distribuição de recursos públicos. Nos bairros das camadas sociais privilegiadas, além de infraestrutura adequada, como redes de água e de esgoto, telefone, coleta de lixo, transporte, ruas pavimentadas, iluminadas e policiadas, as escolas e os hospitais públicos, quando existiam nesses bairros, eram melhores equipados e conservados porque, mesmo que moradores das proximidades não utilizassem esses serviços disponibilizados, era ali que exerciam suas atividades profissionais. Nos bairros destinados às classes sociais de menor

padrão aquisitivo, a infraestrutura, sempre menos adequada, em geral incompleta, abarcava escolas públicas com número de vagas limitadas, superlotadas, instaladas em prédios em estado de mau conservação. Não obstante, as instituições públicas era o único meio de iniciar e dar continuidade aos estudos, em meio às populações de baixa renda, impedidas de frequentar as escolas particulares, devido ao valor alto de suas mensalidades (Cunha, 1991).

Apenas em 1983 protocolou-se pela primeira vez um Projeto de Lei que obrigava o Estado a destinar parte da arrecadação de tributos à manutenção e ao desenvolvimento do Ensino. Também nesse período, influenciada pelos problemas econômicos nacionais e pela política de arrocho salarial, a classe média se afastou das escolas privadas, evidenciando uma forma de se comportar em relação à educação escolar. Isto é, embora o item educação seja prioritário para as famílias deste segmento, em contexto de crise econômica elas tendem a evadir as escolas privadas, sobretudo aquelas pertencentes aos estratos médios e inferior das classes médias, sendo que o mesmo movimento não é observado em escolas privadas destinadas às famílias das classes média alta e alta (Cury & Nogueira, 1989).

Nesse sentido, as escolas privadas se esforçam para garantir seu espaço no cenário nacional, os proprietários das instituições dirigem-se à opinião pública e aos pais de alunos, alertando-os sobre a vantagem custo-benefício em se pagar escola de ensino básico. É defendido que o gasto, dito como investimento, terá retorno garantido, apelando-se para a crença de que a qualidade superior das escolas particulares possibilitará o acesso ao ensino superior de melhor qualidade que, no contexto brasileiro, é o oferecido pelas universidades públicas (Cury & Nogueira, 1989).

Curi e Menezes-Filho (2009), a partir de dados recolhidos de duas pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), ocorridas entre 2001 a 2006, e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada entre julho de 2002 e junho de 2003, identificou aumento no percentual de estudantes matriculados em escolas particulares no período. Segundo os dados das PNADs, houve acréscimo de 14,8% para 15,7% de estudantes na rede privada, com flutuações do índice de matrículas durante os anos analisados. No ano 2006, 15,4% dos estudantes cursavam o Ensino Médio em escolas privadas, enquanto 18,5% o Ensino Fundamental 1. Os dados obtidos por meio da POF, entre 2002 e 2003, confirmaram aqueles obtidos pelas PNADs: 15,5% de estudantes do Ensino Fundamental e Médio, com idade entre 0 e 25 anos, no país, frequentavam escola privadas; entre os estudantes com idades entre 7 e 17 anos, a proporção era de 13,3%.

Apesar do aumento do número de alunos nas escolas privadas e das vantagens atribuídas a essa rede de ensino, Terra, Zoghbi e Felício (2012) afirmam que é mais provável que o indivíduo médio brasileiro estude em uma escola pública, devido a entraves socioeconômicos. Somente os alunos pertencentes ao estrato composto pelos 25% mais rico do país têm mais de 50% de probabilidade de frequentar uma escola particular; aqueles pertencentes à segunda porção mais rica, tem menos de 15% de probabilidade, ao passo que os pertencentes ao estrato composto pelos 25% mais pobre, essa possibilidade é praticamente nula.

O fato dos grupos sociais mais pobres frequentarem determinadas escolas públicas, enquanto os grupos de maior poder aquisitivo estarem matriculados seja nas melhores escolas públicas, seja em escolas particulares, ditas de excelência, reflete como a qualidade de cada uma delas é considerada pela sociedade e evidencia a inserção da educação na lógica mercantilista, como produto de consumo, adquirido conforme as diferentes acessibilidades econômicas (Candau, pp. 11-12, 2000).

Verifica-se que as famílias de maior renda gastam aproximadamente 30 vezes mais com educação, se comparadas às famílias de menor renda, sendo que a proporção de gasto com a escolarização dos filhos, com relação à renda familiar, cresce concomitante à progressão destes nas séries escolares. Todavia, considerando famílias com filhos em redes de ensino pública e privada, o comprometimento da renda com gastos em educação é maior para famílias de menor poder aquisitivo. Enquanto famílias de menor renda comprometem em média 10,6% do seu orçamento mensal, o percentual de gasto das mais ricas é de 5%. Entre as famílias com filhos em rede privada, as mais privilegiadas economicamente gastam mais em números absolutos e menos em números relativos, à exceção daquelas pertencentes à classe social B, que tem a renda mais comprometida que as da classe C. De modo geral, as famílias mais ricas gastam 15,7 vezes mais com educação, porém o comprometimento de renda é 51,5% menor (Curi & Menezes-Filho, 2009).

Pesquisas realizadas por Soares e Andrade (2006), Curi e Menezes-Filho (2009), Laros, Marciano e Andrade (2012), Terra et. al. (2012) e Brandão e Carvalho (2015) buscaram analisar as diferenças entre as escolas das redes públicas e privadas no Brasil e confirmaram que o perfil socioeconômico dos alunos é a principal diferença do público atendido pelos dois tipos de escola.

Soares e Andrade (2006), ao analisarem os alunos das escolas municipais, estaduais, federais e particulares da cidade de Belo Horizonte, indicam que alunos matriculados nas escolas estaduais e municipais possuem, em média, renda familiar baixa, sendo a variação do

nível socioeconômico, entre eles, pequeno; já nas escolas particulares, apesar da ampla variação de nível socioeconômico entre estudantes, a média de renda familiar é elevada. Curi e Menezes-Filho (2009), ao investigar os determinantes que garantem o gasto com educação privada no Brasil, verificaram que a frequência em instituições de ensino privadas se relaciona à renda familiar per capita: estavam matriculados em instituições particulares de ensino 77% de estudantes classificados no estrato social classe A, 30% dos classificados na classe B; 8,8% dos classificados na classe C (classe em que se observou o maior aumento de percentual entre 2001 e 2006); e apenas 3,5% dos classificados nas classes D e E.

Além do nível socioeconômico, outras variáveis que se associaram positivamente a matrículas em estabelecimentos de ensino particulares foram ser de cor branca e os pais possuírem alto nível de escolaridade (Curi & Menezes-Filho, 2009; Terra et al., 2012). No estudo de Curi e Menezes-Filho (2009), detectou-se que 21,5% de jovens brancos estariam em escolas particulares; a porcentagem entre as outras raças seria de 10,4%. Ademais, detectou-se que em todos os níveis de ensino, a maior parte dos estudantes de escolas privadas são filhos de mães com mais de 11 anos de estudo, ou seja, com formação superior. Os dados indicaram, ainda, que, no Ensino Médio, as mulheres têm maior probabilidade de frequentar a rede privada.

As variáveis número de filhos, atraso escolar, custo da escola particular e oferta de escola pública destacaram-se pela relação negativa com relação à escolha por escola privada. Quanto maior o número de filhos, menor a probabilidade de a família optar por escolas desse tipo nos dois primeiros ciclos escolares; no Ensino Médio, porém, esta é uma variável não significativa. No que se refere ao atraso escolar, quanto mais velho for o aluno em relação à série escolar em que está matriculado, menor a probabilidade desse frequentar escola particular. Em relação às variáveis associadas ao quanto se gasta, em valor, com educação, famílias com filhos do sexo feminino tendem a gastar mais com educação, especialmente durante o Ensino Médio; do mesmo modo, famílias em que a mãe tem maior nível de escolaridade, tendem a gastar mais com a educação dos filhos. Nessa mesma direção, o preço da mensalidade e a renda familiar per capita se relacionam ao valor gasto com educação (Curi & Menezes-Filho, 2009).

Terra et. al. (2012), por sua vez, buscaram identificar os fatores que as famílias consideram quando optam por um tipo de escola. A partir da hipótese de que a qualidade é o principal fator observado pelas famílias, buscou-se avaliar o diferencial de produtividade entre escolas públicas e privadas (considerando produtividade e qualidade, nesse contexto, como sinônimos) e determinar os fatores decisivos para a escolha das famílias. Para

composição de dados utilizaram amostras de desempenhos em matemática e em leitura do Sistema Nacional de Avaliação de Educação Básica (SAEB), de 2003, dados do Censo da Educação Básica, de 2003 e 2005, o Censo dos Profissionais do Magistério, de 2003, da PNAD e do DATASUS. Os resultados indicaram maior produtividade das escolas privadas e, também, que quanto maior o diferencial de produtividade sobre as demais, maior é a probabilidade de as famílias optarem pela escola privada. Os autores destacaram, ainda, outra variável considerada pelas famílias: os potenciais colegas dos filhos, ao decidir sobre a escola que os matricularão. A diferença de cor e de nível socioeconômico entre os alunos de rede privada e pública são fatores que se apresentaram como relevantes para a decisão das famílias (Terra et. al., 2012).

Em seu turno, Brandão e Carvalho (2015) verificaram que entre escolas públicas e privadas reconhecidas socialmente, o prestígio da escola e a opção ideológica, relacionadas ao estilo e à filosofia educacional, despontam como motivos importantes na decisão dos pais pela escola. Dentre as escolas públicas, a escolha esteve relacionada a informações disseminadas em redes sociais sobre o estabelecimento educacional. Segundo esses autores, poucas decisões se baseiam apenas na consideração sobre a distância entre escola e local de moradia (Brandão & Carvalho, 2015).

Embora a diferença de qualidade de ensino entre as redes de escolas pública e privada seja apontado como o motivo principal dos pais de famílias de maior renda optarem por esse tipo de escola para seus filhos (Brandão & Carvalho, 2015; Candau, 2000, pp. 11-12; Cury & Nogueira, 1989; Terra et. al., 2012), Brandão (1989) argumenta que a qualidade observada nas escolas se deve mais aos alunos que à escola propriamente dita.

A autora (Brandão, 1989) acredita que as classes mais privilegiadas da sociedade, aqueles que historicamente se encaminham para as escolas privadas, se sobressaem em desempenho acadêmico devido ao *background* e ao contexto social dos estudantes. Considera-se que a educação primária, desenvolvida no ambiente familiar, se distancia da “cultura escolar” nas camadas populares, enquanto encontra continuidade nas camadas médias e altas da sociedade. Os pais de estudantes de escolas privadas geralmente trabalham em setores intelectuais ou em atividades relacionadas. Assim, antes mesmo destes entrarem na escola já foram inseridos em uma cultura muito semelhante à escolar, sendo que durante o período de escolarização, os recursos sociais e familiares complementam o “trabalho da escola” (Brandão, 1989).

Considerando que o desempenho escolar dos alunos não é determinado apenas pelas escolas em que estudam, Brandão e Carvalho (2015), Laros et. al. (2012) e Soares e Andrade

(2006) se propuseram a investigar a “qualidade” das escolas, buscando variáveis que afetam o nível de qualidade das escolas.

Os resultados da pesquisa de Laros et. al. (2012) e de Soares e Andrade (2006) foram semelhantes. Soares e Andrade (2006), tendo por pressuposto que as escolas refletem as desigualdades socioeconômicas da sociedade, e que a estrutura escolar, as características da família e do próprio aluno influenciam no desempenho escolar, se propuseram a avaliar a qualidade, a equidade e o nível socioeconômico das escolas de educação básica da cidade de Belo Horizonte. Para tanto, utilizaram os resultados dos alunos no Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB) e os dados dos vestibulares de 2002, 2003 e 2004 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), incluindo apenas os estudantes que concluíram o Ensino Médio em alguma escola pública ou privada da cidade de Belo Horizonte. O desempenho foi avaliado segundo a proficiência do aluno em Língua Portuguesa no PROEB e segundo a soma dos pontos de todas as disciplinas obtidas na primeira etapa do vestibular da UFMG. O nível socioeconômico foi calculado a partir do questionário contextual das inscrições no vestibular e no PROEB. As escolas foram avaliadas em “qualidade” – síntese do desempenho cognitivo de seus alunos - e em “equidade” – síntese do quanto a escola, a partir de políticas e práticas internas, consegue diminuir o efeito do nível socioeconômico no desempenho dos alunos. Os autores concluíram que as escolas particulares produzem desempenho cognitivo elevado, devido ao nível socioeconômico de seus alunos e não necessariamente devido a seus projetos pedagógicos. Quanto à equidade, os resultados mostraram que as escolas estaduais, municipais e privadas, de modo geral, não acirram ou moderam o efeito do nível socioeconômico no desempenho escolar de seus alunos.

Utilizando as medidas de nível socioeconômico (NSE), de qualidade e de equidade em uma análise de *cluster*, as escolas belo-horizontinas foram agrupadas em cinco grupos. O grupo 5 compôs-se, em sua maioria, de escolas particulares com baixa qualidade, mesmo atendendo alunos de alto NSE; o grupo 4 foi constituído de escolas particulares e públicas, atendendo NSE médio e alto, que agregam pouco ao desempenho dos alunos e que não tem capacidade de alterar os efeitos do NSE; o grupo 3 formou-se de escolas atendendo alunos de baixo NSE, com qualidade e equidade neutras, em sua maioria escolas públicas que não agregam qualidade ao desempenho dos alunos ou equidade em termos de efeitos em sua posição social; o grupo 2 compôs-se de escolas atendendo também alunos de baixo NSE, mas com efeito positivo no desempenho (qualidade); o grupo 1, por fim, agrupou escolas atendendo alunos com alto NSE, de alta qualidade e que, em seu conjunto, acirram diferenças de NSE, integrando este grupo as três escolas federais participantes da pesquisas e algumas

particulares. Concluiu-se o estudo afirmando que as escolas de Belo Horizonte produzem qualidade, porém, na presença de alta iniquidade, mas poucos alunos terminariam a educação básica com desempenho escolar adequado, apesar da oferta de vagas na educação (Soares & Andrade, 2006).

Laros et. al. (2012), ao controlar estatisticamente o nível socioeconômico de alunos do terceiro ano do Ensino Médio das escolas brasileiras, verificaram que os “recursos culturais familiares” seria a variável, no nível do aluno (de suas características individuais), de maior impacto no desempenho cognitivo do estudante, seguida da variável “atraso escolar”. Os autores investigaram as características associadas ao desempenho em Língua Portuguesa em 33.962 alunos de 1.661 escolas brasileiras, utilizando o banco de dados do Sistema Nacional de Avaliação de Educação Básica (SAEB), do ano de 2001.

Além das avaliações de Língua Portuguesa, nas análises foram incluídos dados de questionários que permitiam identificar o nível socioeconômico do aluno, sua trajetória escolar e o apoio familiar, assim como as condições de trabalho, o estilo pedagógico e a experiência profissional dos professores, a liderança do diretor, o clima relativo à disciplina e ao trabalho colaborativo nas salas de aulas e na escola, em geral. Os resultados indicaram que 33% da diferença de desempenho dos alunos nas avaliações de Língua Portuguesa deveram-se a diferenças pedagógicas entre as escolas; porém, 74,6% dessa diferença deveram-se à composição socioeconômica média do estabelecimento educacional. A cada desvio padrão no nível socioeconômico médio das escolas, a pontuação nas avaliações de Língua Portuguesa aumentava em 58,63 pontos, na Escala do SAEB.

A partir dos testes de regressão multinível, verificou-se que o aumento de um desvio padrão na escala de recursos culturais familiares implicava no acréscimo de 16,78 pontos no desempenho cognitivo do aluno. Ao contrário, a cada um ano de atraso escolar, o desempenho diminuía em 8,92 pontos. A variável atraso escolar apresentou, contudo, efeito maior em escolas com alta porcentagem de alunos repetentes e de alunos que trabalham. Os resultados, de uma maneira geral, indicaram que a variável que mais interfere no desempenho em Língua Portuguesa é o nível socioeconômico médio da escola, sendo as variáveis características da escola, mais explicativas do desempenho dos alunos que as variáveis referentes aos alunos.

Brandão e Carvalho (2015), por seu turno, observam que além do aumento do número de escolas públicas não ter alterado a qualidade da escolarização das camadas populares, evidenciando que o desempenho escolar depende do *background* familiar, pesquisas recentes demonstram que em escolas prestigiadas, também se encontra casos de fracasso escolar e que os filhos da elite acadêmica não frequentavam as escolas mais reconhecidas pela qualidade. A

partir desses dados, as autoras investigaram o perfil dos estudantes de escolas de renome. Participaram da pesquisa alunos do 9º ano /8ª série de quatro escolas privadas, de quatro escolas públicas e de duas escolas federais da cidade do Rio de Janeiro. Como referência de prestígio social foi considerado o posicionamento das escolas em *rankings* e a boa classificação de egressos em vestibulares concorridos. A pesquisa contemplou diferentes faixas de nível socioeconômico e ponderou fatores intervenientes relacionados ao desempenho escolar como: localização e contexto sociocultural da escola, condição e características do trabalho docente e das equipes pedagógicas, características das famílias dos alunos, apoio pedagógico extra, expectativa social dos agentes escolares, das famílias e dos alunos e acesso a bens culturais (Brandão & Carvalho, 2015).

As instituições privadas investigadas caracterizaram-se por possuir ampla estrutura didático-pedagógica, coordenações específicas de turno, segmento e disciplinas, especialistas para atividades complementares, laboratórios, quadras de esporte, bibliotecas, salas de arte, espaço de recreação bem cuidado e professores experientes, graduados em universidades reconhecidas, com experiências anteriores em instituições de ensino públicas, recebendo bons salários. Eles seriam, em geral, contratados após indicação de pares. Nas escolas federais o corpo docente teria sido selecionado por meio de concurso público, estariam sob regime de dedicação exclusiva e possuiriam nível salarial e estabilidade funcional atrativos. A condição de trabalho destes seria semelhante ou superior à dos professores de escolas particulares. A preocupação em manter o “padrão de qualidade” e o sentimento de pertencimento à instituição garantiria o compromisso com o trabalho. As escolas municipais, bem-conceituadas no segmento público, atrairia famílias com maior capital social e informacional, com disponibilidade para se deslocar pela cidade. Nestas estudariam alunos oriundos de grupos com condições sociais superiores, em meio às camadas populares, ou oriundos de camadas médias, com limites econômicos. A direção administrativo-pedagógica dessas escolas se caracterizaria pela centralidade e pelo autoritarismo, sendo o corpo docente, nestas, composto por professores experientes, preocupados em manter o prestígio da escola junto à população (Brandão & Carvalho, 2015).

Identificaram-se, por fim, diferenças consideráveis nos padrões do trabalho pedagógico das escolas municipais, comparadas a das demais instituições investigadas. Concluiu-se que as hierarquias sociais condicionam e alteram tanto as práticas escolares como a mobilização familiar com relação à escolarização dos filhos, baseadas no capital cultural e econômico disponível a cada segmento social (Brandão & Carvalho, 2015).

A guisa de síntese, pode-se afirmar que os alunos de escolas privadas no Brasil possuem nível socioeconômico alto e esta é a principal característica que diferencia alunos de escolas privadas e públicas (Brandão & Carvalho, 2015; Curi & Menezes-Filho, 2009; Laros, Marciano & Andrade, 2012; Soares & Andrade, 2006; Terra et. al., 2012). Ressalta-se, ainda, que a possibilidade de estudar em uma escola particular é pequena, quando se considera a renda mensal de um indivíduo médio brasileiro (Terra et al., 2012). Outras características encontradas nos alunos de escolas privadas foi ser de cor branca e ter pais com alto nível de escolaridade (Curi & Menezes-Filho, 2009; Terra et al., 2012). A qualidade das escolas particulares é o principal fator considerado pelos pais ao optar por esse tipo de instituição para os filhos, no entanto, estudos realizados concluíram que o desempenho escolar superior dos alunos dessas instituições, deve-se ao nível socioeconômico dos mesmos e não às escolas (Laros et. al., 2012; Soares & Andrade, 2006)

Reitera-se que, em média apenas, 16% dos alunos no Brasil frequentam escolas privadas, sendo que desse total, 80% pertencem às famílias de classe socioeconômica privilegiada e apenas 3,5% seriam provenientes dos estratos menos favorecidos da sociedade (Curi & Menezes-Filho, 2009). Nesse sentido, supõe-se que adolescentes estudantes de escolas privadas possuem entre si características semelhantes, no que diz respeito ao acesso a bens materiais e socioculturais, que os diferem de estudantes de escolas públicas, pertencentes a outros segmentos sociais, visto que,

Apenas nascer numa mesma época não compreende vivenciar as mesmas experiências, os fatores sociais e culturais atuantes conformam-se de maneiras particulares de acordo com a posição social ocupada por esses jovens, o que influencia diretamente na formação de suas trajetórias e, consequentemente, nas situações de vulnerabilidade à violência (Ruotti, Massa e Peres, 2011, p.387).

Posto isso, faz-se, então pertinente realizar novos estudos, com amostra diversa à utilizada no estudo de Komatsu (2014), no sentido de abarcar jovens de diferentes segmentos socioeconômicos, com vistas a ampliar efetivamente o conhecimento sobre o fenômeno dos comportamentos antissociais - divergentes e delituosos - em adolescentes brasileiros. Além de uma melhor e mais verossímil caracterização dos comportamentos antissociais em meio aos jovens da população geral, diversificar as amostras estudadas permitirá conhecer melhor, na realidade sociocultural brasileira, o impacto de variáveis de contexto com relação aos diferentes níveis de engajamento infracional, o que é particularmente relevante a programas de intervenção de prevenção de caráter universal, de base comunitária.

1.4 Comportamentos divergentes e delituosos autorrevelados em adolescentes e variáveis pessoais e sociais associadas - Levantamento bibliográfico

Adianta-se que no presente estudo se propôs investigar comportamentos antissociais em adolescentes provenientes de escolas privadas, a partir de um instrumento de autorrelato, aqui denominado Questionário de Comportamentos Juvenis, baseado no Self-Reported Delinquency Scale (SRD-scale), proposto no contexto do estudo Internacional Self Reported Delinquency-I (ISRD-I). Em outros contextos socioculturais, diversos estudos já foram realizados com instrumento equivalente, tendo sido capazes de detectar padrões diferenciados de comportamento antissocial em adolescentes.

Na base de dados Scielo foram pesquisados os termos “adolescentes em conflito com a lei” e “escola pública e escola privada/particular”. A pesquisa do primeiro termo visou obter referências utilizadas nos estudos referentes à criminalidade e à delinquência juvenil, no Brasil. A partir do termo “escola pública e escola privada” buscou-se referências sobre diferenças de caracterização dos estudantes investigados, sejam eles de escolas públicas ou de escolas privadas do Brasil.

Considerando que o instrumento Questionários de Comportamentos Juvenis investiga, além dos comportamentos antissociais, variáveis atinentes a outras cinco dimensões, associadas ao comportamento enquanto fatores de risco ao engajamento infracional, de acordo com inúmeras pesquisas e com o próprio modelo teórico que lhe subjaz, apresenta-se, a seguir, a revisão da literatura específica sobre tais dimensões abordadas no Questionário. São elas: as características pessoais/psicológicas do adolescente; sua família; suas atividades no tempo livre; sua escolarização; e seu entorno social. A revisão da literatura feita tem por base um levantamento bibliográfico realizado nas bases Periódicos CAPES, PsycINFO e Scielo. Nessas empregou-se, além dos termos já citados, o termo “Self Report Delinquency”.

Considerando também a peculiaridade da amostra estudada, formada completamente a partir do recrutamento de adolescentes em contexto de escolas privadas, e a explanação feita no item anterior (1.3), sobre o que pode isso significar, realizou-se também levantamento bibliográfico, específico, nas bases dos Periódicos CAPES e na PsycINFO, utilizando as palavras-chave “Self Reported delinquency e Social Class”, “Self Reported Delinquency e Socioeconomic Status”, “Juvenile Delinquency e Socioeconomic Status” e “juvenile delinquency e Social Class”.

As informações oriundas dessas revisões são sinteticamente expostas a seguir, considerando que elas ajudam a estabelecer hipóteses a serem ou não confirmadas pelos resultados do presente estudo.

1.4.1 Comportamentos divergentes e delituosos autorrevelados por adolescentes e suas características pessoais/psicológicas

Além das características psicológicas ou de personalidade, a idade e o sexo são duas variáveis de natureza pessoal, amplamente discutidas na literatura da área, que estariam associadas ao comportamento antissocial, cada qual a sua maneira.

Focalizando a idade, considera-se que esta é uma variável central para o estudo das trajetórias delituosas, visto que a descrição dessas implica em identificar as idades de ativação (idade de início da atividade delituosa), de desistência (idade em que inicia-se uma diminuição da atividade delituosa, até sua completa interrupção), assim como as idades de pico das atividades delituosas (quando a frequência do comportamento mostra-se a mais alta na trajetória de um determinado indivíduo), de forma a denotar diferenças nas trajetórias e no engajamento infracional (Piquero, Farrington & Blumstein, 2003). Além disso, a idade também é um parâmetro para estudar a variação de prevalência de comportamentos antissociais entre indivíduos de fases diferentes da vida.

A idade de ativação da atividade delituosa é um dos indicadores de nível de engajamento infracional e se associa à frequência, à duração e à variedade de delitos. Quanto mais precoce o início da atividade delituosa, maior tende de ser a frequência de delitos em um período de tempo, maior a tende ser a estabilidade das atividades delituosas no tempo e maior tende ser a variedade de tipos de delitos praticados (Bazon et al., 2011).

Nesse sentido, D'Abreu (2011), no contexto brasileiro, aponta que 40% dos participantes de sua pesquisa, compostos por adolescentes em medidas socioeducativas, praticaram o primeiro delito antes dos 12 anos de idade, uma característica indicadora de trajetória infracional persistente. No geral, a idade do primeiro delito entre os adolescentes participantes variou entre os 5 e os 17 anos, com a média de 12,2 anos (DP=2,2 anos). Sua amostra foi composta em 48% por jovens com idades entre 16 e 17, sendo que 49% deles teria praticado o primeiro delito entre 12 e 15 anos. Na pesquisa de Komatsu (2014), também brasileira, a idade média do primeiro delito, foi baixa para os dois grupos analisados: no grupo de escolares foi de 11 anos (DP=1,8); no grupo de adolescentes judicializados foi de 10,6 anos (DP= 2,3).

No que se refere ao pico de participação em atividades delituosas, os resultados obtidos no *ISRDI* confirmaram o apontado na literatura sobre comportamentos autorrevelados. Este se daria entre os 16 e os 17 anos de idade para maior parte de delitos. Especificamente, encontraram ainda, que a participação em delitos de vandalismo tem pico nas idades de 14 e 15 anos e no delito de violência contra pessoas o pico acontece aos 18 e 19 anos. Quanto a comportamentos divergentes, como uso de drogas e de álcool, direção sem carteira de habilitação e os delitos de evasão de tarifas (utilizar transporte público sem pagar), assim como a receptação, no conjunto de estudos realizados no *ISRDI* verificou-se que eles apresentaram tendência a começar em idades mais avançadas e a continuarem após a adolescência (Junger-tas, 1994b).

Por fim, Hartjen e Priyardasini (2003) detectou, por meio da análise de Correlação de Pearson, que entre os adolescentes franceses a idade se relaciona positivamente a todos os tipos de delitos, indistintamente para meninos e para meninas, ou seja, quanto mais velho o adolescente, maior a chance de já ter praticado um tipo específico de delito, ponderando que essa relação não é robusta para delitos leves.

Tratando da variável “sexo”, as pesquisas realizadas por Hartjen e Priyardasini (2003), Gutierrez e Shoemaker (2008), Bañares et al. (2010) e Jolliffe (2013) identificaram, conforme o esperado, maior prevalência de comportamentos delituosos entre adolescentes do sexo masculino. Junger-Tas (1994b) relata que esse resultado também foi obtido por todos os países participantes do *ISRDI*. No entanto, ao se analisar a participação de meninos e de meninas em delitos específicos, observam-se comportamentos antissociais que não se diferenciaram em relação à participação masculina ou feminina, havendo, ainda, alguns mais praticados por indivíduos do sexo feminino e alguns mais praticados pelo sexo masculino.

No *ISRDI*, os problemas de comportamento, a evasão de tarifas e furtos em lojas tiveram prevalências iguais entre os sexos (Junger-Tas, 1994b). De igual maneira, o furto em loja não se diferenciou entre os sexos nas amostras analisadas por Gutierrez e Shoemaker (2008), nas Filipinas, Houghton et al. (2013), na Austrália, e Jolliffe (2013), no Reino Unido, assim como o uso de drogas leves ou uso de maconha nas pesquisas de Houghton et al. (2013) e Jolliffe (2013). Além dos furtos e do uso de drogas leves, Houghton et al. (2013) encontraram a mesma prevalência, entre indivíduos dos sexos masculino e feminino, em outras quatro categorias de comportamentos antissociais investigados em sua pesquisa: os delitos relacionados a veículos e a propriedade, assim como em problemas escolares e em uso de drogas pesadas. Contrariando o esperado pelos pesquisadores, no estudo realizado por Le, Monfared e Stockdale (2005), com 329 adolescentes chineses, cambojanos, laotianos e

vietnamitas, imigrados para os Estados Unidos, os comportamentos antissociais de meninas e meninos também não se diferenciaram significativamente.

Considerando a análise geral do *ISRD-I*, os delitos relacionados à violência, assim como o vandalismo e os roubos, foram mais observados em adolescentes do sexo masculino (Junger-Tas, 1994b). Nas pesquisas de Gutierrez e Shoemaker (2008), Houghton et al. (2013) e Lucia e Killas (2013) adolescentes do sexo masculino também se diferenciaram significativamente do grupo de meninas na prática de delitos violentos. Lucia e Killas (2013) investigaram uma forma específica de violência, a crueldade contra animais, sendo a participação masculina, nesta prática, três vezes maior quando comparada à feminina. Além dos delitos de violência, na amostra analisada por Gutierrez e Shoemaker (2008), os delitos de vandalismo também seriam mais cometidos pelo sexo masculino.

Na pesquisa com adolescentes brasileiros, realizada por D'Abreu (2011), embora 90% da amostra tenha sido formada por indivíduos do sexo masculino, não foram detectadas diferenças entre os sexos quanto à idade, à escolaridade e à idade do primeiro delito. Os meninos apresentaram frequências significativamente maiores em roubo de automóvel, furto de bicicleta ou de moto, receptação, roubo e porte de arma e as meninas em furto na própria casa e em evasão do lar.

Ainda a respeito da participação diferencial de meninos e meninas em comportamentos antissociais, é interessante relatar que Hartjen e Priyadasini (2003) observaram que, apesar da participação em delitos dos adolescentes do sexo masculino ser mais frequente, na amostra que estudaram, não foram observadas diferenças significativas entre os dois sexos quanto as variáveis preditoras de comportamentos delituosos.

Tratando, agora de características pessoais ou de personalidade, pode-se afirmar que muitos estudos se dedicaram a investigar aquelas que estariam possivelmente associadas ao comportamento antissocial nos adolescentes. Heaven (1996) e Jolliffe (2013), por exemplo, analisaram a relação entre delinquência autorrevelada e os cinco fatores de personalidade denominados Big-Five, conhecidos como neuroticismo ou instabilidade emocional, extroversão, amabilidade, conscienciosidade (capacidade de concentração, disciplina, de se orientar para as obrigações e para objetivos e de controlar os impulsos) e abertura para experiências. Considerando que Heaven (1996) se ateve apenas aos delitos de violência e de vandalismo, o neuroticismo se mostrou positivamente associado ao vandalismo para o sexo masculino, e à violência para os adolescentes do sexo feminino (Heaven, 1996). No estudo de Jolliffe (2013) esse se relacionou positivamente, em adolescentes do sexo masculino, à delinquência autorrevelada (Jolliffe, 2013). A extroversão se relacionou positivamente apenas

à delinquência autorrevelada em adolescentes do sexo feminino (Jolliffe, 2013). Quanto às dimensões amabilidade, conscienciosidade e abertura para novas experiências, essas relacionaram-se negativamente a comportamentos delituosos. Nesse sentido, Heaven (1996) verificou que amabilidade, em ambos os sexos, relacionava-se negativamente à violência interpessoal e ao vandalismo, especificamente, no sexo masculino, e que conscienciosidade relacionava-se negativamente, para ambos os sexos, ao vandalismo. Jolliffe (2013) concluiu que quanto menor o nível de amabilidade e conscienciosidade, em ambos os sexos, e de abertura no sexo feminino, mais delitos são revelados nos inquéritos de delinquência autorrevelada.

Em uma segunda parte do estudo de Heaven (1996), o autor averiguou diferentes facetas das cinco dimensões do Big-Five em 90 estudantes de graduação em Psicologia. Nesse estudo as facetas da amabilidade - ser confiável e altruísta - associaram-se negativamente à violência e ao vandalismo, e ser submisso associou-se negativamente à violência. A autodisciplina, faceta da conscienciosidade, relacionou-se negativamente ao vandalismo. A característica de busca por sensações, faceta da extroversão, relacionou positivamente aos delitos de vandalismo e à violência (Heaven, 1996).

Formiga et. al. (2006), Maldonado-Molina et al. (2009) e Bjornebekk e Howard (2012) corroboraram a pesquisa de Heaven (1996), com relação à característica de busca por sensações. Formiga et al. (2006) investigaram a busca de sensações, em termos de busca pela novidade e pela experiência de intensidade, considerando que o interesse dos adolescentes não está apenas em correr risco, mas em vivenciar experiências novas e intensas. Os resultados indicaram que as subescalas novidade e intensidade, assim como o constructo total, busca por sensação, se relacionaram positivamente, em meninos e meninas, aos comportamentos divergentes e delituosos analisados no estudo. Como já relatado, Maldonado-Molina et al. (2009) apontaram esse traço de personalidade como um dos principais fatores para o engajamento delituoso sério. Bjornebekk e Howard (2012), em relação à busca de sensações, encontraram correlação positiva com todos os delitos e divergências investigadas, sendo que a análise de regressão confirmou a sua influência em delitos leves, delitos contra propriedade e comportamentos divergentes.

Nessa mesma direção, estudos denotam que os comportamentos antissociais se mostram, também, relacionados ao atributo impulsividade. Palmer e Hollin (1997), por meio de análise de regressão, verificou ser a impulsividade um dos três preditores da delinquência autorrevelada, juntamente com as variáveis pais pouco afetivos e instabilidade mental. Komatsu (2014) relacionou o engajamento delituoso mais severo à impulsividade.

Contrariamente à impulsividade, tem-se o constructo do autocontrole. Meldrum, Young e Weerman (2009) verificaram que o autocontrole, quando baixo, é a variável que mais regula o comportamento antissocial, superando os efeitos da frequência de pares antissociais

Bjornebekk e Howard (2012), por seu turno, investigaram também a faceta agressividade e como diferentes tipos de agressividade (explosiva/reativa, vingativa, coercitiva e de busca de sensações) se relacionariam a comportamentos delituosos. Além de uma escala para mensurar tipos de agressividade, Bjornebekk e Howard (2012) utilizaram também, na pesquisa, um questionário dirigido aos professores dos adolescentes visando avaliar problemas externalizantes (ansiedade-depressão e problemas de atenção), um questionário de Delinquência Autorrevelada e uma escala de habilidades sociais. Verificou-se correlação positiva entre a agressividade explosiva/reativa e comportamentos externalizantes e número de suspensões escolares, e entre agressividade vingativa e comportamentos externalizantes, delitos contra propriedade e andar armado. Por meio da análise de regressão confirmou-se a contribuição da agressividade explosiva/reativa sobre o índice de suspensões escolares e sobre os delitos de andar armado, delitos violentos e dano à propriedade (Bjornebekk & Howard, 2012).

Relacionado à agressividade, o psicoticismo, domínio da personalidade proposto por Eysenck, juntamente ao neuroticismo e à extroversão, retrataria indivíduos agressivos, antissociais, frios e não empáticos. Heaven e Virgen (2001), utilizando este conceito, realizaram estudo junto a 199 adolescentes escolares australianos do sexo masculino, de 12 a 15 anos, e verificaram que o psicoticismo seria um preditor da delinquência masculina. Contrariando o esperado pelos autores, o neuroticismo e a extroversão não se associaram à delinquência autorrevelada (Heaven & Virgen, 2001).

No estudo de Lucia e Killas (2011) a respeito do maltrato a animais, comportamento também relacionado à agressividade, verificou-se que esse seria preditor de condutas violentas mais graves, podendo ser considerado, em determinada perspectiva, uma das etapas de manifestação de violências e crueldades mais severas. Evidenciou-se que jovens que maltratam animais admitem outros delitos e possuem engajamento infracional severo. O comportamento estaria associado a eventos traumáticos e a fraca supervisão parental, e tenderia a acontecer juntamente com cabular aulas. Não se sabe, no entanto, se o contexto de violência precede ou antecede a crueldade contra animais. Os autores concluem que aceitar a crueldade contra animais relaciona-se a altos índices de delinquência, no geral, e, particularmente, ao vandalismo, à violência e a delitos contra propriedade.

De igual maneira, Hartjen e Priyadasini (2003) verificaram que possuir uma orientação, uma atitude favorável a comportamentos antissociais, está relacionado a todos os tipos de delitos, independente do sexo do adolescente. Maldonado-Molina et al. (2009) observaram que a atitude antissocial é um dos fatores de risco essenciais para conduta delituosa séria. Além disso, Maldonado-Molina et al. (2009) e Komatsu (2014) verificaram que essa característica é capaz de diferenciar os adolescentes com nível de engajamento mais sério.

Em síntese, os resultados indicam que a idade do primeiro delito está relacionada ao padrão de conduta delituosa, sendo que adolescentes judicializados, ou seja, com engajamento infracional sério, apresentam idade de primeiro delito precoce (D'Abreu, 2011; Komatsu, 2014). É ainda possível indicar que o pico de atividade infracional ocorre entre os 16 e os 17 anos de idade (Junger-Tas, 1994b), e quanto mais velho o adolescente maior a possibilidade de já ter manifestado algum tipo de comportamento delituoso (Hartjen & Priyadasini, 2003). Nesse sentido, espera-se que os resultados obtidos no presente estudo verifiquem prevalência de comportamentos antissociais maior entre adolescentes mais velhos e que adolescentes com engajamento infracional mais significativo tenha manifestado o agir delituoso mais cedo. Em relação a variável sexo, Junger-Tas (1994b), Hartjen e Priyadasini (2003), Gutierrez e Shoemaker (2008), Bañares et al. (2010) e Jolliffe (2013) encontraram que a prevalência total de delitos é maior entre o sexo masculino.

No que se refere às características psicológicas, com base nos estudos citados, espera-se que no presente estudo as variáveis impulsividade, valores antissociais e atitude violenta apresente escores maiores entre os adolescentes com nível de engajamento infracional mais significativo. Em relação à impulsividade, os estudos indicam que essa é preditora da delinquência autorrevelada (Palmer e Hollin, 1997), assim como, é capaz de se diferenciar entre adolescentes com diferentes padrões condutuais (Komatsu, 2014). A variável valor antissocial distinguiu adolescentes com nível de engajamento mais sério nos estudos de Maldonado-Molina et al. (2009) e de Komatsu (2014). Bjornebekk e Howard (2012), por sua vez, identificaram a agressividade (característica relacionada a atitude violenta) à prática de comportamentos delituosos.

1.4.2 Comportamentos divergentes e delituosos autorrevelados em adolescentes e variáveis familiares

Em todos os países participantes do *ISRD-I*, o relacionamento próximo entre pais e filhos se associou a menor prevalência de comportamentos delituosos. Especificamente, o levantamento realizado na Inglaterra apontou que a probabilidade de o adolescente fugir de casa é quatro vezes maior quando existe problemas de relacionamento entre mãe e filho, e nove quando existe os problemas de relacionamento com o pai. Em todos os outros países participantes, com exceção de Portugal, a relação com o pai mostrou-se tão importante quanto a relação com a mãe, principalmente para prevenir os delitos relacionados à violência, delitos relacionados a drogas e problemas de comportamento (Junger-Tas, 1994b).

Na maioria dos estudos do *ISRD- I*, conforme o já esperado, a supervisão parental também se mostrou fortemente e negativamente relacionada a todos os tipos de delitos. A fraca/inadequada supervisão parental associou-se a uma maior prevalência de comportamentos antissociais autorrevelados, incluindo uso de álcool e outras drogas e problemas comportamentais (Junger-tas, 1994b). Nos estudos de Palmer e Hollin (2001), Lucia e Killas (2011), Jackson (2013) e Komatsu (2014) a supervisão parental também se relacionou aos comportamentos autorrevalados.

Palmer e Hollin (2001) concluíram que dentre outras variáveis do aspecto familiar, existe uma relação negativa entre a supervisão familiar e a prevalência e a frequência de comportamentos antissociais autorrevelados. Por meio de análise de regressão os autores confirmaram a supervisão parental fraca como preditora da prevalência e da frequência dos comportamentos antissociais, destacando-se ainda, como preditora de prevalência, as “práticas disciplinares externas”, que se refere ao uso de fontes externas na disciplina dos filhos (chamar polícia ou autoridades, trancar o filho fora de casa ou deixar que alguém, que não os pais, interfira nos conflitos familiares), e como preditoras de frequência, a idade do adolescente e o fato de as práticas parentais positivas serem fracamente implementadas. Lucia e Killas (2011) verificaram que a fraca supervisão parental está relacionada ao delito por eles investigado, crueldade contra animais.

Jackson (2013) associou, indiretamente, as deficiências da supervisão parental ao engajamento delituoso dos filhos, ao pesquisar sobre o impacto das variáveis “uso de drogas pelos pais/responsáveis”, “modelo familiar” e “condições sociais” nos comportamentos antissociais autorrevelados por adolescentes, concluiu que o consumo de drogas pelos pais diminui a supervisão parental, facilitando o aumento do contato e exposição do adolescente a

modelos antissociais. Na pesquisa de Komatsu (2014) o constructo “práticas educativas parentais” diferenciou grupos de adolescentes com diferentes níveis de engajamento infracional, sendo que aqueles com engajamento mais significativo seriam submetidos a práticas educativas mais inadequadas, caracterizadas por fraca/insuficiente supervisão parental.

O estilo de práticas parentais foi o foco de investigação do estudo de Palmer e Hollin (2001), assim como as pesquisas desenvolvidas por Peiser e Heaven (1996), Heaven e Virgen (2001) e Carvalho e Gomide (2005) que estudaram a influência de diferentes estilos de práticas educativas ou disciplinares parentais em comportamentos antissociais. Peiser e Heaven (1996) averiguaram, com base nos dados obtidos junto a 177 adolescentes australianos, a relação entre delinquência autorrevelada, relações familiares, estilo de disciplina parental, *lôcus* de controle e autoestima (estes dois últimos constructos considerados possíveis mediadores dos efeitos das práticas parentais sobre a delinquência). Os resultados indicaram que o estilo disciplinar dos pais é um forte preditor da delinquência autorrevelada. Para meninas, a disciplina indutiva, caracterizada pela emissão de leis gerais para momentos específicos, é protetiva contra a delinquência. Para os meninos, a disciplina punitiva está associada a altos índices de comportamentos delituosos. A percepção de problemas nas relações familiares relacionou-se à baixa autoestima, a *lôcus* de controle externo e a altos níveis de delinquência autorrevelada. Diferente do esperado, o *lôcus* de controle e a autoestima não foram mediadores da relação disciplina familiar e delinquência autorrevelada (Peiser & Heaven, 1996).

A proposta de Palmer e Hollin (2001) era investigar a associação entre as variáveis julgamento sociomoral, práticas parentais e comportamentos delituosos autorrevelados, junto a 94 adolescentes escolares (28 homens e 66 mulheres), de 12 a 18 anos. Para mensurar a percepção de práticas parentais utilizou-se um questionário de autorrelato, desenvolvido por Krohn (1992), que busca avaliar a percepção dos filhos sobre o comportamento parental. Outros dois instrumentos de autorrelato foram utilizados para mensurar o julgamento sociomoral e a delinquência autorrevelada.

Além do resultado sobre supervisão parental já citado, a prevalência da delinquência autorrevelada se relacionou, também, negativamente, à disciplina consistente e ao apego aos pais, e positivamente a práticas disciplinares externas. A frequência de delitos autorrevelados se relacionou negativamente, ainda, à disciplina consistente e ao julgamento sociomoral. No que se refere à gravidade dos delitos autorrevelados, essa se relacionou, apenas, negativamente ao julgamento sociomoral. As variáveis preditoras encontradas para gravidade

de delitos foram idade, fraco investimento parental e julgamento sociomoral inadequado do adolescente. No geral, a delinquência autorrevelada se mostrou negativamente relacionada a um estilo parental zeloso e envolvente, e positivamente relacionada a estilos parentais caracterizados por punições físicas e psicológicas (Palmer & Hollin, 2001).

Heaven e Virgen (2001), em estudo já citado, além de características de personalidade, investigaram também os estilos de disciplina dos pais, baseados no modelo de Shaw e Scott (1991), no qual a disciplina poderia se dar em três estilos, o *punitive style* (estilo punitivo), baseado em técnicas de poder agressivas, com o uso de punições físicas, o *love withdrawal* (amor retirado), baseado em um mecanismo psicológico no qual os pais, ao tentar inculcar vergonha, presumem que a criança ficará ansiosa com a possibilidade de perder o amor parental, e o *inductiveness* (indutividade) ou discussão calma, baseado em técnicas de disciplina por meio das quais os pais explicam para os filhos as consequências de seus comportamentos. Os resultados indicaram que o estilo punitivo é um forte preditor de comportamentos delituosos, confirmando a hipótese de que modelos de educação desadaptativos afetam negativamente o desenvolvimento humano.

O estudo, no contexto brasileiro, de Carvalho e Gomide (2005), apesar de não ter utilizado qualquer instrumento de Delinquência Autorrevelada, corroborou os estudos anteriores. As autoras investigaram as práticas parentais de mães e de pais de adolescentes em conflito com a lei. Participaram da pesquisa 41 famílias. Os adolescentes, pais e mães responderam ao Inventário de Estilos Parentais (IEP). Os resultados indicaram que para maior parte da amostra, a soma dos estilos parentais negativos (negligência, punição inconsistente, disciplina relaxada, monitoria negativa e abuso físico) superaram a soma dos estilos parentais positivos (monitoria positiva e comportamento moral), indicando preponderância dos estilos parentais considerados desadaptativos.

Outras variáveis importantes no âmbito da família, o apego e o investimento de tempo em atividades em conjunto, entre o adolescente e seus pais, foram investigadas nas pesquisas de Palmer e Hollin (2001), Hartjen e Priyadarsini (2003), Shears e Furman (2005) e Komatsu (2014). Palmer e Hollin (2001) verificaram associação positiva entre essas duas variáveis e o julgamento sociomoral dos adolescentes; além disso, como citado acima, o apego aos pais se relacionou negativamente à delinquência autorrevelada e o investimento se destacou como preditor da gravidade de delitos autorrevalados. Hartjen e Priyadarsini (2003), todavia, contrariando as expectativas, não detectaram correlação significativa entre investimento familiar e atitudes antissociais nas amostras compostas por adolescentes franceses do sexo masculino e feminino.

Shears e Furman (2005), ponderando que família, escola e pares são variáveis comumente associadas ao comportamento infracional, investigaram se associações entre essas e o comportamento antissocial ocorreriam da mesma maneira para diferentes grupos étnicos/raciais. Participaram da pesquisa 342 jovens com idade média de 15,8 anos, na faixa etária entre 13 e 17 anos. A amostra se caracterizou por apresentar envolvimento severo em delitos e alto risco de uso de álcool e outras drogas. Do total, 97% relataram pelo menos dois atos delituosos durante o período de um ano. O questionário utilizado na pesquisa foi o *Adolescent Self-Assessment Profile* (ASAP), o qual avalia variáveis atinentes à família, aos pares (associação a pares desviantes e influência negativa de pares), à escola (problemas escolares atuais, problemas escolares passados, históricos de suspensões e expulsões), crença e valores sociais e comportamento antissocial. Em relação à família, os autores verificaram, por meio da análise de Correlação de Pearson, correlação negativa entre apego aos pais e comportamento delituoso; no entanto, ao efetuarem o controle da variável etnia, analisando separadamente afroamericanos, anglo-saxões e hispânicos, essa correlação mostrou-se estatisticamente insignificante.

Na amostra analisada por Komatsu (2014), os grupos de adolescentes com engajamento delituoso mais sério apresentaram o apego e o investimento mais fracos.

Palmer e Hollin (1997, 2000), em duas ocasiões, investigaram a relação entre percepção sobre parentalidade (como são os próprios pais), o julgamento sociomoral e a delinquência autorrevelada. Na primeira investigação (Palmer & Hollin, 1997) participaram 65 estudantes de graduação, com idades entre 18 e 27 anos, 48 mulheres e 18 homens. No segundo estudo (Palmer & Hollin, 2000) compuseram a amostra pesquisada 97 jovens em conflito com a lei, do sexo masculino, com idades entre 13 e 21 anos e 77 jovens recrutados em escolas, com idades entre 12 e 24 anos. Os resultados encontrados por Palmer e Hollin (1997) indicaram que os escores de delinquência autorrevelada se relacionou positivamente com a percepção de rejeição pelo pai e pela mãe, e negativamente com a percepção de pai e mãe zelosos. Detectou-se, ainda, correlação negativa entre o julgamento sociomoral dos jovens e a percepção de rejeição materna, e correlação positiva entre características de alienação nos filhos e percepção de superproteção materna.

Em Palmer e Hollin (2000), como esperado, os comportamentos antissociais autorrevelados foi significativamente maior no grupo de adolescentes em conflito com a lei, diferenciando as duas amostras investigadas em termos comportamentais. A percepção de serem rejeitados pelo pai foi significativamente maior entre os adolescentes judicializados, enquanto a percepção de possuírem pais zelosos e superprotetores não se diferenciou nas duas

amostras investigadas. Entre os jovens judicializados, os escores obtidos no questionário de delinquência autorrevelada aplicado se relacionaram positivamente com a percepção de rejeição materna e paterna; tanto o escore total como a frequência de delitos autorrevelados se relacionaram negativamente à percepção de pai zeloso. No entanto, essas associações não foram detectadas entre jovens convencionais.

Quanto ao uso de drogas e de cigarro pelos pais, as pesquisas de Ellis, Widmayer e Das (2012) e Jackson (2013), como relatado, observaram as associações entre essa variável e o comportamento antissocial autorrevelado nos filhos. Ellis et al. (2012) pesquisaram a possível relação entre o comportamento de fumar de mães durante a gravidez e os comportamentos delituosos dos filhos. Participaram do estudo 6.332 estudantes e suas mães. Os adolescentes responderam a um questionário de delinquência autorrevelada e suas mães a um questionário retrospectivo sobre seus próprios hábitos de fumar, enquanto estavam grávidas. Os resultados confirmaram estudos anteriores, evidenciando relação entre as duas variáveis. Para aquelas mães que relataram uso de drogas ilícitas a relação foi ainda mais robusta. Os autores cogitam que os resultados encontrados advêm, principalmente, do fato de os fatores ambientais relativos, igualmente, às duas variáveis estarem presentes para certos indivíduos como, por exemplo, dieta empobrecida, uso de outras substâncias e a falta de cuidados durante a gravidez, bem como a genética que predispõe mãe e filho a atitudes antissociais. Em seu turno, Jackson (2013) verificou que o uso de drogas ilícitas pelos pais se mostrou positivamente relacionado à delinquência autorrevelada dos filhos, mas não ao uso de drogas, enquanto o consumo de drogas lícitas (álcool e tabaco) se mostrou associada ao uso de drogas pelos filhos, mas não a comportamentos antissociais.

Por fim, alguns autores, além de focar variáveis dinâmicas, do funcionamento familiar, também focam algumas estáticas, como a composição familiar. Hartjen e Priyadarsini (2003), por exemplo, verificaram que estar inserido em famílias recompostas se associa a prática de delitos para adolescentes do sexo masculino, mas não para os adolescentes do sexo feminino. De igual maneira, Jackson (2013) identificou correlação negativa entre morar com os pais biológicos e comportamentos antissociais autorrevelados em adolescentes, e Jolliffe (2013), por sua vez, verificou que meninas em conflito com a lei têm maior probabilidade de pertencer a famílias não tradicionais.

Em suma, considerando os estudos encontrados espera-se, no presente estudo, que os adolescentes com nível de engajamento mais severo apresentem práticas parentais inadequadas (supervisão parental fraca) e pouco apego aos pais. A literatura indica relação dessa característica com o comportamento infracional. Nos estudos de Heaven e Virgen

(2001), Peseir e Heaven (1996) e Carvalho e Gomide (2005) os autores identificaram a relação entre comportamento delituoso e práticas parentais inadequadas e punitivas. Além disso, supervisão parental fraca está também relacionada a esse tipo de comportamento (Junger-Tas, 1994; Komatsu, 2014; Lucia & Killas, 2011; Palmer & Hollin, 2001). O investimento e o apego parental foram estudados nos estudos de Palmer e Hollin (2001), Hartjen e Priyadarsini (2003), Shears e Furman (2005) e Komatsu (2014). Alguns resultados não esperados foram encontrados: Hartjen e Priyadarsini (2003) não confirmou a associação entre delinquência autorrevelada e investimento parental e Shears e Furman (2005) não confirmou o apego aos pais como preditor do comportamento delituoso.

1.4.3 Comportamentos divergentes e delituosos autorrevelados em adolescentes e variáveis escolares

Para Le et al. (2005) é evidente o papel da escola como importante fator de proteção. No estudo realizado pelos pesquisadores com adolescentes imigrantes de diferentes nacionalidades o vínculo escolar relacionou-se inversamente à prática delituosa, independente da origem do participante. Shears e Furmn (2005) e Komatsu (2015) corroboraram a mesma relação. Na pesquisa de Komatsu (2015) o fraco vínculo escolar distinguiu adolescentes caracterizados pelo engajamento infracional mais severo daqueles com níveis de engajamento menor ou inexistente.

Nessa direção, o tempo gasto com atividades escolares (investimento escolar) (Hartjen & Priyadasini, 2003), o desempenho escolar (Hartjen & Priyadasini, 2003, Komatsu, 2015), gostar da escola e acreditar na importância da educação (Junger-Tas, 1994b, Komatsu, 2015) foram aspectos também associados, negativamente, ao comportamento delituoso.

Hartjen e Priyadasini (2003) observou que quanto maior o tempo gasto com estudo pelos adolescentes menor a quantidade de comportamentos antissociais autorrevelados. Notou-se, ainda, que indivíduos do sexo feminino apresentam maior investimento escolar, ou seja, passam mais tempo estudando ou engajadas em atividades escolares. Shears & Furman (2005) verificaram que mesmo após o controle estatístico de raça/etnia o histórico de expulsões e suspensões escolares é um preditor consistente de comportamento delituoso, para afroamericanos, anglos e hispânicos, respectivamente.

Frequentar a escola evidenciou-se relevante nesse âmbito também nas conclusões elaboradas por Enzmann et al. (2010), que descreveu e comparou os resultados obtidos no *Second Internacional Self-Reported Delinquency (ISRD-2)* que como na primeira versão

(*ISRD-I*), foi um estudo realizado transculturalmente, por meio de Questionário de Delinquência Autorrevelada. Observou-se que países que, num passado recente, haviam adotado o modelo político e econômico socialista apresentavam as menores taxas de prevalência e variedade de delitos violentos praticados por adolescentes, fazendo pressupor a influência de um controle social mais rígido, exercido principalmente pelas escolas; o contrário foi verificado nos países mais prósperos, capitalistas, sugerindo haver uma relação entre modelo político/econômico e criminalidade. Por outro lado, os dados sobre vitimização de adolescentes, também pesquisados com o mesmo instrumento, indicaram taxas mais elevadas nos países que haviam sido socialistas, sugerindo que jovens mais velhos, fora da idade escolar, porém mais livres do controle rígido, constituíam o grupo com vítimas mais frequentes, especialmente em relação a seus pares mais novos, os adolescentes em idade escolar.

Assim como o investimento, o desempenho escolar, que diz respeito aos resultados acadêmicos conquistados pelos estudantes, opera de igual maneira, quanto maior as notas escolares menor o número de delitos relatados, tanto para meninas quanto para meninos, de acordo com o estudo de Hartjen e Priyadasini (2003). Sobre esse constructo, Junger-Tas (1994b), referiu sobre o *ISRD-I* que enquanto em algumas populações detecta-se a relação entre repetir de ano e comportamentos delituosos, no geral, em outras localidades (Itália, Atenas, Espanha, Portugal e Belfast) é possível identificar uma forte relação entre repetir de ano e apresentar comportamentos violentos, especificamente. Komatsu (2014) concluiu que o baixo desempenho escolar se diferencia significativamente entre os grupos de adolescentes com engajamento infracional mais sério e aquele formado por adolescentes sem envolvimento delituoso.

No mesmo conjunto de estudos internacionais, para todas as populações investigadas no *ISRD-I* os adolescentes que relataram gostar da escola revelaram uma quantidade consideravelmente menor de todos os tipos de delitos pesquisados, comparados àqueles que mencionavam não gostar da escola. Acreditar que a escola promove sucesso na vida futura apresentou-se negativamente relacionado ao consumo de drogas e álcool e problemas de comportamento para algumas populações específicas participantes do *ISRD-I* (Junger-Tas, 1994b). Komatsu (2014) analisou em seu estudo o constructo “valores negativos com relação à escola”, que incluía questões relativas a gostar ou não da escola e acreditar que estudar é importante para o futuro e constatou que os adolescentes sem envolvimento delituoso pontuaram nessa medida significativamente menos que adolescentes com outros diferentes níveis de engajamento infracional.

No tocante ao nível de escolaridade, em todas as investigações realizadas para o *ISRDI*, o baixo nível de escolaridade se relacionou fortemente aos delitos de violência. Os delitos de evasão de tarifas e direção sem carteira de habilitação aumentou entre pessoas com maior nível educacional, em localidades específicas, como Mannheim (cidade independente na Alemanha). Do mesmo modo, o consumo de drogas foi observado mais frequentemente entre grupos com alto nível de escolaridade em Mannheim e nos países Holanda e Espanha, já nas populações da Bélgica, Suíça e Belfast (capital da Irlanda do Norte) o consumo de ilícitos foi maior entre adolescentes evadidos da escola (Junger-Tas, 1994b).

Enfim, Komatsu (2014) observou-se, ainda, que adolescentes com engajamento delituoso mais severo se diferencia dos adolescentes sem engajamento delituoso em relação a “percepção de degradação da escola” e considerando que muitos alunos atribuem avaliações distintas a mesma escola, o autor sugere que ao perceberem a escola como ambiente deteriorado o adolescente diminui o valor atribuído a ela e conseqüentemente o vínculo escolar enfraquece.

1.4.4 Comportamentos divergentes e delituosos autorrevelados em adolescentes e o tempo livre (rotina e pares)

Os resultados encontrados por Heaven e Virgen (2001) e Le et al. (2005) confirmaram a relação entre comportamentos antissociais autorrevelados e filiação a pares antissociais. Hartjen e Priyadarsini (2003) averiguou o mesmo dado, observando ainda que na amostra por eles estudada o envolvimento com pares desviantes mostrou-se mais fortemente relacionado aos comportamentos antissociais que o desempenho e o investimento escolar, variáveis também relevantes, segundo o estudo. Ademais, ressaltou-se que a correlação mais forte encontrada pelos autores foi entre os comportamentos delituosos e o constructo mensurado por eles: “exposição a pares antissociais indexado”, quando o envolvimento e a exposição a pares antissociais são avaliados conjuntamente, considerando que adolescentes do sexo masculino apresentaram pontuação referente a esse constructo quatro vezes maior que as adolescentes do sexo feminino. Ainda, por meio de análise de regressão, confirmou-se que o envolvimento com pares antissociais explica muitos casos de conflito com a lei.

Shears e Furman (2005) investigaram dois constructos relacionados aos pares. A associação a pares desviantes, tendo por base a percepção do adolescente sobre a frequência com a qual seus pares se engajariam em atividades delituosas, e a influência de pares, tendo por base a percepção do adolescente sobre a influência negativa exercida pelos pares sobre si.

Os resultados indicaram que, quando controlada estatisticamente a raça/etnia dos adolescentes, a associação a pares desviantes é um preditor consistente de comportamentos antissociais para afroamericanos, anglo-saxões e hispânicos (respectivamente). Em contrapartida, o constructo influência de pares apresentou-se como preditor apenas para o grupo de afroamericanos.

Komatsu (2014), por sua vez, concluiu que adolescentes com diferentes níveis de engajamento infracional possuem amigos/colegas que apresentam comportamentos infracionais, no entanto aqueles com engajamento infracional mais severo se relacionam com uma quantidade maior de pares antissociais, sugerindo uma identificação maior desses a pares desviantes.

Zhang e Messner (2000), Meldrum et al. (2009) e Meldrum e Bolman (2013), considerando que a associação a pares antissociais é um dos fatores mais associados ao comportamento infracional, realizaram pesquisas para se certificar se o método do autorrelato é, de fato, eficiente para investigar tal variável.

Zhang e Messner (2000) avaliaram a associação a pares desviantes e o comportamento antissocial em adolescentes, de duas maneiras: por meio de um questionário de delinquência autorrevelada, quando o adolescente relatava, também, o comportamento de seus pares; e por meio do relato dos pais, que referiam sobre os amigos/colegas de seus filhos e sobre os próprios filhos. Os autores concluíram que a percepção sobre associação a pares antissociais pelos pais é mais consistente, sendo que o instrumento de autorrelato não é suficiente para avaliar todos os indicadores inerentes ao constructo pesquisado (delinquência de pares). No entanto, ainda assim, os altos índices de delinquência autorrevelada associaram-se positivamente à existência de pares infratores relatados pelos pais. Por fim, concluiu-se que o relato sobre o comportamento dos pares é influenciado pelos próprios comportamentos do adolescente relator.

Meldrum et al. (2009) também constataram que os tradicionais questionários de delinquência autorrevelada não parecem ser o método mais eficaz quando se pretende avaliar comportamentos antissociais de colegas e amigos. Os autores avaliaram a associação a pares desviantes por meio do autorrelato (o adolescente relata o próprio comportamento) e do relato indireto (o adolescente relata o comportamento do amigo). Para focalizar os pares de amigos, os participantes da pesquisa apontavam em uma lista de estudantes da mesma escola aqueles que lhe eram mais próximos, possibilitando aos pesquisadores comparar os resultados posteriormente. Verificou-se que os relatos indiretos se diferenciavam dos relatos diretos, modificando, inclusive, a relação da variável “pares desviantes” e comportamentos

autorrevelados, manifestando-se, nesse caso, apenas como “relação moderada”. Os resultados indicaram, sobretudo, que o tempo gasto com pares antissociais está mais fortemente relacionado a comportamentos antissociais autorrevelados, que a associação a pares antissociais e a característica de autocontrole, também investigada no estudo.

Do estudo de Meldrum e Bolman (2013) participaram 2.154 indivíduos, divididos em dúzias de 1.077 pares de amigos. Os pares de amigos participantes respondiam, cada qual, a um questionário de delinquência autorrevelada, e um deles (chamado de autor) respondia também sobre a participação do amigo (chamado de parceiro) em atividades antissociais. Os questionários dos pares foram comparados entre si por meio de análise fatorial confirmatória. Os resultados apontaram que para os delitos de roubo, violência e vandalismo, a percepção do autor e o autorrelato do parceiro possuíam correlação fraca para os dois primeiros, e moderada para o último, sugerindo que utilizar a percepção para mensurar o comportamento delituoso de pares pode não ser um meio válido para esses tipos de delito. Para o uso de álcool e outras drogas a percepção do autor sobre o comportamento do parceiro teve correlação alta com o comportamento autorrevelado pelo parceiro. O estudo encontrou também uma forte correlação entre a delinquência autorrevelada do autor e sua percepção sobre o comportamento do parceiro. Já com relação à comparação entre o comportamento autorrevelado do parceiro e do autor, as maiores correlações encontradas foram para o uso de drogas (0,590) e álcool (0,591).

Em relação à rotina dos adolescentes, Junger-Tas (1994) refere que, segundo resultados encontrados no *ISRD-I*, o autorrelato de uso de drogas e de delitos de violência e contra propriedade, seriam mais prevalentes em meio a adolescentes que não estudam ou trabalham, ou seja, em meio àqueles com uma rotina mais livre ou desestruturada.

Já Schreck, Burek e Clark-Miller (2007), considerando a literatura da área, que explica que a religiosidade se relaciona indiretamente ao comportamento delituoso, enquanto fator protetivo, na medida que propicia organização da rotina dos jovens, atrelando essa a experiências em ambientes pró-sociais e, conseqüentemente, limitando a associação a pares antissociais, investigaram sobre esse elemento, provavelmente estruturante do cotidiano dos adolescentes. Os resultados indicaram que a religiosidade está relacionada a uma menor prevalência de delitos, a uma menor frequência de uso abusivo de álcool, a uma menor alienação escolar e associação a pares desviantes e a um vínculo familiar mais forte.

Em seu turno, Komatsu (2014) observou que ao agrupar adolescentes segundo o nível de engajamento infracional, os agrupamentos se diferenciaram em relação à rotina,

constatando-se que os grupos caracterizados por engajamento mais sério teriam uma rotina mais desorganizada.

Os estudos realizados, nessa seara, indicam que a associação a pares divergentes é uma das variáveis que mais se relacionam ao comportamento delituoso. Os estudos de Heaven e Virgen (2001), Hartjen e Priyadarsini (2003), Le et al. (2005) e Shears e Furman (2005) corroborou estudos anteriores que já indicam essa relação. No estudo de Komatsu (2014) os adolescentes com níveis de engajamento mais sério apresentaram mais pares antissociais. Já os estudos de Zhang e Messner (2000), Meldrum et al. (2009) e Meldrum e Bolman (2013), testaram a eficácia dos questionários de delinquência autorrevelada para mensurar a variável “pares delinquentes”. Os autores concluíram que os adolescentes nem sempre respondem sobre o comportamento do colega/amigo de forma correta, no entanto, o comportamento delituoso ainda se mostrou associado a essa variável. Desse modo, espera-se, no presente estudo, que a associação a pares antissociais diferencie adolescentes com nível de engajamento significativo.

Quanto a rotina tem-se que o tempo livre, a vadiagem, favorece a conduta delituosa (Junger-Tas, 1994b), enquanto atividades estruturadas inibem condutas antissociais (Schreck, Burek e Clark-Miller, 2007). Nesse sentido, é esperado que adolescentes com nível de engajamento mais sério apresentem rotinas mais desorganizadas.

1.4.5 Comportamentos divergentes e delituosos autorrevelados em adolescentes e o entorno social

Romão e Wadi (2010), ao descrever espacialmente os homicídios na cidade de Cascavel-PR, e testar a correlação entre crime, desigualdade socioeconômica, infraestrutura e serviços urbanos municipais, demonstraram que a ocorrência de homicídios está correlacionada a características do espaço urbano e da infraestrutura local. De modo geral, áreas com deficiências nos serviços urbanos e na infraestrutura, com moradias e pavimentações asfálticas precárias e baixa satisfação da população em relação ao bairro, apresentaram maiores incidências do crime investigado. Por sua vez, bairros e entornos sociais povoados por moradores com altos níveis de escolaridade e renda familiar média elevada, características indicativas de nível socioeconômico elevado e melhores oportunidades sociais, mostraram-se inibidores do crime letal. Dessa forma, os resultados validaram a literatura ao confirmar que os crimes não se distribuem uniformemente ou aleatoriamente no tempo e no espaço, apresentando padrões espaciais e temporais, mostrando-

se relacionados a ambientes onde prepondera desigualdade socioeconômica acentuada, carentes de serviços sociais básicos e infraestrutura (Romão & Wadi, 2010).

Depreende-se, assim, que residir em determinados bairros aumenta a exposição dos indivíduos à violência e à criminalidade. Ruotti et al. (2011) destacaram que a expansão do tráfico de drogas, comum, sobretudo, nas periferias das cidades, torna-se uma opção para os moradores locais, aumentando a vulnerabilidade dos jovens às atividades delituosas. Como já referido, Maldonado-Molina et al. (2009) identificaram a exposição a violência no entorno como um dos principais fatores de risco para o engajamento delituoso sério.

Na pesquisa de Komastu (2014), divergindo das referências especializadas, adolescentes mais e menos engajados em delitos não se diferenciaram em relação à “exposição/submissão à violência no contexto da comunidade”. O autor sugere que tal fato pode ser explicado de dois modos: por um lado, é possível que os adolescentes mais engajados em atividades delituosas seriam menos sensíveis às violências, o que os faria perceber como não estando especialmente expostos a tais situações; por outro lado, é possível também que os adolescentes da amostra investigada, caracterizada por pertencer a estratos socioeconômicos mais baixos da sociedade, residindo, portanto em áreas urbanas similares, estejam igualmente expostos a violências no cotidiano, o que faz com que essa variável não discrimine, efetivamente, os grupos e os indivíduos analisados.

Sobre as condições habitacionais, Jackson (2013) concluiu em seu estudo que residir em bairros degradados e criminalizados relaciona-se ao comportamento delituoso e divergente (como o uso de drogas), assegurando os efeitos tanto da exposição a modelos antissociais como da falta de acesso a recursos sociais e escolares na produção do engajamento delituoso dos adolescentes. Komatsu (2014) observou que jovens com maior engajamento delituoso percebem suas comunidades como mais degradadas.

Corroborando Jackson (2013), Fagan, Wright e Pinchevsky (2015) analisaram 1.416 adolescentes, selecionados via censo populacional, moradores da cidade de Chicago, e buscaram verificar as associações entre características do bairro, o comportamento de uso de substâncias – álcool e maconha - e vitimização. Os resultados apontaram uma pequena evidência de que as características do bairro influenciam diretamente nas taxas de uso de maconha, mediadas pelo uso anterior de substâncias e por fatores individuais (idade, uso de substâncias por pares, baixo autocontrole). O uso de maconha associou-se também a vitimização. Os resultados sugeriram que o contexto do bairro exerce influência na relação entre exposição à violência e uso de substância, sendo essa estatisticamente mais forte para o

uso de maconha. Os autores concluíram que o local de moradia precário se apresenta como um desafio para os jovens, porque são propícios a experiências estressantes.

Considerando que os bairros de moradia estão relacionados ao nível socioeconômico de seus moradores (Romão & Wadi, 2011) e o presente estudo foi composto por adolescentes de níveis socioeconômicos mais altos, é esperado que esses morem em bairros mais preservados, pouco depredados e menos criminalizados. Nesse sentido. A exposição a violência apontadas por Maldonado-Molina et al (2009) como variável que distingue diferentes níveis de engajamento infracional, possivelmente não irá afetar a amostra em análise. Espera-se, também que o bairro não seja percebido, pelo adolescente, como um local depredado.

1.5 Condição socioeconômica e atividades divergentes e delituosas na adolescência

A ideia de que a pobreza gera o crime e, assim, a de que os indivíduos pertencentes aos estratos socioeconômicos mais baixos seriam mais propensos ao envolvimento em atividades divergentes e delituosas, é bastante forte no Brasil, fomentando, na cultura, uma ideologia bastante nefasta de criminalização da pobreza, sem brechas para questionamentos sobre o tema (Galvão & Martins, 2013). Mais do que se opor de forma também ideológica a quaisquer ligações entre as condições de vida e o comportamento humano, é fundamental dar espaço a pesquisas que investiguem a associação entre condição socioeconômica e comportamentos antissociais. Uma condição socioeconômica desfavorável, já se sublinhou, relaciona-se diretamente e indiretamente com outros aspectos da vida do indivíduo, como a índices de criminalidade nos bairros, por exemplo, havendo em relação a esses alguma evidência de associação com a prevalência e a frequência de comportamentos antissociais em jovens. A questão que desponta é quais aspectos da vida, relativos a condições socioeconômicas, associam-se ao comportamento antissocial de adolescentes mais abastados, considerando que jovens de diferentes segmentos sociais se implicam em atividades deste tipo, de acordo com muitos estudos realizados em diferentes realidades socioculturais (Houghton et al., 2013; Junger-Tas, 1994b; Komatsu & Bazon, 2015; Kronh et al., 2010). É nessa linha que insere-se a presente pesquisa, ressaltando que a mesma inclui como participantes apenas estudantes de escolas privadas que, conforme o mencionado, têm maior chance de ter como “cliente” famílias/indivíduos de estratos sociais mais privilegiados.

É fato que as condições socioeconômicas constituem uma das dimensões mais significativas e importantes da vida de um indivíduo, influenciando substancialmente as

experiências vividas. De acordo com Kamakura e Mazzon (2016), pesquisas de diversas áreas, no Brasil, tais como Educação, Psicologia, Economia e Marketing, empregam diferentes referenciais na estratificação da sociedade, visando aferir as condições socioeconômicas das pessoas.

No entanto, na maior parte do tempo, este constructo é mal utilizado e interpretado. O termo classe social, por exemplo, talvez o mais antigo de todos, na área, tornou-se inconstante e confuso, desde a utilização, pela primeira vez, do termo “nível socioeconômico”, por Lester Ward, em 1883, para se referir a duas esferas consideradas importantes pelo autor, a social e a econômica. Desde então, muitos termos passaram a ser utilizados: *socioeconomic status*, *economic background*, *inequality*, *social class*, para se referir ao mesmo constructo (Liu et. al., 2004).

Segundo Liu et. al. (2004), a diferença entre classe social e status socioeconômico são os indicadores utilizados na segmentação da hierarquia econômica. Em relação à classe social, a posição econômica está baseada em dados objetivos: renda, ocupação e educação do chefe da família. Quando se trata de classe social, os indivíduos possuem consciência de sua própria posição social e da posição ocupada por outros indivíduos, conseguindo distinguir aqueles de seu grupo, por meio de inferência fundamentada na observação de prestígio, controle de recursos e poder. Neste caso, a identificação com grupo se torna importante. Quando se refere ao status socioeconômico, a posição econômica se baseia em estilo de vida, prestígio, poder e controle de recursos. No entanto, a posição hierárquica, segundo o status socioeconômico, é móvel, possibilitando oscilar entre posições distintas. Ou seja, diz respeito a como as pessoas utilizam seus recursos sociais (pessoas que conhece), humanos (habilidades) e materiais (renda) para negociar e atuar sobre o ambiente. Diferente da classe social, ao se referir a status socioeconômico não existe grupo de identificação.

No Brasil, é possível encontrar diferentes modelos de classificação socioeconômica. O Critério SAE, por exemplo, da Secretária de Assuntos Estratégicos (SAE), da Presidência da República (Brasil, 2016), utiliza como indicadores para estratificação social a renda corrente familiar *per capita*. O modelo segmenta a sociedade em classes baixa, média e alta. As classes média e baixa são subdivididas em três grupos cada, e a classe alta em dois grupos. Há também o Critério Brasil, da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP) (<http://www.abep.org>), o qual foi empregado na presente pesquisa. Nesse utiliza-se como indicadores a quantidade de bens duráveis que a família possui, a educação do chefe da família, as condições de moradia, como ter ou não água encanada e rua pavimentada, e o fato de ter ou não uma empregada mensalista. O critério segmenta a sociedade em estratos

socioeconômicos A, B1, B2, C1, C2, D e E (Kamakura & Mazzon, 2016). É ponderado pela ABEP (2016), entretanto, que apesar dessa instituição publicar a média de renda por estrato socioeconômico, não é possível identificar a posição de um indivíduo, pelo Critério Brasil, por meio da renda familiar, existindo, inclusive sobreposições de renda entre as classes. Salienta-se, que o Critério Brasil define os estratos segundo poder aquisitivo e se baseia em técnicas estatísticas sem validade para análises individuais, devendo ser utilizado de forma coletiva e em pesquisas quantitativas.

Diante das diferenças apontadas atinentes ao uso dos termos classe social e status socioeconômico, bem como do critério de estratificação econômica utilizado no presente estudo, serão descritos, a seguir, estudos sobre comportamento antissocial – divergente e delituoso – em relação às condições de vida, empregando, para o levantamento das referências, ambas as denominações. Considera-se, de maneira geral, importante para o presente estudo o sentido de condição socioeconômica, com a intenção de se referir a características sociais e econômicas dos indivíduos mediadas pela renda disponível.

Todavia, sabe-se que crianças e adolescentes, sintonizam-se às experiências de classe social, independente da renda e da ocupação dos pais, esforçando-se para seguirem padrões culturais que correspondam ao grupo que consideram pertencer. Algumas pesquisas indicam que a classe social subjetiva, que o indivíduo acredita pertencer, é mais influente sobre sua saúde/ seu desenvolvimento que a classe social objetiva, mensurada por meio de indicadores objetivos, o que torna a classe social uma importante variável cultural e de contexto (Liu et al., 2004).

A revisão

Em relação ao nível socioeconômico alguns estudos (Resende & Andrade, 2011; Santos, Alberto & Marques, 2016; Spencer & Jones-Walker, 2004; Whyte, 2004) investigaram como se caracteriza as condições sociais e econômicas de adolescentes em conflito com a lei. Esses estudos identificaram que a maioria desses adolescentes estão inseridos em ambientes marcados pela pobreza e desigualdade social.

Spencer e Jones-Walker (2004) ao revisarem literatura sobre reinserções e reintegrações dos adolescentes infratores em programas e serviços, observaram que os adolescentes em conflito com a lei possuem problemas no plano pessoal, mas também são afetados por outros fatores como classe social, cultura e pobreza. Os autores notaram que algumas dimensões que influenciam o fenômeno, como classe social, gênero e etnia, apesar de responsáveis pela formação da identidade são, muitas vezes, negligenciadas em planos e

programas de intervenção. Desse modo, ressalta-se a importância de reconhecer, em estratégias de reinserção, os impactos dessas variáveis consideradas sensíveis para adolescentes e que afetam especialmente aqueles que se desenvolvem em ambientes hostis.

Em seu turno, Whyte (2004) descreveu as características de 465 jovens escoceses que praticaram delitos, 88% da amostra possuíam, no período de registro dos dados, entre 12 e 15 anos, ressaltando que se utilizou para o estudo registros oficiais. Esses jovens se caracterizaram por viver em circunstâncias sociais e econômicas desfavoráveis, vivenciando desvantagens e adversidades sociais. Do total investigado, 48% das famílias eram dependentes de benefícios governamentais, 32% dos pais e 31% das mães estavam empregados. De uma maneira geral, foi observada uma combinação de dificuldades inter-relacionadas como desemprego na família, baixa renda familiar, moradia inadequada, moradia em locais criminalizados, problemas familiares e poucas e pobres experiências escolares. Os dados indicaram, em suma, que os jovens que passam pelo Sistema de Justiça escocês combinam dificuldades de comportamento com múltiplas adversidades sociais e familiares.

No contexto brasileiro, Resende e Andrade (2011) investigaram a relação entre desigualdade de renda e criminalidade, ressaltando que, enquanto estudos internacionais apresentam discordância sobre a relação entre as duas variáveis, os estudos nacionais apontam, frequentemente, relação positiva e significativa entre elas, sugerindo que a desigualdade social influenciaria diretamente a criminalidade. A fim de analisar como se apresenta essa relação, os autores separaram os delitos por tipos, avaliando a incidência de 48 delitos nos municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, utilizando dados da Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP) e do Sistema de Informação de Mortalidade (DATASUS). Os delitos foram agregados em dez categorias: 1. Homicídios SENASP, 2. Homicídios DATASUS, 3. Tentativa de homicídio, 4. Estupro, 5. Roubo e furto de veículos e cargas, 6. Crimes relacionados a drogas, 7. Crimes contra o patrimônio, 8. Lesões corporais, 9. Crimes contra a pessoa e 10. Crimes intencionais. Os resultados apontaram correlação significativamente positiva entre criminalidade e variáveis relativas à desigualdade de renda; à escolaridade - que se mostrou indutora de crimes como tentativa de homicídios e lesão corporal; à vulnerabilidade familiar e qualidade da atuação policial. Encontraram correlação significativamente negativa entre criminalidade e baixa densidade populacional e pobreza. Especificamente, a pobreza se correlacionou positivamente ao crime de homicídio, mas negativamente aos demais tipos de crimes. A desigualdade social associou-se positivamente aos crimes contra a propriedade e aos homicídios.

Nessa mesma direção, Santos, Alberto e Marques (2016), ao promoverem estudos para validação convergente do instrumento SIFAR (*Structured Interview of Family Assessment Risk*), utilizando para análise de validade o instrumento YLS/CMI, identificaram fatores, riscos e necessidades relacionados ao comportamento delituoso. Os autores concluíram que entre os adolescentes encarcerados há grandes dificuldades das famílias no enfrentamento de adversidades sociais como desemprego, problemas de moradia e de transporte, pobreza, sendo essas determinantes de algumas dificuldades dos pais com relação aos filhos. Segundo os autores, os resultados indicaram que famílias com muitas dificuldades sociais possuem maiores dificuldades de estratégias parentais, maiores problemas de saúde mental, violência familiar, rede social formada por membros com problemas legais, e poucos fatores de proteção, sendo essas variáveis relevantes para estabelecer um prognóstico futuro do envolvimento de crianças e de adolescentes em comportamentos antissociais.

Embora seja evidente o impacto das condições socioeconômicas nas oportunidades sociais dos adolescentes, estudos realizados entre a década de 60 e de 70, com o método da delinquência autorrevelada, que se dedicaram a verificar a relação entre delinquência juvenil e classe social dos adolescentes, demonstraram que o engajamento infracional encontra-se mais associado a processos psicossociais que à posição ocupada pelos adolescentes no estrato social, modificando as concepções preponderantes na época (Krohn et. al., 2010).

Estudos continuam sendo realizados em diferentes contextos, com a intenção de esclarecer se, de fato, o nível socioeconômico está relacionado a prevalência de comportamentos delituosos autorrevelados. Os estudos de Furnham e Thompson (1991), o *Internacional Self-Reported Delinquency-I*, relatado por Junger-Tas (1994b), Gutierrez e Shoemaker (2008) concluíram que as prevalências totais de comportamentos antissociais autorrevelados não se diferenciam ou não estão associadas a diferentes níveis socioeconômicos ou rendas familiares. No entanto, os tipos específicos de delitos são influenciados pelo nível socioeconômico. Junger-Tas (1994), Özbay (2006), Gutierrez e Shoemaker (2008), encontraram maiores prevalências de delitos de agressão em adolescentes de nível socioeconômico baixo, e uso de álcool, nos adolescentes de nível socioeconômico alto (Gutierrez e Shoemaker, 2008).

Corroborando os resultados gerais, Furnham e Thompson (1991) realizaram estudo junto a 100 jovens (50 do sexo masculino e 50 do sexo feminino), com idades entre 18 e 25 anos, da Universidade de Londres, com o objetivo de verificar possível associação entre delinquência autorrevelada, as características de personalidade e a classe social. No tocante à

classe social, não se encontrou diferenças significativas na quantidade de delitos revelados pelos jovens de diferentes estratos sociais.

Dados semelhantes foram encontrados no *ISRD-I*. Junger-Tas (1994b) relata que, no geral, não foi identificada relação forte entre nível socioeconômico e delinquência. No entanto, o delito de evasão de tarifas foi mais frequente em meio a adolescentes de alto nível socioeconômico, e delitos de violência séria em meio a jovens de baixo nível socioeconômico. Especificamente em Belfast, os adolescentes de classes mais baixas reportaram significativamente mais crimes de propriedade e violências, sendo a prevalência e a frequência de delitos também maior nesse estrato social. Nos estudos da Holanda e em Mannheim, os delitos de violência, também, se relacionaram às classes mais baixas.

Özbay (2006) também investigou a relação direta entre comportamentos antissociais e classe social e encontrou resultados diversos aos anteriores. Participaram da pesquisa 1.710 adolescentes escolares do ensino médio, turcos, da cidade de Ankara. Os comportamentos antissociais foram avaliados por questionário de autorrelato e agrupados em três escalas: agressão, perturbação pública e faltas escolares. Renda familiar mensal, nível educacional materno e paterno, classe social a qual considera pertencer, emprego ou desemprego dos pais, localidade da escola, possuir carro e casa próprios, nível socioeconômico dos bairros de moradia e tipo de escola do ensino médio (privada, pública, profissional, para alunos de sucesso) foram critérios utilizados para mensurar a classe social dos participantes. Os resultados indicaram que adolescentes de classe baixa teriam menor probabilidade de se envolver em delitos, assim como aqueles que se consideram de classe média, se comparados àqueles que se consideram de classe alta. Adolescentes residentes em bairros considerados de nível socioeconômico médio e baixo tenderiam a praticar mais delitos de agressão, se comparados aos que moram em bairros de classe alta, independente das variáveis de controle. Por fim, adolescentes com pais menos escolarizados e estudantes de escolas profissionais teriam menores probabilidades de se envolverem em delitos de perturbação pública, se comparados a adolescentes filhos de pais com alto nível de escolaridade e estudantes de escolas para alunos de sucesso (Özbay, 2006).

Özbay e Özcan (2006), ao analisarem a contribuição de variáveis indicadoras de classe social (renda familiar mensal, nível educacional materno e paterno, classe social a qual considera pertencer, emprego ou desemprego dos pais, localidade da escola, possuir carro e casa próprios, nível socioeconômico dos bairros de moradia e tipo de escola do ensino médio, se privada, pública, profissional, para alunos de sucesso), no comportamento antissocial de adolescentes do sexo masculino e feminino, verificaram que adolescentes do sexo masculino

residentes em bairros de classe média possuiriam maior possibilidade de engajar-se em delitos de agressão quando comparados a adolescentes de classe alta. Ter mãe com baixo nível educacional diminuiu essa possibilidade. Adolescentes do sexo feminino de escolas privadas e filhas de mães que não trabalham estariam menos propensas a se engajarem em agressões. Estudar em escola privada e renda familiar mais alta associaram-se positivamente ao comportamento divergente em escolas, e estudar em escola do estado ou profissional (indicadores de classe social baixa) associou-se negativamente à prática da perturbação pública, comparadas a escola para alunos de sucesso.

Gutierrez e Shoemaker (2008), como já mencionado anteriormente, não só buscou identificar possíveis diferenças no engajamento infracional dos jovens, tomando em conta a classe social, mas também a diferença considerando a variável gênero. Em relação à classe social, não foram identificadas diferenças estatísticas significativas para a amostra total, considerando a prática de delitos no geral. Ao analisar as diferenças quanto ao gênero, as meninas de classe alta apresentaram maior engajamento delituoso, se comparadas às meninas de classe média e baixa e aos meninos de classe alta. Essas relataram, significativamente, maior participação em delitos contra propriedade, violência, consumo de cigarros e de bebidas alcoólicas e delitos de status (tal como mentir e trapacear em testes escolares). Considerando os adolescentes do sexo masculino, verificou-se que prevalência de comportamentos de vandalismo e violência, comportamentos de fraude (como enganar para conseguir dinheiro) e roubos estão associados ao nível socioeconômico baixo. A prevalência e frequência de consumo de cigarros e de bebidas alcoólicas, se associou ao nível socioeconômico alto (Gutierrez & Shoemaker, 2008).

Realizando estudos mais complexos Defoe, Farrington e Loeber (2013), Gault-Sherman (2013), Hemphill, Heerde e Scholes-Balog (2016) e Kim, Gilman, Hill e Hawkins (2016) analisaram o nível socioeconômico como moderador da relação entre variáveis consideradas fatores de risco ou de proteção para o comportamento delituoso e o engajamento infracional. Nesse sentido, os autores buscaram verificar se o nível socioeconômico favorece ou inibe variáveis apontadas pela literatura como risco para o engajamento infracional.

Defoe et al. (2013) investigaram as ligações causais entre quatro variáveis e o engajamento infracional. Os fatores de risco em estudo foram hiperatividade, baixo rendimento escolar, baixo status socioeconômico e depressão. Participaram da pesquisa 1.500 adolescentes, do sexo masculino, dos 1º, 4º e 7º anos de escola pública de Pittsburgh entre 1987-1989. Os resultados indicaram que o baixo status socioeconômico teve influência indireta sobre ao comportamento infracional. Os autores presumem que o baixo status

socioeconômico e a hiperatividade são possíveis causas do baixo rendimento escolar, o qual atua diretamente sobre a delinquência. Os dados demonstraram que os fatores de risco não afetam, com a mesma intensidade, o engajamento em comportamentos delituosos. Isto é, enquanto alguns fatores influenciam diretamente o comportamento antissocial, outros possuem efeitos indiretos.

O estudo de Gault-Sherman (2013) buscou verificar se ao considerar o nível socioeconômico a diferença encontrada entre os sexos masculino e feminino na participação de delitos se manteria. Notas escolares, apego aos pais e pares antissociais foram variáveis utilizadas como mediadoras da relação entre nível socioeconômico e comportamentos antissociais. Participaram da pesquisa 6.565 adolescentes brancos, com idades entre 13 e 17 anos, recrutados em 132 escolas americanas. Os autores não encontraram interações significativas entre nível socioeconômico e gênero, no engajamento delituoso. O bom desempenho escolar associou-se, como esperado, a menor prevalência de comportamentos antissociais e o maior efeito dessa variável foi no grupo de nível socioeconômico médio. A diferença de gênero em relação ao desempenho escolar foi similar entre os níveis socioeconômicos, com o sexo feminino apresentando melhor desempenho escolar; os níveis socioeconômicos mais elevados, também apresentaram melhor desempenho escolar.

Em relação à associação a pares antissociais, para todos os níveis socioeconômicos, o acréscimo de uma unidade na pontuação dessa variável aumentou aproximadamente em $\frac{1}{4}$ a prevalência de comportamentos antissociais. Nos grupos de nível socioeconômico baixo, as garotas apresentaram mais pares antissociais, enquanto no grupo de alto nível socioeconômico os garotos apresentaram maior quantidade de pares antissociais.

No que se refere ao apego, para todos os níveis socioeconômicos, a associação entre apego e comportamento antissocial foi negativo e significativo; no entanto, no grupo de nível socioeconômico alto o efeito dessa variável foi significativamente maior. A diferença de apego entre os gêneros diminuiu com o aumento do nível socioeconômico, sendo que as meninas, nesse, apresentaram menor apego aos pais. Em conjunto, as variáveis analisadas diminuem a diferença entre os sexos masculinos e femininos nos níveis socioeconômicos alto e médio e aumentam a diferença no nível baixo.

Hemphillm, Heerde e Scholes-Balog (2016) estudaram a interação entre fatores de risco e fatores de proteção e comportamentos violentos, em três situações de risco (uso de drogas, baixa condição socioeconômica e comportamentos antissociais durante o 9º escolar). O estudo foi realizado com jovens australianos, que responderam a um questionário no 5º ano escolar (entre os 10 e 11 anos), no ano 9º, no 11º ano e entre os 18 e 19 anos. Completaram o

estudo 809 indivíduos dos 927 iniciais (365 homens e 444 mulheres). Para o grupo considerado de risco por apresentar baixa condição socioeconômica, o único fator de risco associado ao comportamento violento foi a associação a pares. Verificou-se ainda, para aqueles de classe social baixa, que ter religião, no 5º ano escolar, era eficaz para prevenir a violência aos 18-19 anos, sendo o acúmulo de fatores de proteção no 5º ano eficaz para diminuir o risco de comportamentos agressivos na vida adulta. Em contrapartida, acumular fatores de risco no 9º ano está associado a apresentar comportamentos violentos na vida adulta. Entre o 5º e 11º ano escolar e na vida adulta, acreditar em valores morais e religiosidade foram eficazes na proteção contra comportamentos violentos. Nas coletas realizadas no 9º ano, ser reconhecido (apreciado) na comunidade aumentou o risco de comportamentos violentos no 11º ano escolar, sugerindo que possivelmente em áreas criminalizadas a identificação com vizinhos não promove necessariamente comportamentos pró-sociais.

De modo semelhante, Kim, Gilman, Hill e Hawkins (2016) realizaram estudo com início em 1985, em 18 escolas básicas públicas de Seattle, em bairros com altas taxas de criminalidade. Participaram da pesquisa 808 estudantes e seus pais, no período entre o 5º e o 10º ano escolar, sendo entrevistados anualmente, e após no 12º ano. Foram mensurados comportamentos violentos autorrevelados, fatores de proteção e de risco familiares, escolares e comunitários e dois grupos de risco: adolescentes em baixa condição socioeconômica (mensurada por meio do indicador referente a ser elegível a um programa social para almoço escolar gratuito, pela renda familiar e pelo nível de educação parental); adolescentes expostos a diversos fatores de risco (rebelião, conflitos familiares, pares antissociais, pares usuários de bebidas alcoólicas, bairro com ambiente antissocial, e circulação de drogas no bairro). Os resultados indicaram que entre os adolescentes com baixa condição socioeconômica, ser bem visto em sua comunidade, no início da adolescência reduziram a probabilidade de delitos violentos no meio da adolescência, enquanto, o vínculo escolar no meio da adolescência funcionou como preditor de decréscimo de delitos violentos no final da adolescência. Durante a adolescência inicial e média, pertencer à classe socioeconômica baixa não se mostrou significativo para aumentar o risco de violência, após contabilizar os fatores de proteção. O efeito desses fatores, acumulados ou especificadamente os familiares, na média adolescência, diminuíram a probabilidade de delitos violentos na adolescência tardia para grupos de baixa e alta condição socioeconômica, não existindo diferença significativa entre esses dois grupos.

Focalizando comportamento divergente como o consumo de drogas e bebidas alcoólicas. Na pesquisa de McArdle et al. (2002) não foram encontradas diferenças

significativas no consumo de substâncias nos diferentes níveis socioeconômicos. Vogel e Barton (2011) e Ellis e Das (2012), todavia, encontraram que o nível socioeconômico é capaz de influenciar outras variáveis que, teoricamente, favorecem os comportamentos antissociais. Seja determinando o nível socioeconômico da escola (Vogel & Barton, 2011) ou mediando a relação entre características físicas e a delinquência juvenil (Ellis e Das, 2012). Savolainen, Hughes e Bjarnason (2013) encontraram relação positiva entre o consumo de drogas e álcool a posição social, isto é, adolescentes de nível socioeconômico alto, utilizariam mais substâncias.

McArdle et al. (2002) estudaram o uso de drogas por adolescentes europeus, verificando possíveis associações entre este comportamento e características de composição familiar, gênero e cidade dos adolescentes. Foram obtidos dados relacionados ao uso de substâncias, à estrutura e às relações familiares, à comportamentos antissociais, à classe social e à disponibilidade de drogas na comunidade. Participaram da pesquisa 3.984 estudantes, com idades entre 14 e 15 anos, provenientes de cinco cidades europeias: Newcastle, Dublin, Roma, Bremen e Groningen. Os resultados apontaram que a classe social a que pertencem os adolescentes, tratada como variável confundidora no estudo, não interferiu significativamente nos resultados encontrados.

Vogel e Barton (2011), ao pesquisarem sobre contexto escolar e sua relação com impulsividade e má conduta, concluíram que a média de nível socioeconômico da escola e a conectividade escolar estariam associados ao uso de drogas, sendo que um desvio padrão na média de nível socioeconômico das famílias dos estudantes aumentou em 42,6% a probabilidade de o adolescente ser influenciado para o uso de drogas e álcool no contexto escolar. Em relação a essas variáveis os autores concluíram que um agregado de características escolares, como conectividade e média do nível socioeconômico da escola contribuíram para o comportamento delituoso, juntamente com características pessoais do estudante.

Ellis e Das (2012) estudaram a relação entre características andrógenas (possuir características físicas masculinas e femininas) e delinquência juvenil, considerando que essa associação é mediada pelas relações parentais e pelo *status* social dos pais, mensurado por meio dos níveis educacionais dos pais e das mães, sua ocupação e renda familiar. Participaram da pesquisa 3.782 meninos e 7.688 meninas, estudantes de 20 universidades estadunidense e duas canadenses, com idades média de 22 anos. Os resultados indicaram uma relação inversa entre o conjunto de indicadores do status social e os delitos de uso e de comércio de drogas ilícitas.

Savolainen, Hughes e Bjarnason (2013) verificaram que o uso frequente de bebidas apresentou aumento de frequência em países com alto nível de proteção social. Em nações com altos níveis de pobreza e inequidade, adolescentes oriundos de famílias de baixa condição socioeconômica possuíam menor probabilidade de consumirem álcool e drogas, o que pode refletir a diferença de acesso a esses produtos.

Os estudos de Barrett, Katsiyannis, Zhang e Zhang (2014) e de F e Yu (2015) apontaram associações entre nível socioeconômico e a idade do primeiro delito; no entanto, os resultados obtidos nos estudos não foram coincidentes. Enquanto Barrett et al. (2014) identificou que adolescentes estadunidenses, de nível socioeconômico baixo, começam a delinquir mais cedo, F e Yu (2015), encontraram, na Coreia, que adolescentes de níveis socioeconômicos mais baixos iniciam-se na atividade delituosa mais tarde.

Na pesquisa de Barrett, Katsiyannis, Zhang e Zhang (2014), realizada nos Estados Unidos, ser beneficiário social, indicativo de classe social baixa, esteve relacionado à prática precoce de delitos. Os autores estudaram o impacto na reincidência juvenil das variáveis: problemas de saúde mental, experiências familiares adversas, classificação para educação especial, idade do primeiro delito e severidade do primeiro delito. Os dados relativos aos adolescentes infratores foram coletados no Departamento de Justiça Juvenil (DJJ), da Carolina do Sul, e no Orçamento e Conselho de Controle de Pesquisas e Estatísticas (ORS), do mesmo estado. Foram analisados dados de 99.604 adolescentes (65% do sexo masculino e 35% sexo feminino), que haviam nascido entre 1981-1988. A idade média em que haviam sido referidos pela primeira vez no sistema de justiça foi 14,47 anos. Para o grupo controle participaram também 99.604 adolescentes recrutados em escolas selecionados entre 1994 e 1999. Além do dado sobre idade do primeiro delito, os resultados atinentes ao nível socioeconômico indicaram que o grupo de infratores era composto por adolescentes com maior probabilidade de serem classificados para o benefício social de almoço gratuito ou com preço reduzido, ou seja, possuíam maiores demandas e carências sociais. A probabilidade de o adolescente pertencer ao grupo de adolescentes infratores era 20% maior quando era apto a receber tal benefício social. À exceção dos adolescentes com o diagnóstico de saúde mental dado após a primeira referência ao sistema de justiça, para os outros o indicativo de pobreza foi, entre os fatores investigados, um dos que predisse com maior eficácia se o adolescente pertencia ao grupo de infratores e, ainda, se ele reincidiria, perdendo somente para gênero e raça.

F e Yu (2015) investigaram como os fatores socioeconômicos (educação parental e renda familiar) e autocontrole infantil estariam relacionados a comportamento delituosos na

pré-adolescência, especificamente à idade do primeiro delito, ao sexo do adolescente e ao tipo do primeiro delito. Participaram 3.449 adolescentes do 8º ano, dos sexos masculino e feminino (50% cada), na Coreia, com idade média de 13,79 anos. Os resultados indicaram que a idade do primeiro delito se mostrou associada ao nível socioeconômico familiar. Adolescentes que haviam infringido a lei pela primeira vez aos 14 anos, possuíam pais com nível educacional inferior ao dos demais. O mesmo aconteceu com o nível educacional materno, comparando adolescentes que haviam infringido a lei a primeira vez com 14 e com 11 anos. Adolescentes que haviam infringido a lei a primeira vez com 14 anos possuíam ainda renda familiar inferior aos adolescentes que haviam infringido a primeira vez com 11 anos. Em suma, ao contrário do esperado pelos autores, o nível educacional dos pais e a renda mensal familiar, parâmetros utilizados para mensurar a condição socioeconômica, se relacionaram negativamente à idade do primeiro delito. Ou seja, para essa amostra, adolescentes com pais com menores níveis educacionais e com renda familiar menor cometeram seus primeiros delitos mais tardiamente.

Aslund et al. (2013) analisaram a interação entre duas variáveis de condição na regulação do comportamento delituoso, expressões genéticas, referentes a capacidade biológica e condição socioeconômica. Os autores examinaram a relação entre genótipos relacionados à regulação de serotonina, condição socioeconômica e comportamentos infracionais entre adolescentes. A molécula chave 5-HTT regula os níveis de serotonina na fenda sináptica, possuindo um importante papel nos neurotransmissores serotoninérgicos. O gene de expressão do 5-HTT é modulado pelo polimorfismo 5-HTTLPR. Sugere-se que em interação com fatores ambientais o 5-HTTLPR propicie a manifestação de comportamentos antissociais e agressivos. Participaram da pesquisa 1.467 adolescentes (753 meninos e 714 meninas) com idade entre 17 e 18 anos, moradores do condado de Vastmanland, na Suécia. Os participantes responderam a questionários em período escolar e disponibilizaram amostra de DNA, por meio de saliva, para análise do 5-HTTLPR. O 5-HTTLPR se expressa pelos tipos homozigoto de alelo pequeno (SS), homozigoto de alelo longo (LL) ou heterozigoto (SL). Adolescentes com de nível socioeconômico médio apresentaram os menores níveis de delitos autorrevelados. A maior prevalência de delitos foi verificada em meio a adolescentes do sexo masculino de baixo nível socioeconômico, seguido pela classe socioeconômica alta. Não houve diferenças no engajamento infracional entre diferentes genótipos de 5-HTTLPR, quando não se considerou o nível socioeconômico. Foi detectada uma relação curvilínea entre condição socioeconômica da família e comportamento infracional em meninos com genótipos LL e LS e em meninas com genótipos SS e LS. Os autores inferem que a diferença

de engajamento entre as classes indica diferenças socioculturais entre os grupos, as quais envolvem diferentes demandas de sucesso e consequências de fracasso. Sugere-se que a plasticidade genética possua uma dimensão responsável pela sensibilidade ao estresse ambiental. Os indivíduos diferem em fenótipo de acordo com o ambiente, embora as influências ambientais afetem de diferentes formas o indivíduo, de acordo com o genótipo. Desse modo, os autores concluem que a associação entre nível socioeconômico e comportamento delituoso pode ser, em parte, influenciada por diferenças genéticas.

Por fim, é interessante mencionar a pesquisa Savolainen, Hughes e Bjarnason (2013), os autores investigaram como o nível socioeconômico do país influencia no comportamento delituoso dos adolescentes analisou a pobreza, analisaram como a pobreza e desigualdade de diferentes países, podem afetar a população. Parta tanto, investigaram os efeitos da pobreza e da desigualdade social nos comportamentos antissociais, considerando que esse processo não ocorre da mesma maneira em diferentes contextos. Os autores buscaram verificar se uma forte associação negativa entre nível socioeconômico e comportamentos infracionais é maior em países caracterizados pelo estado de bem-estar social, se comparados a países com poucas proteções sociais. Foram utilizados dados de 26 países participantes do *European School Survey Project on Alcohol and other drugs* (ESPAD), no qual adolescentes nascidos em 1987, presentes em sala de aula no dia da aplicação, no ano de 2003, responderam questionários entregues a eles. Os comportamentos antissociais foram mensurados pelas variáveis uso de álcool, uso de outras drogas e problemas policiais. A condição socioeconômica da família foi aferida por meio de autoavaliação do adolescente. Os contextos nacionais dos países foram categorizados pelo *Ranking Index of Poverty and Inequality* (RIPI), avaliado por meio dos indicadores de privação material, pobreza infantil e desigualdade de renda de cada país. As variáveis de controle investigadas foram gênero, formação familiar e renda nacional bruta (*Gross National Income* – GNI). Em nível individual, os autores detectaram que ser sexo masculino e de família nuclear e apresentar baixa condição socioeconômica relacionam-se positivamente ao histórico de problemas com a polícia. Em relação às variáveis a nível macrossocial, averiguou-se que em países com maiores níveis de pobreza e desigualdade a probabilidade de apresentar problemas com a polícia é um pouco maior, comparados àqueles com característica oposta. No entanto, as diferenças de engajamento delituoso entre condições socioeconômicas distintas são maiores em nações mais ricas, nas quais os problemas com a polícia são mais frequentes em segmentos de baixo nível socioeconômico, sendo duas vezes maior que em segmentos de maior nível socioeconômico. Como previsto, em sua maioria, a alta taxa de delitos entre adolescentes de baixa condição socioeconômica foi mais frequente

em nações que comparativamente apresentam baixos níveis de pobreza e inequidade. Em suma, os autores concluem que em sociedades com maior controle educacional e ocupacional as características pessoais e sociais são mais influentes sobre o comportamento antissocial.

Em síntese, os estudos indicam que os adolescentes em conflito com a lei, aqueles que estão no Sistema de Justiça Juvenil, tendem a pertencer a classe social baixa. Predomina entre eles contextos de pobreza, desigualdade social, além de estressores sociais, como desemprego na família, moradias precárias, ambiente violento e familiares criminalizados (Resende & Andrade, 2011; Santos, Alberto & Marques, 2016; Spencer & Jones-Walker, 2004; Whyte, 2004).

No entanto, essa relação entre criminalidade e pobreza pode revelar mais sobre a seleção operada pelo Sistema de Justiça Juvenil que do fenômeno da delinquência juvenil em si. Toledo (2006) e Krohn et al (2010) afirmam que existem vieses na apreensão dos adolescentes, de forma que aqueles que são apreendidos pela polícia pertencem a níveis socioeconômicos mais baixos. Nesse sentido, é importante a realização de estudos com dados autorrevelados, junto a diferentes segmentos da população, visando ultrapassar esse viés de seleção do sistema.

No que se refere a apreensões por agentes formais, como polícia e justiça, avaliadas sob o constructo de “constrangimentos formais”, Komatsu (2014) concluiu que adolescentes com trajetória delituosa mais severa foram mais vezes submetidos a esses constrangimentos. O autor pontua que ações formais, em substituição às informais, realizadas no âmbito interpessoal, contribui para rotulação dos adolescentes e consequente inserção em redes de pares antissociais e aumento de comportamentos desviantes.

Nos estudos realizados a fim de investigar a associação entre nível socioeconômico e comportamentos delituosos, encontra-se que o nível socioeconômico não está associado a prevalências totais de delinquência autorrevelada. No entanto, é possível identificar delitos e comportamentos divergentes que são mais praticados por uma ou outra classe social.

Estudos recentes e mais complexos, buscam investigar como o nível socioeconômico afeta variáveis que a literatura relaciona ao comportamento delituoso. Defoe et al., (2013), Gault-Sherman (2013), Hemphill et al., (2016) e Kim et al., (2016) empreenderam estudos desse tipo, e concluíram que o nível socioeconômico modera às variáveis associação a pares (Gault-Sherman, 2013; Hemphill et al., 2016), desempenho escolar (Defoe et al., 2013; Gault-Sherman, 2013), vínculo escolar (Kim et al., 2016) e apego aos pais (Gault-Sherman, 2013). Nesse sentido, espera-se que no presente estudo, o nível socioeconômico influencie algumas variáveis investigadas.

1.6 Justificativas e objetivos

Mediante todos os apontamentos feitos até aqui, considera-se pertinente a implementação de investigações concernindo o fenômeno da delinquência juvenil, ou mais especificamente o do envolvimento de adolescentes em atividades antissociais, ou seja, em atividades que impliquem em comportamentos divergentes e delituosos, de forma a melhor entender esses comportamentos – em termos de magnitude, natureza e variáveis associadas –, para além das informações que se pode construir a partir de dados oficiais sobre o fenômeno, dado o viés que esses guardam, levando em conta que o sistema de controle (polícia, justiça e instituições socioeducativas) e de registro que lhe inerente, que produzem os dados oficiais, são seletivos, dando, portanto, conta de porções ou de facetas determinadas do fenômeno. Como apontado por Kronh et. al. (2010) existem vieses na apreensão e na detenção de adolescentes, de forma que os dados oficiais representem jovens de um segmento específico da sociedade.

Nesta seara, a utilização de instrumentos baseados no método da delinquência autorrevelada vem se mostrando como um recurso promissor, no sentido de uma aproximação mais realista do fenômeno, tal qual este se manifesta na comunidade. Embora a realização de pesquisas com este tipo de abordagem pareçam estar em uma crescente, no Brasil, pode-se dizer que há, ainda, muito a ser desvendado, muitas lacunas no conhecimento, o que reforça a ideia da importância de que novas investigações na área, com amostras diferenciadas de jovens brasileiros, sejam implementadas, a fim de averiguar a prevalência e a frequência de comportamentos divergentes e delituosos neste segmento da população, bem como identificar possíveis diferenças referentes aos padrões de conduta existentes, a exemplo do que se conseguiu estabelecer internacionalmente, tendo por base dados coletados em diferentes países (Junger-Tas, 1994b; Komatsu, 2014; Piquero et. al. 2010; Zara & Farrington, 2009).

No tocante às diferentes variáveis pessoais e sociais associadas ao comportamento antissocial, na adolescência, uma das que mais merece investimento/aprofundamento, tomando como referência a produção científica nacional e internacional, na área, refere-se ao nível socioeconômico/classe social. Conforme mostrou a revisão do tema, muitas pesquisas realizadas em diferentes realidades socioculturais foram movidas por indagações relativas a este tópico. Contudo, mediante toda a informação produzida, as conclusões são ainda inconsistentes. No Brasil, além da escassez de investigações nesse domínio, prepondera a ideia de que a pobreza é um fator determinante do crime e, assim, de que a delinquência

juvenil seria uma problemática quase exclusiva dos segmentos socioeconomicamente desfavorecidos da sociedade, o que fomenta uma política de controle repressivo, para não dizer violento, dos jovens pobres da população.

Em meio às poucas pesquisas produzidas com o método da delinquência autorrevelada, a de Komatsu (2014) é única que aporta alguma informação no tema, que, inclusive, se opõe a ideia simplista de uma relação de determinação linear entre baixo nível socioeconômico comportamento antissocial em adolescentes. Este autor, trabalhando tão somente com adolescentes infratores e com adolescentes estudantes de escolas públicas, detecta em meio a esses cinco clusters que se diferenciam entre si em termos de padrão de comportamento delituoso, em termos níveis de engajamento infracional, mas que não se diferenciam significativamente em nível socioeconômico.

Considerando, assim, as diferenças sociodemográficas do país e as possíveis influências exercidas pelos diferentes contextos sociais, faz-se pertinente um estudo focado em adolescentes provenientes de estratos sociais privilegiados da sociedade, que complete estudos já realizados com jovens de camadas populares e caracterize, nesse aspecto, suas condutas antissociais. Tal conhecimento promoverá maior/melhor conhecimento do fenômeno e, portanto, aumentará as chances de desenvolvimento de ações de intervenção e de prevenção mais adequadas, baseadas em dados científicos realistas e adaptados à realidade brasileira e à necessidade particular de grupos de adolescentes e de cada jovem em específico, a depender do nível de engajamento infracional e de suas características pessoais e sociais.

Sendo assim, os objetivos do presente estudo são:

Objetivo geral:

- a) conhecer e caracterizar comportamentos divergentes e delituosos de uma amostra de adolescentes do sexo masculino recrutados em escolas particulares.

Objetivos específicos:

- a) estimar a prevalência e a frequência de comportamentos divergentes e delituosos autorrevelados na amostra;
- b) caracterizar os comportamentos divergentes e delituosos identificados nos participantes;
- c) identificar padrões condutuais diferenciados na amostra, indicando maior e menor engajamento infracional;

d) verificar a existência de diferenças em termos de características pessoais/individuais, relacionais e sociais dos adolescentes entre os diferentes padrões condutuais identificados.

Adicionalmente, pretende-se comparar os resultados deste estudo aos da pesquisa de Komatsu (2014), referentes aos alunos de escola pública da cidade de Ribeirão Preto-SP, afim de identificar diferenças atinentes a níveis socioeconômicos distintos.

2 MÉTODO

Trata-se de um estudo transversal, de natureza quantitativa, descritivo e interpretativo.

2.1 Participantes

Participaram do presente estudo 324 adolescentes do sexo masculino, estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, recrutados em instituições de ensino particular situadas nas cidades de Uberaba (n=20) e de Juiz de Fora (n=208), em Minas Gerais, e de Ribeirão Preto (n=96), no estado de São Paulo. Participaram da pesquisa todos aqueles que aceitaram colaborar voluntariamente com a pesquisa, e cujos pais/responsáveis haviam autorizado a participação, mediante a assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Nesse sentido, a amostra é de conveniência, porém intencional. Ela foi constituída intencionalmente somente por adolescentes que estudavam em estabelecimentos privados de ensino, tendo em vista a intenção de dispor de dados sobre adolescentes pertencentes a níveis socioeconômicos mais favorecidos. Todavia, recrutou-se adolescentes somente nas instituições de ensino a que se teve acesso, em termos de autorização para a pesquisa, e colheu-se dados somente junto àqueles jovens com relação aos quais se obteve o consentimento dos pais/responsáveis.

A idade média dos participantes foi 13,92 anos (SD = 1,98). Do total, 24,38% foram recrutados no 7º ano do Ensino Fundamental, ano escolar concentrando a maior proporção da amostra; 21,91% foram recrutados no 8º ano do Ensino Fundamental e 14,20% no 2º ano do Ensino Médio. A tabela 1, abaixo, apresenta a distribuição dos participantes por ano de escolaridade.

Tabela 1 - Frequência e percentual de adolescentes participantes (n=324) por ano de escolaridade do 6ºano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio

Escolaridade	Frequência	%
6º ano E.F	18	5,56
7º ano E.F	79	24,38
8º ano E.F	71	21,91
9º ano E.F	34	10,49
1º ano E.M	31	9,57
2º ano E.M	46	14,20
3º ano E.M	44	13,58
Sem resposta	1	0,31
Total	324	100

Em se tratando de estrato socioeconômico, esse, como já mencionado, foi aferido por meio do Critério de Classificação Econômica Brasil - Critério Brasil, 2014, que tem por objetivo estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, de modo que possam ser classificadas em estratos socioeconômicos, tendo por base estudos populacionais. Assim, pode-se afirmar que do total de participantes, 39,51% pertenceriam à classe A2 e 30,86% à classe B1. Em termos de renda média bruta familiar, por mês, a ABEP sugere que, baseado na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), realizada em 2014, os estratos socioeconômicos tenham, em média, os seguintes rendimentos: A (conjunto dos estratos A1 e A2, reunidos dessa maneira devido ao tamanho reduzido do estrato A1), aproximadamente R\$20.888; B1, aproximadamente R\$9.254; B2, aproximadamente R\$4.852; C1, aproximadamente R\$2.705; C2, aproximadamente R\$ 1.625; e DE (também reunidos devido ao tamanho reduzido da classe E), aproximadamente R\$768. A Tabela 2 apresenta a distribuição dos participantes desta pesquisa por estrato socioeconômico.

Tabela 2 - Frequência e percentual de adolescentes (n= 324) distribuídos nos estratos socioeconômicos A1, A2, B1, B2, C1, C2 e D

Estrato Socioeconômico	Frequência	%
A1	27	8,33
A2	128	39,51
B1	100	30,86
B2	52	16,05
C1	14	4,32
C2	1	0,31
D	2	0,62
Total	324	100

A amostra caracterizou-se, preponderantemente, por adolescentes que referiram somente estudar e não exercer qualquer atividade laboral (95,26% dos participantes). Dos que indicaram trabalhar, 14 (1,85%) referiam trabalhar há no máximo 12 meses (1 ano). 71% dos chefes de família possuem ensino superior e 70% possui emprego fixo.

Em termos de religião, 43,52% dos adolescentes se declaram católicos, enquanto 34,26% disseram não ser praticante de nenhuma religião. Os dados referentes à religiosidade estão dispostos na Tabela 3.

Tabela 3 - Frequência e percentual de adolescentes (n=324) distribuídos segundo religião declarada

Religião	Frequência	%
Católica	141	43,52
Evangélica	31	9,57
Espírita	25	7,72
Católica e Espírita	3	0,92
Nenhuma	111	34,26
Outras	7	2,16
Sem resposta	6	1,85
Total	324	100

2.2 Instrumento

O instrumento utilizado no presente estudo trata-se do *Questionário sobre Comportamentos Juvenis*. Este deriva do instrumento utilizado nos estudos transculturais *Internacional Self-Reported Delinquency* (ISRD-I, 1994) e *Second Internacional Self-Reported Delinquency* (ISRD-II, 2005). Tunger-Tas (1994a) refere que, diante das vantagens observadas nos instrumentos de autorrelato e das possibilidades de novas descobertas sobre o fenômeno da delinquência juvenil, representantes de diferentes países se reuniram para confeccionar um questionário de delinquência autorrevelada que pudesse ser empregado em diferentes realidades socioculturais, a fim de os dados obtidos pudessem ser comparados, tornando possível relacionar o comportamento delituoso a contextos socioeconômicos e culturais distintos. Nesta esteira, no *ISRD-I* três objetivos principais foram estabelecidos: estimar e comparar a prevalência e a frequência do comportamento delituoso em diferentes países; contribuir para uma explicação do comportamento delituoso e, assim, avançar em uma teoria explicativa generalizável a diferentes realidades; solucionar problemas metodológicos relacionados a pesquisas transculturais e a questionários de autorrelato. Após longo período de debate, o instrumento produzido foi organizado de forma que suas questões respondessem a investigações atinentes a cinco grupos de variáveis:

- a) prevalência e frequência de comportamentos delituosos praticados por adolescentes
  - Avalia-se prevalência ao longo da vida, prevalência no último ano e frequência de delitos por meio, respectivamente, das seguintes perguntas: “alguma vez você já [descrição de um comportamento referente a um delito investigado]...”; “você fez isso no último ano?” “quantas vezes você fez isso?”;

- b) circunstâncias envolvidas na ação
  - Averigua se o adolescente praticou a ação delituosa sozinho ou acompanhado, quem teria sido a vítima e em que lugar o delito teria ocorrido;
- c) reações sociais aos delitos
  - Busca-se informação sobre como teria sido a reação de parentes e de policiais, caso o comportamento do adolescente fosse descoberto;
- d) variáveis sociodemográficas
  - Remete a questões concernindo o sexo, a idade, a composição familiar, a etnia, o status socioeconômico, o nível educacional, a permanência escolar ou no trabalho e atividades de lazer;
- e) variáveis teóricas
  - Relacionadas à Teoria do Controle Social, essas remetem a questões relativas aos pais, supervisão parental, envolvimento e desempenho escolar, atitudes relacionadas à escola e ao trabalho.

Os diferentes países que participaram do estudo adaptaram o questionário às suas realidades, incluindo variáveis pertinentes a cada contexto, mas aderindo, sempre, ao núcleo comum de questões (variáveis) propostas (Junger-Tas, 1994a).

No presente estudo utilizou-se como modelo a versão portuguesa, aplicada no país luso, sob a coordenação de uma equipe de pesquisadores da Universidade do Porto. O questionário português foi adequado à realidade brasileira após o estudo de Komatsu (2014). A adaptação do instrumento realizada por Komatsu (2014) iniciou-se com adequações relativas ao contexto cultural, modificando expressões e palavras que possuíam sentidos diferentes no Brasil e em Portugal. Em seguida, realizou-se um estudo piloto, do qual participaram 04 adolescentes da faixa etária correspondente a do público a que se destina o questionário, recrutados em programa comunitário de proteção social básica (Komatsu, 2014). No estudo piloto, o autor objetivou verificar a adequação da linguagem utilizada na instrução dada aos participantes, na formulação dos itens e o modelo gráfico do instrumento, a fim de tornar o instrumento adaptado à população, com vista à diminuição da probabilidade de erros de preenchimento e/ou de respostas em branco. Procedendo-se assim, algumas questões, consideradas repetitivas, foram excluídas, tornando o instrumento menos cansativo e desinteressante para os respondentes.

Efetou-se, na sequência, nova aplicação junto a mais 04 adolescentes, sendo esses infratores em medida socioeducativa, visando novamente averiguar a adequação semântica dos itens do questionário. Nessa os participantes do estudo piloto expressaram o que haviam

compreendido em cada questão. Por este procedimento, uma das questões precisou ser reformulada.

A etapa final da adaptação do instrumento consistiu na análise do conteúdo dos itens por juízes com experiência profissional com adolescentes em geral e com infratores, para validação dos constructos empregados. Nessa etapa, não houve alterações no instrumento.

Após a conclusão do estudo de Komatsu (2014), levando em conta algumas considerações feitas pelo autor sobre o instrumento, esse foi novamente revisto no contexto do GEPDIP, de modo a ser aperfeiçoado em alguns aspectos. A tabela 4 apresenta as alterações pelas quais passaram alguns itens entre a primeira versão do *Questionário sobre comportamentos juvenis*, utilizada por Komatsu (2014) e a Versão Revisada (2014) utilizada no presente estudo.

Tabela 4 - Sistematização das alterações efetuadas entre a 1ª versão e a Versão Revisada (2014) do Questionário sobre Comportamentos Juvenis

Questionário sobre Comportamentos Juvenis - 1ª versão	Questionário sobre Comportamentos Juvenis - Versão Revisada (2014)
Categoria: I- Sobre você	
1. Qual a sua idade?	1. Qual a sua idade e sexo?
3. Em que ano escolar você está?	
As opções de resposta são: 1º ano, 2º ano, 3º ano, 4º ano, 5º ano, 6º ano, 7º ano, 8º ano, 9º ano, 1º Colegial, 2º Colegial e 3º Colegial	Adicionou-se o termo “do ensino fundamental” do 1º ao 9º ano. Os anos seguintes passaram a ser redigidos: 1º ano do Ensino Médio, 2º ano do Ensino Médio e 3º ano do Ensino Médio.
4. Você trabalha?	
Segue à opção “Sim” a pergunta “Há quanto tempo?”	Segue à opção “Sim” as perguntas “Há quanto tempo?” e “Qual é o seu trabalho?”
Categoria: IV- Escola	
6.3. Na última vez, foi punido?	6.3. Na última vez, houve alguma consequência para você?
Categoria: V- Coisas que os jovens fazem	
Subitens 7.6, 8.7, 9.5, 10.7, 11.5, 12.5, 13.7, 14.5, 15.5, 16.6, 17.7, 18.7 e 19.7.	Subitens 7.6, 8.7, 9.5, 10.7, 11.5, 12.5, 13.7, 14.5, 15.5, 16.6, 17.7, 18.7 e 19.7.
Na última vez, foi punido?	Na última vez, houve alguma consequência para você?

A tabela 5 dispõe os itens que foram excluídos ou inseridos na versão revisada (2014) do instrumento.

Tabela 5 - Descrição das alterações efetuadas nas categorias de perguntas na Versão Revisada (2014) do Questionário sobre Comportamentos Juvenis, com a exclusão ou com inserção de elementos/de questões

Categoria:	II- A sua família e as pessoas com quem convive
<u>Item</u>	<u>2. Você tem alguns desses itens em casa? Marque a quantidade</u>
Inclusão das opções: Lava louça, moto e secadora de roupa	
<u>Item</u>	<u>12. O quanto você concorda ou discorda das seguintes afirmações</u>
Inclusão das afirmativas:	
– Quando alguém me manda fazer alguma coisa, eu tenho vontade de fazer o contrário – Não há mal nenhum em roubar se eu não for pego (a) – A maioria das pessoas que mandam são metidas, arrogantes – Quando um adulto me repreende por algo que fiz, sinto raiva, e, geralmente, brigo ou discuto com ele	
Categoria:	IV- Escola
<u>Item</u>	<u>1. Sobre você na escola</u>
Inclusão das afirmativas:	
– Você acha que professores/diretores gostam de você? – Você já foi chamado para conversar com o diretor? – Você já foi advertido na escola? – Você já se sentiu forçado a mudar de escola porque não gostavam do seu comportamento?	
Categoria:	V- Coisas que os jovens fazem
Exclusão do item: 12. Alguma vez você roubou uma bicicleta?	
Inclusão do subitem: 19.1. Quais objetos você já pegou? (Item 20 na 1ª versão)	
Categoria:	VI- O bairro onde mora
Inclusão do item: 3. No bairro onde mora atualmente como é a sua rua?	

No formato atual o questionário contém 57 questões. Essas, além de abordarem os possíveis comportamentos divergentes e delituosos já praticados pelo adolescente, de modo a aferir a prevalência e a frequência de algumas modalidades desses tipos de comportamentos, voltam-se à investigação de aspectos reunidos em seis grandes domínios, referentes às variáveis teóricas previstas desde a elaboração do instrumento original, conforme o abaixo descrito:

- a) o adolescente: além das informações para a caracterização sociodemográfica, as questões nesse domínio buscam informações sobre características pessoais, relativas a opiniões, valores, atitudes e o temperamento do respondente. Nesse domínio pesquisa-se também o histórico do adolescente em termos de contato com a polícia/justiça;

- b) a família: as questões neste domínio buscam informações que permitam caracterizar a condição socioeconômica da família, sua configuração e, especialmente, às relações do adolescente com os membros da família;
- c) o tempo livre: neste domínio, as questões referem-se às atividades realizadas no tempo livre, alternativo à escola/trabalho;
- d) os pares/amigos: as questões, neste domínio, visam informações sobre os colegas com os quais os adolescentes passa mais tempo e sobre as atividades que desenvolvem juntos;
- e) a escola: as questões neste referem-se ao desempenho escolar, ao relacionamento com pares e com professores na escola, e às possíveis experiências estressantes na escola;
- f) o bairro/entorno de residência: neste domínio, as questões buscam informações que permitam avaliar algumas características do bairro de moradia dos respondentes (disponibilidade de lazer, características da vizinhança, nível de segurança).

Vale frisar que, para a exclusão e a inclusão de itens, tinha-se em mente, o referencial teórico da Teoria da Regulação Pessoal e Social da Conduta Delituosa, cujo autor principal é Marc LeBlanc. Esta teoria tem por base a Teoria do Controle Social de Hirschi, a qual foi usada para elaboração do SRD-scale, por ocasião da implementação do ISRD-I. Assim, não há ruptura com o referencial anterior; ao contrário, há uma relação de continuidade entre os dois referenciais teóricos. Considera-se, todavia, que a da Regulação Pessoal e Social da Conduta Delituosa consiste em um referencial mais complexo e sofisticado, no sentido de abarcar, num todo coerente, mais variáveis associadas ao comportamento delituoso na adolescência. Este referencial será apresentado, de forma sucinta, a seguir.

2.2.1 O referencial teórico e os constructos mensurados pelo instrumento

A Teoria da Regulação Pessoal e Social da Conduta Delituosa de Marc LeBlanc foi embasada na Teoria do Controle Social de Hirschi (1969), a qual propõe que o fraco vínculo com as instituições sociais como família, escola e pares, favorece o comportamento delituoso em adolescentes, enquanto o vínculo fortalecido garantiria conformidade às condutas convencionais, levando em conta que o controle social requer tal vinculação, para ser efetivo (Le Blanc, 1997). O vínculo, segundo Hirschi (1969), teria quatro componentes principais, que agiriam como forças ou elementos sociais: apego, empenho, crenças e investimento. O

apego remete à ligação de natureza afetiva entre os indivíduos e, no que diz respeito aos comportamentos sociais, denotando a importância de relações positivas entre o adolescente, seus pais, pares e escola. O apego positivo com família e com amigos aumenta a resistência às oportunidades de delito. O empenho remete ao compromisso individual com valores e com as instituições sociais convencionais; pressupõe que os indivíduos tenham interesse pessoal por atividades que se passam nessas instituições. O terceiro elemento são as crenças em concepções e valores sociais e morais convencionais, vigentes na sociedade, que condenam comportamentos desviantes e delituosos. Pressupõe-se que, a partir do momento que se acredita nas regras sociais e nas leis, é mais provável segui-las. Por fim, o investimento remete à capacidade de se ocupar com atividades convencionais, implicando-se numa rotina positiva, pautada em atividades em família, frequência escolar, atividades de esportes, lazer estruturado, etc.. Empenho e investimento se retroalimentam, sendo que, havendo empenho há investimento em uma rotina pró-social, e este encoraja o comportamento positivo, limitando o tempo disponível para comportamentos desviantes (Shears & furman, 2005).

Le Blanc (1997) propõe uma reelaboração da teoria de Hirschi, a partir de estudos empíricos, longitudinais, realizados com adolescentes de Montreal, no Canadá. Ele explica o engajamento infracional persistente de adolescentes por meio da Teoria Geral da Regulação da Conduta, no nível do indivíduo, e por meio do que ele denomina como sendo Teorias de Meio Alcance, atinentes a cada mecanismo de regulação mencionado na Teoria Geral. De acordo com a Teoria Geral, a atividade delituosa é regulada pela interação recíproca de quatro componentes, denominados pelo autor de mecanismos de regulação: os vínculos com a sociedade e seus membros; os constrangimentos internos e externos (monitoramento e punição); a exposição às influências e às oportunidades sociais (modelos pró/antissociais); e o nível de desenvolvimento do alocentrismo do indivíduo. Esses reguladores são modulados por variáveis contextuais: capacidade biológica, condições socioeconômicas, idade e sexo do indivíduo. Essas operam sobre os mecanismos de regulação como fatores de risco para atividades antissociais (Le Blanc, 1997).

Os vínculos sociais implicam em três componentes: apego às pessoas, empenho/engajamento face às instituições sociais e investimento em atividades convencionais. O apego e o investimento favorecem o empenho, que por sua vez, consolida as demais. Os três são fundamentais para edificação de padrões de condutas convencionais (Le Blanc, 1997).

Constrangimentos sociais, por sua vez, são coerções exercidas pela sociedade que impedem os comportamentos antissociais. O constrangimento formal advém de instituições

formais como a escola e o próprio Sistema de Justiça, e se manifesta sob a forma de sanções sofridas ou percepção de risco de ser punido. O constrangimento informal estabelece-se por meio das reações das pessoas do relacionamento interpessoal do adolescente e revela-se sob a forma de regras de conduta, supervisão, reprovações e punições. O constrangimento externo é formal ou informal, mas sempre proveniente do meio externo à pessoa. Paralelamente, o constrangimento interno remete às normas de conduta social que são internalizadas, ou seja, é o que Hirschi nomeou de crenças (Le Blanc, 1997).

A exposição às influências e às oportunidades antissociais é, geralmente, abordada pela associação a pares antissociais. No entanto, segundo Le Blanc (1997), essa pode ocorrer por diferentes maneiras, como consumir conteúdos violentos através de filmes, livros e games, participar de atividades divergentes como consumir drogas e ter relações sexuais promíscuas, engajar-se em rotinas não convencionais, tais como frequentar *lan-houses*, e residir em bairros com alta taxa de criminalidade. A receptividade às influências divergentes e a não resistência a oportunidades antissociais aumentam a adesão a atividades não convencionais e a associação a pares divergentes, que reforçam o engajamento infracional.

O último componente do sistema de regulação, o alocentrismo refere-se a um conceito que sintetiza trabalhos relativos à personalidade de infratores e diz respeito à capacidade de dirigir-se aos outros e desenvolver interesse pelo outro, pelas pessoas além de si mesmo. O *background* biológico, o temperamento e as capacidades intelectuais do indivíduo, se relacionam a esse mecanismo, no sentido de facilitarem ou dificultarem seu desenvolvimento. Quanto mais um indivíduo se torna alocêntrico, mais prováveis são seus comportamentos convencionais e menos prováveis suas condutas agressivas. O infrator, teoricamente, é mais egocêntrico do que seria esperado para sua idade; ou seja, o ponto em que se encontro no tocante ao desenvolvimento do alocentrismo faz com que ele sempre e mais o seu próprio interesse, as suas próprias suas necessidades, em detrimento dos demais. Dessa forma, suas atitudes dificultam o estabelecimento adequado de vínculos sociais, bem como do desenvolvimento do constrangimento interno (Le Blanc, 1997).

A atividade antissocial é estimulada, portanto, por um baixo nível de alocentrismo, por um fraco vínculo social, por constrangimentos sociais insuficientes e/ou inadequados e pela exposição a influências e oportunidades não-convencionais. O funcionamento da regulação geral do comportamento ocorre também, de forma particular, no interior dos principais contextos/meios de socialização em que os adolescentes estão inseridos: família, escola, pares de idade, sistema normativo e rotina. Para cada um destes contexto/meios, o autor explana

sobre o sistema de regulação estabelecendo que ele denomina como sendo Teorias de Meio Alcance (Le Blanc, 1997).

A Regulação psicológica

A regulação psicológica diz respeito às características pessoais de ordem biológica, cognitiva, afetiva, moral, relacional e libidinal que se desenvolvem na interação do indivíduo com o meio social. O background biológico é decisivo na definição do temperamento e da capacidade intelectual, características que medeiam a interação da pessoa com o ambiente e, conseqüentemente, as aquisições emocionais, cognitivas e sociais subsequentes. O temperamento e as capacidades intelectuais regulam o desenvolvimento da adaptação pessoal (Le Blanc, 1997).

O desenvolvimento saudável da personalidade direciona-se ao alocentrismo, ao passo que uma personalidade marcadamente egocêntrica, caracterizada por retardos no plano inter e intrapessoal, pode favorecer a conduta delituosa persistente. O eixo interpessoal se refere aos relacionamentos com os outros e são de ordem psicossocial e psicorrelacional. O déficit de desenvolvimento psicossocial ocasiona dificuldade de conviver em sociedade e o déficit psicorrelacional promove aloplastia (uma tendência a culpabilizar o outro pelo que lhe acontece de errado, pelo seu fracasso e a se vitimizar) e comportamentos vingativos (Le Blanc, 1997).

O eixo intrapessoal são características endopsíquicas em duas dimensões, a psicoafetiva e a psicocognitiva. O desenvolvimento psicocognitivo adequado permite uma percepção justa da realidade; o seu déficit, portanto, é sinalizado por percepções distorcidas, pelo ceticismo e pelo irrealismo. O déficit da dimensão psicoafetiva apresenta-se por meio da resistência em expressar emoções e em vivenciar afetos e vulnerabilidade emocional (Le Blanc, 1997).

A Regulação familiar

Segundo Le Blanc (1997), a regulação, pela família, da conduta antissocial, divergente e delituosa, é mais fácil quando as condições estruturais não se apresentam como uma desvantagem para o jovem. O baixo status socioeconômico e a dependência financeira é o primeiro grupo de desvantagem familiar. O segundo grupo diz respeito à composição e ao funcionamento familiar: um grupo de irmãos numeroso, a monoparentalidade, a existência de conflitos conjugais, etc. são apontados como fatores que perturbam o funcionamento

harmonioso da família, desestimulando o investimento familiar e impactando o investimento na vida familiar e o apego entre os pais e filhos.

Além das condições estruturais, há os mecanismos que atuam diretamente na regulação dos comportamentos sociais. A exposição a modelos antissociais na família é um deles. Ou seja, os pais que praticam abertamente atividades divergentes ou infracionais e/ou possuem valores antissociais influenciam o comportamento do adolescente. Caso os pais/responsáveis atuem como modelo pró-social, a receptividade dos adolescentes aos constrangimentos (normas, regras) impostos será maior e, assim, o apego entre pais e filhos mais forte (Le Blanc, 1997). O apego entre pais e filhos se constrói a partir da comunicação que possibilita, por fim, a identificação afetiva entre pais e filhos (Le Blanc, 1997). Sendo o apego forte, o investimento em atividades em família tende a ser alta. O investimento familiar diz respeito, basicamente, ao tempo gasto em família, sendo este de três ordens: o tempo que os pais dispendem para os filhos, as atividades e tarefas compartilhadas e o tempo que o adolescente passa com os outros membros da família.

Assim, estabelece-se e fortalece-se o vínculo familiar (Le Blanc, 1997). O vínculo familiar forte constitui uma barreira aos comportamentos divergentes.

Diante da existência de vínculos familiares fortes e estáveis, os filhos tornam-se ainda mais suscetíveis aos constrangimentos dos pais, considerados a última barreira à atividade antissocial, no que respeita à família. Os constrangimentos, nessa instância, dizem respeito aos regulamentos impostos pelos pais que, no caso, se tornam legítimos para os filhos, favorecendo a supervisão e a aceitação de sanções/punições parentais quando aplicadas (Le Blanc, 1997).

Essas barreiras à atividade divergente: organização do sistema familiar, modelos pró sociais na família, vínculo com membros da família e constrangimentos parentais legitimados, quando ausentes ou deficitárias permitem a manifestação da rebelião familiar que, por seu turno, influenciam diretamente a atividade delituosa (Le Blanc, 1997).

Le Blanc (1997) ressalta ainda, que os constrangimentos (supervisão e punições) inapropriados (excessivos, inexistentes, ambíguos) é um fator que facilita a atividade infracional durante a adolescência.

A Regulação escolar

A regulação dos comportamentos antissociais pela escola apoia-se em três mecanismos. O desempenho escolar, compreendendo os resultados das avaliações escolares e o progresso pelas séries. O vínculo escolar, constituído pelo apego aos professores, pelo

investimento em atividades escolares e pelo empenho face à escolarização/ à educação. Os constrangimentos internos e externos vivenciados no ambiente escolar. Três condições contextuais atuam sobre o vínculo e o desempenho escolar, desfavorecendo a atuação desses mecanismos. São elas: o atraso escolar, o baixo nível educacional dos pais e o estresse psicológico experimentado no ambiente da escola (Le Blanc, 1997).

O bom desempenho escolar, as boas notas, influencia diretamente os três componentes do vínculo escolar, fortalecendo-os, e tornando mais provável a internalização das regras escolares - os constrangimentos internos - e menos necessária os constrangimentos externos no ambiente escolar, prevenindo, assim, a desadaptação escolar e consequentes comportamentos antissociais nesse contexto (Le Blanc, 1997).

Os elementos do vínculo escolar se completam e atuam entre si: o tempo gasto com atividades escolares e a apreensão de realizar o melhor (investimento), favorecem a inserção em atividades escolares extras (empenho) e minimizam a necessidade de constrangimentos de agentes escolares. Por sua vez, o investimento escolar é possível diante de um bom desempenho e do apego aos professores. O apego à figura do professor se desenvolve pela comunicação, pela percepção de ajuda disponível neste ambiente, no caso de dificuldades acadêmicas, e pela identificação afetiva com os professores. O apego exercera influência sobre o empenho, que, torna os constrangimentos externos dispensáveis e fomenta os internos, a última barreira para a rebelião escolar (Le Blanc, 1997).

Em caso de desadaptação escolar, no entanto, essa se seguirá dos constrangimentos escolares, as sanções, que têm por efeito diminuir o investimento escolar, o apego e o empenho, que por seu turno, impacta no desempenho escolar. Nessa esteira, tem-se incremento da rebelião escolar e de atividades antissociais. Le Blanc (1997) afirma ainda, que o baixo desempenho escolar é o melhor preditor da atividade delituosa oficial e autorrevelada entre pessoas de 18 e 30 anos.

A Regulação colateral ou pelos pares de idade

Considerando a importância do grupo de pares na vida do adolescente, o papel central dos amigos na socialização, nesta etapa da vida, a influência que exercem sobre as crenças e os comportamentos juvenis, destaca-se o sistema de regulação da conduta pelos pares. Este é formado por seis componentes: a amplitude da rede de pares, o apego aos pares, o investimento de tempo com os pares, o empenho na convivência com outros adolescentes, a aceitação dos amigos pelos pais e a afiliação a pares divergentes (Le Blanc, 1997).

Os contextos em que prosperam os vínculos aos pares são constituídos pela amplitude da rede de amigos/colegas e pela aceitação dos pares pelos pais dos adolescentes. Em relação à consolidação dos vínculos aos pares, o investimento de tempo em atividades com amigos favorece o apego e o empenho face a esses. O apego se desenvolve devido à comunicação mútua, confiança e identificação afetiva. O empenho acontece a partir da lealdade ao grupo de amigos e à submissão a lideranças, às coerções e às pressões do grupo. O resultado do empenho será a identificação com os valores propagados pelos pares, por vezes em detrimento daqueles transmitidos por autoridades e pais. O apego e o empenho se influenciam reciprocamente (Le Blanc, 1997).

A atividade delituosa, no entanto, será estimulada apenas se os pares com quais o adolescente se vincular não forem convencionais, ou seja, forem antissociais. Assim, o tipo de grupo de amigos é primordial ao engajamento infracional (Le Blanc, 1997).

A Regulação pela rotina

Para Le Blanc (1997), o tempo consagrado às atividades convencionais é um fator de proteção à implicação em atividades divergentes. A regulação pela rotina diz respeito ao investimento nessas atividades que estruturam o dia do adolescente. Essas são reagrupadas em quatro categorias. As atividades em que se compartilha com adultos, são os investimentos escolar, familiar e religioso. As atividades que ocupam o tempo livre são grupais ou individuais e podem ser culturais, recreativas organizadas ou desorganizadas/desestruturadas (encontrar e conversar com amigos), esportivas e de *hobbies*. As atividades de obrigação, ou seja, aquelas que se não houver engajamento haverá vadiagem. Por fim, a última categoria de atividades, são aquelas que demandam a frequência de ambientes divergentes (*out sides*) ou que possibilitam a exposição a modelos antissociais, de diferentes maneiras (Le Blanc, 1997).

As categorias de atividades não se relacionam da mesma forma com a conduta delituosa. O tempo compartilhado com adultos beneficia a atividades pró-sociais (culturais, sociais e de lazer) e inibe o tempo ocioso. O tempo livre pode ser ocupado por atividades de natureza que complementam os estudos ou dedicado ao ócio. O trabalho e atividades sociais numerosas podem facilitar o acesso a lugares *out sides* e a exposição a modelos divergentes, assim como o fato de possuir dinheiro próprio (Le Blanc, 1997).

A Regulação normativa

A regulação normativa se refere à adesão do adolescente às normas impostas pela sociedade convencional. Le Blanc (1997) cita cinco conceitos que ajudam a avaliar como se

dá a regulação normativa. São eles: adesão às normas, respeito pelas pessoas de autoridade, a percepção do risco de apreensão, a atitude divergente dos pais e a prática de uma religião. Enquanto as atitudes divergentes dos pais incitam o desrespeito às autoridades, a prática religiosa a estimula. São barreiras para o comportamento delituoso, também, perceber os riscos de apreensões como reais e aderir a normas religiosas. Esses constrangimentos são internos e reforçam a interiorização das normas sociais em geral. Os constrangimentos externos são as sanções impostas pelas autoridades familiares, escolares, sociais, pelos pares ou pelas próprias agências de controle, a polícia e o Sistema de Justiça. A não interiorização das normas é, contudo, a variável que melhor explica a conduta antissocial estável.

Tendo como pano de fundo essa teorização, explana-se, agora, sobre os 17 constructos avaliados pelo Questionário, a partir dos dados que coleta, além dos comportamentos divergentes e delituosos. Os constructos, em sua maioria, referem-se às variáveis do sistema de regulação da conduta. Esses são apresentados a seguir, de acordo com os domínios aos quais pertencem.

No âmbito das características pessoais ou de personalidade, tem-se os seguintes constructos:

- a) **valores antissociais:** refere-se a uma maior ou menor aceitação de comportamentos antissociais. O constructo é mensurado por meio de 1 item, contendo 8 subitens que apresentam ações que serão avaliadas pelo respondente no sentido dele indicar o quanto as considera graves. O item que aborda o constructo é:

- na sua opinião, qual o grau de gravidade de cada uma dessas ações:

1. *danificar propositadamente algo que não lhe pertence;*
2. *faltar às aulas sem motivo sério que o justifique;*
3. *entrar num carro para roubar algo de seu interior;*
4. *pegar dinheiro ou algo que não lhe pertence em casa ou na escola;*
5. *pegar alguma coisa de uma loja sem pagar;*
6. *roubar um carro ou dirigir um carro roubado;*
7. *entrar em uma casa para roubar;*
8. *bater em alguém;*

As opções de resposta são: nada grave, pouco grave, grave e muito grave.

- b) **atitude violenta:** diz respeito à concordância e ao uso de comportamentos de agressão física e violência. Abordada em um item, com quatro subitens, esses

apresentam sentenças que envolvem situações de violência mediante às quais se demanda ao respondente se concorda ou discorda delas. Os subitens que avaliam o constructo são:

- *Um pouco de violência faz parte da diversão;*
- *Uma pessoa tem de usar a força para ser respeitada;*
- *Se alguém me agredir, eu revido;*
- *Não faz mal bater em alguém se ele insultou meus familiares;*

As opções de resposta são: concordo totalmente, concordo, discordo e discordo totalmente.

- c) **impulsividade:** aspecto referente a um traço de personalidade que torna o adolescente vulnerável, em termos de adaptação pessoal ao ambiente, essa se relaciona à dificuldade em autocontrolar-se. É avaliada por um total de 5 subitens de 2 itens, que apresentam frases que exemplificam essa dificuldade de autocontrole. São três deles:

- *Faço coisas sem pensar;*
- *Me sinto inquieto em aulas ou palestras;*
- *Perco a cabeça;*

Neste caso, as opções de resposta: raramente ou nunca, poucas vezes, muitas vezes e quase sempre e sempre. Os outros dois subitens são:

- *Devemos viver o presente sem nos preocuparmos com o futuro*
- *Às vezes eu quebro as regras porque faço coisas sem pensar*

Neste caso, as opções de resposta são: concordo totalmente, concordo, discordo e discordo totalmente.

No que concerne ao contexto familiar, os constructos são descritos abaixo.

- a) **apego aos pais:** diz respeito à qualidade, em termos de proximidade, intimidade e comunicação, do relacionamento entre os pais e o adolescente. É mensurado por meio de três itens que questionam sobre a relação dos adolescentes com seus pais. Esses itens são:

- *Em geral, como é a relação que você tem com a sua mãe? E com seu pai?*

As opções de resposta, neste caso, são: Muito boa, Boa, não muito boa, ruim e não vivo com ele/ela.

- *Converso com meus pais (ou adultos responsáveis);*

- *Minto para meus pais sobre onde estava e com quem estava;*

As opções de resposta para esses dois itens são: raramente ou nunca, poucas vezes, muitas vezes e quase sempre ou sempre.

- b) **investimento parental:** refere-se ao tempo compartilhado em família, em que os pais e o adolescente dedicam-se a atividade em família. Este é mensurado por meio de dois itens. São eles:

- *Quantas vezes por semana costuma jantar com seus pais;*

- *Brinco ou pratico esportes com meus pais;*

As opções de resposta são: raramente ou nunca, poucas vezes, muitas vezes e quase sempre ou sempre.

- c) **prática parental:** caracteriza-se pela forma como os pais supervisionam e disciplinam seus filhos. Cinco itens avaliam o constructo por meio de questões que sondam as práticas parentais. São eles:

- *Em geral, quando você sai à noite, os seus pais (ou adultos responsáveis) dizem a hora que deve voltar;*

- *Alguma vez passou a noite fora de casa sem que seus pais (ou responsáveis) soubessem onde estava?;*

As opções de resposta, neste caso, são: eu não saio à noite; não, nunca; sim, uma ou algumas vezes e sim, muitas vezes. Outros itens são:

- *Meus pais conferem se eu fiz as tarefas da escola*

- *Meus pais me encorajam e me apoiam nos estudos;*

As opções de resposta para este são: raramente ou nunca, poucas vezes, muitas vezes e quase sempre ou sempre. Por fim, o último item é:

- *Os meus pais conhecem os meus amigos;*

As opções de resposta são: conhecem a maioria ou todos, conhece um ou alguns e não conhecem nenhum dos meus amigos;

No que concerne ao contexto escolar, os constructos são os que seguem.

- a) **desempenho escolar:** trata-se dos resultados da aprendizagem medidos em avaliações institucionais e por auto avaliações do adolescente, sobre sua capacidade, e possíveis atrasos escolares. É mensurado por dois itens que

investigam possíveis repetências escolares e a percepção do adolescente sobre o próprio desempenho. São eles:

- *Você já repetiu de ano?*

As opções de resposta, neste caso, são: não ou sim; em caso afirmativo: *Qual ano?*

- *Como você avalia os seus resultados escolares quando os compara com os de seus colegas?;*

As opções de resposta são: Meus resultados são melhores do que os da maioria dos meus colegas de turma; sou um aluno médio; meus resultados são piores do que os da maioria dos meus colegas de turma.

- b) **violência escolar:** refere-se à um ambiente escolar percebido como não seguro, como hostil e, até mesmo, como criminalizado, em que o adolescente pode estar submetido a agressões físicas ou psicológicas. Catorze itens mensuram o constructo, sondando o ambiente interno da escola e o do seu entorno, quanto à segurança, verificando a presença de *bullying*, de furtos/roubos na escola e consumo de drogas ilícitas e de bebidas alcoólicas. Os itens são:

- *Como você se sente nas seguintes situações?*

1. *No caminho até a escola,*

2. *No recreio da escola;*

3. *Na sala de aula;*

As opções de resposta são: nada seguro, pouco seguro, seguro ou muito seguro.

- *Nos últimos 12 meses, aconteceu com você alguma das seguintes situações na escola? Se a resposta for SIM, informe quantas vezes aconteceu?*

1. *Alguém te zuou a ponto de te desagradar bastante?;*

2. *Alguém te bateu ou machucou?;*

3. *Alguém espalhou boatos desagradáveis sobre você?;*

4. *Alguém ameaçou te bater ou te machucar?;*

5. *Alguém te machucou ou tentou te machucar com alguma arma (faca, estilete, pau) ?;*

6. *Alguém roubou alguma coisa sua sem que você tenha percebido?;*

7. *Alguém roubou ou tentou roubar algo que lhe pertencia através de ameaça ou à força?;*

8. *Alguém te desrespeitou por causa da sua cor de pele ou outra característica física?*;

9. *Tem muitos roubos na minha escola?*;

10. *Tem muito consumo de álcool e/ou drogas na minha escola?*

As opções de resposta aos itens são: concordo totalmente, concordo, discordo e discordo totalmente.

- c) **valores escolares:** remete aos pensamentos e às atitudes que denotam o quanto o adolescente acredita que os estudos são importantes para um futuro próspero. O instrumento avalia o constructo por meio das respostas dadas a três itens que investigam o gosto pelo estudo e as expectativas futuras. Os itens são:

- *Em geral, eu gosto de estudar;*

- *A escola me ensina coisas que vão me ajudar no futuro;*

- *A escola me ajudará a arranjar um bom emprego;*

As opções de resposta são: concordo totalmente, concordo, discordo e discordo totalmente.

- d) **vínculo escolar:** remete à ligação do adolescente à escola, à escolarização. Dois itens avaliam o constructo verificando se o adolescente gosta de sua escola e dos professores. Os itens são:

- *Não gostaria de mudar de escola;*

- *Eu tenho bons professores;*

As opções de resposta são: concordo totalmente, concordo, discordo e discordo totalmente.

- e) **escola desorganizada:** refere-se a um ambiente escolar deteriorado em sua infraestrutura e no qual prevalece clima de desordem, na percepção do adolescente. Dois itens avaliam o constructo averiguando indisciplina e deterioração do espaço físico da escola. São eles:

- *Na minha escola tem muita indisciplina na sala de aula;*

- *Tem muitas coisas quebradas ou estragadas na minha escola;*

As opções de resposta são: concordo totalmente, concordo, discordo e discordo totalmente;

No que concerne à relação com os pares de idade, os constructos investigados são os que seguem.

- a) **pares antissociais:** refere-se à associação à colegas/amigos que praticam comportamentos antissociais, desempenhando, assim, o papel de modelo para aprendizagem desses comportamentos. Quatro itens do instrumento buscaram avaliar como os adolescentes compartilham seu tempo com amigos e se algum deles já teve problemas com a polícia. Os itens são:

- *Quantos dos seus amigos já tiveram problemas com a polícia;*

As opções de resposta são: nenhum, um ou alguns, a maioria e não sei;

- *Quando você sai com seus amigos, o que costumam fazer?*

- *Usamos drogas;*

- *Quebramos ou danificamos coisas (placas, janelas, latões de lixo, carros, orelhões);*

As opções de resposta são: sempre, muitas vezes, poucas vezes e nunca;

- *Algum dos seus amigos já fez alguma das seguintes coisas?*

1. *Pegar alguma coisa de uma loja sem pagar*

2. *Pegar de alguém dinheiro ou outra coisa que não lhe pertencia*

3. *Andar armado (com faca, canivete, estilete ou arma de fogo)*

4. *Danificar ou destruir propositadamente alguma coisa que não lhe pertencia*

5. *Vender drogas*

6. *Bater, chutar ou dar soco em alguém com a intenção de machucar ou ferir*

7. *Roubar um carro ou moto*

8. *Invadir alguma casa com a intenção de roubar alguma coisa*

9. *Ameaçar ou usar a força para conseguir dinheiro ou outra coisa de alguém*

10. *Bater em outra pessoa com algum instrumento (pedaço de pau, canivete)*

11. *Abrir um carro para roubar alguma coisa do seu interior*

As opções de resposta são: sim, não e não sei.

No que concerne à rotina, o constructo avaliado refere-se ao uso do tempo livre, conforme se explana abaixo.

- a) **rotina desorganizada:** o constructo refere-se a uma rotina caracterizada pela implicação massiva em atividades que não tem objetivos claros, supervisão de adultos, tampouco orientação pró-social. Cinco itens avaliam de que forma os adolescentes gastam seu tempo, sendo eles:

- *Com quem você passa a maior parte do seu tempo livre;*

As opções de resposta são: sozinho, com minha família, com alguns amigos (até 3) e com muitos amigos.

- *quantas vezes por semana costuma sair à noite para ir a alguma festa, ir à casa de alguém ou apenas “dar umas voltas” pelas ruas?*

As opções de resposta são: raramente ou nunca saio à noite, 1 vez por semana, 2 vezes por semana, 3 vezes por semana, 4 vezes por semana, 5 vezes por semana, 6 vezes por semana e todos os dias.

- *Quando você sai com seus amigos, o que costumam fazer;*

- *Bebemos cerveja ou outras bebidas alcoólicas;*

- *Arrumamos confusão;*

- *Praticamos esporte;*

As opções de resposta neste caso são: sempre, muitas vezes, poucas vezes e nunca;

Há questões no questionário que também sondam constructos relativos ao bairro em que o adolescente vive, seu entorno social. São eles:

- a) **bairro desorganizado:** trata-se de um bairro desestruturado quanto às oportunidades de lazer e de infraestrutura, em que há imóveis abandonados, vazios e pichados. Para avaliar o constructo quatro itens trazem perguntas sobre deterioração do espaço físico e sobre infraestrutura oferecida pelo bairro. São eles:

- *Tem bastante coisa para fazer no meu bairro;*

- *O bairro onde vivo é visto como um bom bairro para se viver;*

- *Tem muitos lugares pichados no meu bairro;*

- *Tem muitas casas vazias e abandonadas no meu bairro”*

As opções de respostas são: concordo totalmente, concordo, discordo e discordo totalmente.

- b) **bairro violento:** representa a percepção do adolescente quanto à presença de indicadores de criminalidade ou à segurança no bairro em que vive. Este é mensurado por cinco itens que questionam sobre criminalidade, a violência e o sentimento de segurança. São eles:

- *Tem muito tráfico de drogas;*

- *Tem muitas discussões violentas entre vizinhos;*
- *Me sinto seguro quando ando sozinho durante o dia (no bairro onde moro);*
- *Me sinto seguro quando ando sozinho durante a noite (no bairro onde moro);*
- *Tem muita criminalidade no meu bairro;*

As opções de respostas são: concordo totalmente, concordo, discordo e discordo totalmente.

Algumas questões do Questionário investigam a existência de pessoas com as quais o adolescente considera que poderia confiar ou contar para auxiliá-lo nas tarefas cotidianas. Essas referem-se mais propriamente a um fator de proteção, o **Apoio Social**. Três itens investigam o constructo:

- *Tenho alguém para me dar bons conselhos;*
- *Tenho alguém para me divertir junto;*
- *Tenho alguém em quem confiar;*

Opções de resposta são: raramente ou nunca, poucas vezes, muitas vezes e quase sempre ou sempre.

Quanto aos **comportamentos divergentes**, o instrumento se propõe a avaliar o seguinte: o uso de álcool, o uso de maconha e o de outras drogas ilícitas (não se tratando de maconha); a direção sem Carteira Nacional de Habilitação (CNH); e o cabular aulas. No tocante aos **comportamentos delituosos** há questões específicas no instrumento relativas aos seguintes delitos: dano, receptação, lesão corporal, lesão corporal com uso de instrumento, rixa, maus-tratos contra animais, furto de dinheiro/objeto, furto em estabelecimento comercial, furto no interior de veículo, roubo de dinheiro/objeto, roubo de veículo, tráfico de entorpecentes e porte ilegal de arma de fogo.

É importante notar que os delitos abordados são descritos em termos comportamentais e não na forma como é tipificado juridicamente. Por exemplo, para investigar o delito de “furto em estabelecimento comercial”, a questão feita é: “*Alguma vez pegou algo e não pagou em algum estabelecimento comercial (lojas, supermercado, etc)?*”. Em relação a cada um dos comportamentos, pergunta-se ao respondente se alguma vez o teria praticado, independentemente de ter sido apreendido pelo polícia ou não; esse dado, relativo ao conjunto de respondentes, fornece o número de pessoas que praticaram o ato pelo menos uma vez na vida (aferindo a **prevalência**). Mediante a resposta afirmativa do respondente, este é também indagado quando teria praticado tal ato pela primeira vez, se teria praticado ato semelhante

nos últimos 12 meses e quantas vezes. O dado relativo a quantas vezes teria praticado o comportamento determinado nos últimos 12 meses permite mensurar a **frequência** da prática dos atos investigados.

No tocante aos comportamentos delituosos, investiga-se ainda o constructo **histórico de envolvimento com a polícia e com a justiça**. Refere-se à quantidade de vezes que o adolescente teria sido abordado pela polícia e a quantidade de vezes que teria tido que se apresentar diante de um juiz devido ao envolvimento em alguma infração da lei. Dois itens do questionário avaliam o constructo. São eles:

- Alguma vez você teve que ir a um juiz por alguma coisa que tenha feito ou sido acusado de ter feito?

As opções de resposta são: Nunca, 1 vez, 2 vezes e mais de 3 vezes;

- Alguma vez você teve problemas com a polícia por alguma coisa que tenha feito?

As opções de resposta são: Nunca, 1 vez, 2 vezes, 3 vezes, 4 vezes, 5 vezes, entre 6 e 10 vezes e mais de 10 vezes;

2.3 Aspectos éticos e procedimentos de coleta de dados

Inicialmente, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, sendo aprovado nesta instância (CAAE nº 39023014.8.0000.5407) (ANEXO 1). Nesta etapa, já se dispunha da autorização de escolas, nos três municípios focalizados, para a implementação da pesquisa em seu contexto.

Assim, passou-se ao recrutamento dos potenciais participantes da pesquisa, convidando os alunos nas classes de anos específicos, a partir do 6º ano do ensino fundamental, a participar da pesquisa. Ao realizar o convite foi explicitado o objetivo geral da pesquisa, resumido como sendo “conhecer os comportamentos sociais dos adolescentes brasileiros”, assim como os potenciais riscos e benefícios da pesquisa, o caráter sigiloso das respostas e a liberdade em recusar-se a participar e de poder desistir de participar em qualquer momento. Os adolescentes que aceitaram participar receberam três Termos, sempre em duas vias: o primeiro dirigido a eles, o Termo de Assentimento (ANEXO 2), onde deviam registrar sua aceitação em participar da pesquisa, de forma livre e esclarecida; o segundo dirigido aos

pais ou responsáveis, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO 3), contendo as informações necessárias referentes à participação dos adolescentes na pesquisa (possibilidade de recusa e de interrupção, riscos e benefícios, sigilo), objetivos da pesquisa e contatos da pesquisadora e do Comitê de Ética da FFCLR-USP para eventuais dúvidas; o terceiro, também dirigido aos pais ou responsáveis, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a formação de Banco de dados (ANEXO 4), solicitando aos pais que permitissem que as informações fornecidas por seus filhos, por meio do questionário aplicado, pudessem ser guardadas por prazo ilimitado, com vista a constituir Banco de Dados, e serem, assim, utilizadas em outras pesquisas, por outros pesquisadores pertencentes ao GEPDIP. Após a distribuição dos Termos, em cada sala de aula, combinava-se uma data para retornar, para verificar quais alunos haviam obtido a autorização dos pais/responsáveis e proceder à aplicação do Questionário.

Conforme o já adiantado, a coleta de dados foi realizada em três diferentes cidades: Uberaba-MG, Juiz de Fora-MG e Ribeirão Preto-SP. Os dados utilizados no presente estudo foram coletados em uma escola privada em cada uma destas cidades, por pesquisadores do GEPDIP. No entanto, os procedimentos foram padronizados. Por ocasião da aplicação do instrumento, formavam-se, em geral, pequenos grupos (de até 15 jovens) e esses eram conduzidos a uma outra sala, dentro da escola, para responderem ao *Questionário sobre Comportamentos Juvenis*. Foram dadas instruções quanto ao preenchimento do instrumento e solicitado que ao finalizarem suas respostas, depositassem o questionário em uma urna na saída da sala, a fim de garantir o total anonimato quanto às informações oferecidas. Os participantes gastaram em média 30 minutos para completar as respostas dos questionários.

2.4 Procedimentos de análise de dados

As respostas dadas aos Questionários foram compiladas em planilha especialmente preparada para a pesquisa, podendo em seguida serem submetidas a análises estatísticas descritivas e inferenciais. O primeiro procedimento de análise estatística empregado foi a descrição dos dados com o objetivo básico de resumir as informações da amostra. Nesse sentido, a amostra foi caracterizada em termos de idade, condições socioeconômicas, escolaridade, trabalho, religião, comportamentos divergentes e delituosos revelados.

Em seguida, foram realizadas análises multivariadas de agrupamentos (*Clusters*), com a finalidade de agregar indivíduos semelhantes, utilizando como referência o nível de engajamento infracional, inferido, conjuntamente, por meio da idade do primeiro delito, do

número de tipos diferentes de delitos já praticados e da frequência total de delitos no último ano. Tendo por base os apontamentos da literatura, pode-se adiantar que o engajamento infracional é tanto maior quanto menor a idade de início (quanto mais precoce), maior o número de tipos diferentes de delitos já praticados (quanto maior a diversidade ou a versatilidade) e maior a frequência total de delitos no último ano (maior o total de delitos revelados).

Detalhando, a variável idade de início possibilitou mensurar o constructo “precocidade”, ao subtrair de 18 a idade do primeiro delito. Assim, obteve-se uma pontuação, sendo essa tanto maior quanto mais a idade do primeiro delito fosse distante de 18, evidenciando uma maior precocidade. Quanto ao constructo “diversidade”, este foi composto pelo número de delitos diferentes cometidos ao longo da vida, revelados pelos adolescentes. Quanto ao “total de delitos no último ano”, primeiro calculou-se a frequência simples a partir do número de delitos revelados nos últimos 12 meses, para em seguida situá-la em uma “escala de gravidade de frequência”: 0 delitos cometidos = 0 de gravidade; 1 delito cometido = 1 de gravidade; 2 a 4 delitos = 2 de gravidade; 5 a 8 delitos = 3 de gravidade; 9 a 11 delitos = 4 de gravidade; 12 delitos ou mais = 5 de gravidade.

Essas três variáveis, utilizando uma combinação das técnicas Ward e K-means, possibilitaram a formação de agrupamentos, juntando indivíduos de desempenhos semelhantes e separando os indivíduos com desempenho dessemelhantes nessas variáveis, estabelecendo-se, assim, uma homogeneidade interna (dentro dos agrupamentos) e uma heterogeneidade externa (entre os agrupamentos) (Ward, 1964; MacQueen, 1967). Assim, os adolescentes da amostra como um todo foram separados e reagrupados por meio das técnicas de clusterização, tendo-se chegado a uma solução de 5 *clusters* caracterizados por diferentes níveis de “engajamento infracional”. Análises descritivas foram empregadas a fim de caracterizar cada cluster em torno de suas medidas centrais e suas respectivas variabilidades. Foi calculada a prevalência de adolescentes com relação a cada comportamento divergente e delituoso investigado, em cada um dos agrupamentos.

Após a formação e a descrição dos clusters, efetuou-se uma análise de variância (ANOVA), para comparar as informações entre os grupos e o pós-teste de Tukey; dessa forma, determinaram-se em quais variáveis comportamentais, pessoais e sociais os clusters se diferenciavam. Nos casos em que as variáveis não seguiram uma distribuição normal, avaliadas pelos testes Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk, utilizou-se o teste Kruskal-Wallis como alternativa à ANOVA.

Por fim, procedeu-se à uma comparação entre os resultados obtidos por Komatsu (2014), junto a uma amostra de adolescentes estudantes de escolas públicas, e os resultados obtidos no presente estudo, concernindo especificamente estudantes de escolas particulares. Para verificar se as amostras se diferenciaram entre si, quanto às prevalências nos comportamentos antissociais, divergentes e delituosos, assim como em cada um dos comportamentos investigados, empregou-se o teste qui-quadrado e o Teste Exato de Fisher para comparar valores menores que 5.

3 RESULTADOS

3.1 Caracterização da amostra relativa aos comportamentos antissociais revelados

Como anteriormente mencionado, os comportamentos divergentes são aqueles que contrariam certas regras sociais e até mesmo normas institucionais, porém não se constituem em violação de leis criminais. Os resultados encontrados permitem afirmar que em meio aos participantes desta pesquisa, 68,88% revelaram pelo menos um ato divergente, ao longo da vida. Consumo de bebidas alcoólicas (52,50%), cabular aulas (39,81%) e dirigir sem Carteira de Habilitação (29,94%) foram, respectivamente, os comportamentos divergentes mais revelados. Ao analisar, no entanto, a frequência do consumo de bebidas alcoólicas, apenas 10,8% dos adolescentes relataram consumo frequente (semanal), ao passo que 29,3% declararam consumir bebidas alcoólicas - cerveja ou vinho - “raramente”. A Tabela 6 apresenta a frequência e a porcentagem de adolescentes que revelaram comportamentos divergentes.

Tabela 6 - Prevalência e porcentagem de adolescentes que revelaram os comportamentos divergentes investigados

Comportamento divergente	n	Porcentagem	Sem resposta
Consumo de álcool	170	52,50	0,0%
Consumo frequente de álcool	35	10,80	0,0%
Consumo de maconha	51	15,74	1,9%
Consumo de outras drogas	23	7,10	2,2%
Direção sem CNH	97	29,94	1,5%
Cabular aula	129	39,81	1,9%
Pelo menos um ato divergente	223	68,88	

Com relação aos comportamentos delituosos, lembrando que esses, embora também divergentes, referem-se à violação da lei, especificamente, o Código Penal Brasileiro, 60,80% dos adolescentes participantes do estudo revelaram já ter se implicado na prática de pelo menos um ato delituoso. Os delitos mais revelados foram lesão corporal (47,8%), dano (24,38%) e furto (12,65%). A Tabela 7 apresenta a frequência de adolescentes da amostra que referiram cada um dos comportamentos delituosos investigados, assim como a idade média em que esses comportamentos teriam sido praticados pela primeira vez e a frequência média de ocorrência desses comportamentos nos últimos 12 meses.

Tabela 7 - Prevalência e percentual de adolescentes que revelaram comportamentos delituosos, média e desvio padrão das idades do delito e média e desvio padrão da quantidade de vezes que os delitos teriam sido praticados nos últimos 12 meses

Delito	n	%	Idade da 1ª vez		Freq. últimos 12 meses	
			M	DP	M	DP
Lesão Corporal	155	47,84	10,89	1,95	2,69	9,66
Dano	79	24,38	12,66	2,91	6,96	14,94
Furto em estabelecimento comercial	41	12,65	12,05	2,83	1,45	3,93
Rixa	31	9,57	11,81	2,95	0,90	1,80
Furto de dinheiro/objeto	21	6,48	11,75	2,36	0,86	2,14
Lesão Corporal c/ uso de instrumento	15	4,63	12,08	1,98	24,57	79,69
Tráfico	10	3,09	14,60	1,51	3,30	2,91
Maus-tratos contra animais	9	2,78	11,56	2,60	0,14	0,36
Receptação	8	2,47	12,13	3,23	8,00	21,42
Porte ilegal de arma de fogo	7	2,16	13,29	1,70	53,14	137,52
Furto no interior de veículo	4	1,23	11,75	1,26	0,50	0,58
Roubo de veículo	3	0,93	9,00	1,41	5,00	7,07
Roubo de dinheiro/objeto	2	0,62	14,33	2,08	1,33	1,53
Pelo menos 1 ato delituoso	197	60,80	10,88	2,34	5,82	33,36

Considerando todos os participantes, 81,48% revelaram a prática de pelo menos algum comportamento antissocial investigado (tendo emitido comportamentos divergentes e/ou delituosos): 68,83% algum ato divergente; 60,80% algum delito.

Quanto à idade média do primeiro delito revelado, encontrou-se 10,88 anos (DP=2,34). As médias de comportamentos antissociais, divergentes e delituosos diferentes, revelados por adolescente, foram respectivamente 2,91 (DP=2,70), 1,6 (DP=1,52) e 1,19 (DP=1,42). Essas constituem as médias de “diversidade”. A média de delitos total praticados no último ano, por adolescente, ou seja, a média de frequência total foi de 5,82 (DP=33,36). A Tabela 8 apresenta as médias de idade do primeiro delito, de diversidade dos comportamentos antissociais, divergentes e delituosos e da frequência total de delitos no último ano.

Tabela 8 - Médias e desvios-padrão da idade do primeiro delito, da diversidade de comportamentos antissociais, divergentes e delituosos revelados, e do número total de delitos no último ano (frequência)

	n	M	DP
Idade do 1º delito	324	10,88	2,34
Diversidade - comp. Antissociais	324	2,91	2,70
Diversidade - comp. Divergente	324	1,60	1,52
Diversidade - delitos	324	1,19	1,42
Frequência total média	324	5,82	33,36

3.2 Estabelecimento dos *Clusters* a partir do nível de engajamento infracional

Como anteriormente mencionado, os procedimentos de clusterização concorreram para a formação de cinco *clusters*, de acordo com o nível de “engajamento infracional”, mensurado pelos índices de precocidade, diversidade e frequência total de comportamentos delituosos no último ano. Assim, pode-se dizer que do agrupamento 1 ao 5 o nível de engajamento infracional cresce/aumenta, ou seja, torna-se mais sério. A tabela 9 sintetiza as informações referentes à proporção de adolescentes que compõe cada *cluster*, tendo por base a amostra total.

Tabela 9 - Distribuição em frequências e percentual de adolescentes, da amostra total (n=324), nos *clusters* formados

Clusters	n	%
1	143	44,14
2	43	13,27
3	67	20,68
4	35	10,80
5	36	11,11
Total	324	100

As idades médias dos adolescentes por *cluster* foram, respectivamente, do 1 ao 5, M=13,45 (DP=1,96); M=14,53 (DP=1,86); 13,66 (1,86); 15,11(1,79) e 14,33 (1,88), denotando-se que os adolescentes do *cluster* 1 teriam, em média, a menor idade e que os adolescentes do *cluster* 4 teriam, em média, a maior idade.

Em relação aos estratos socioeconômicos dos adolescentes de cada *cluster*, nos agrupamentos 1, 2, 4 e 5 a maior proporção dos adolescentes foram classificados no estrato socioeconômico A2. No *cluster* 3, no estrato B1. Reitera-se, no entanto, que a maior parte da amostra pertence a esses dois estratos (70,4% da amostra). A caracterização dos *clusters* no tocante à distribuição dos participantes nos diferentes estratos socioeconômicos está disposta na tabela 10.

Tabela 10 - Frequências e porcentagens, nos *clusters*, da classificação dos adolescentes em relação ao estrato socioeconômico

	Clusters									
	1		2		3		4		5	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
A1	12	8%	3	7%	7	10%	3	9%	2	6%
A2	52	36%	19	44%	18	27%	18	51%	21	58%
B1	48	34%	13	30%	26	39%	7	20%	6	17%
B2	28	20%	6	14%	12	18%	5	14%	1	3%
C1	3	2%	2	5%	4	6%	2	6%	3	8%
C2	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	3%
D	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	2	6%

Ainda no plano descritivo, os clusters foram caracterizados quanto à inserção dos adolescentes no mercado do trabalho. Apesar de apenas 4,74% da amostra trabalhar, 47% desses estariam incluídos no cluster 5. A tabela 11 apresenta os dados referentes à proporção de adolescentes que trabalham por *cluster*.

Tabela 11 - Frequências e porcentagens, nos *clusters*, dos adolescentes que referiram ter e não ter atividade laboral

	Cluster									
	1		2		3		4		5	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Trabalha	2	1%	2	5%	1	1%	3	9%	6	17%
Não trabalha	141	99%	41	95%	66	99%	32	91%	30	83%

3.3 Caracterização dos *clusters* em relação aos comportamentos antissociais autorrevelados

Os cinco comportamentos divergentes investigados pelo instrumento estiveram presentes em todos os clusters formados. Em todos os grupos o consumo de bebidas alcoólicas foi o comportamento divergente mais revelado pelos adolescentes, seguido pelo comportamento de “cabular aula”. Denota-se, entretanto, que no *cluster* 5, aquele caracterizado por apresentar o maior nível de engajamento infracional, concentra a maior proporção de adolescentes que referiram esses comportamentos, observando-se que o consumo de bebidas alcoólicas (sem considerar a frequência de uso) foi referido por 94% deles e que cabular aula foi referido por 92%. A Tabela 12 sintetiza esses dados referentes aos comportamentos divergentes em cada cluster.

Tabela 12 - Proporção de adolescentes, nos clusters, que revelaram cada um dos comportamentos divergentes investigados

	Cluster									
	1		2		3		4		5	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Consumo de álcool	50	35%	26	60%	35	52%	25	71%	34	94%
Consumo de maconha	12	8%	8	19%	9	13%	6	17%	16	44%
Consumo de outras drogas	4	3%	4	9%	2	3%	2	6%	11	31%
Direção sem CNH	25	17%	15	35%	18	27%	15	43%	24	67%
Cabular aula	33	23%	18	42%	25	37%	20	57%	33	92%

Quanto aos comportamentos delituosos, esses também foram referidos em todos os *clusters*. Os delitos de dano, lesão corporal, lesão corporal com uso de instrumento e furto em estabelecimento comercial foram revelados por adolescentes agrupados em todos os clusters, ou seja, por adolescentes com diferentes níveis de engajamento infracional. Contudo, foi nos *clusters* 4 e 5 que proporções maiores de adolescentes revelam ter praticado maior variedade de delitos investigados. É possível verificar que no *cluster* 5 cada um dos delitos investigados foram referidos ao menos uma vez, mesmo que alguns tenham sido citados poucas vezes pelos adolescentes incluídos no grupo. O delito de roubo de dinheiro ou de objeto foi o menos revelado pelos participantes da pesquisa, compreendendo menos de 1% da amostra (dois adolescentes). Estes estão incluídos no *cluster* 5. O delito de roubo de veículo também teria sido praticado por um pequeno número de adolescentes (n=3), estando, igualmente, todos eles

no *cluster* 5. A tabela 13 apresenta a caracterização dos clusters em termos de delitos autorrevelados.

Tabela 13 - Proporção de adolescentes, nos clusters, que revelaram cada um dos comportamentos delituosos investigados

	Cluster									
	1		2		3		4		5	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Dano	5	3%	5	12%	13	19%	27	77%	29	81%
Receptação	0	0%	0	0%	2	3%	1	3%	5	14%
Lesão Corporal	13	9%	33	77%	55	82%	23	66%	31	86%
Lesão Corporal c/ uso de instrumento	1	1%	1	2%	2	3%	2	6%	9	25%
Rixa	0	0%	1	2%	9	13%	3	9%	18	50%
Maus-tratos contra animais	0	0%	1	2%	3	4%	1	3%	4	11%
Furto de dinheiro/objeto	0	0%	1	2%	7	10%	4	11%	9	25%
Furto em estabelecimento comercial	1	1%	6	14%	9	13%	6	17%	19	53%
Furto no interior de veículo	0	0%	0	0%	1	1%	0	0%	3	8%
Roubo de dinheiro/objeto	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	2	6%
Roubo de veículo	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	3	8%
Tráfico	0	0%	0	0%	0	0%	1	3%	9	25%
Porte ilegal de arma de fogo	0	0%	0	0%	1	1%	1	3%	5	14%

Com relação à idade de início, a menor idade média do primeiro delito foi identificada no *cluster* 3 (9,12 anos; DP=1,11), enquanto no *cluster* 5 esta foi 9,39 anos (DP=1,79), a segunda menor média. O *cluster* 5 reúne os adolescentes que, em média, revelaram maior diversidade de comportamentos delituosos e divergentes. A frequência média total anual de delitos revelados foi consideravelmente maior no *cluster* 5 (M=40,6; DP=92,78). Ressalta-se que os adolescentes agrupados nesse nível de engajamento infracional são responsáveis por 81% do total de delitos revelados na amostra, como um todo, no último ano. As médias dos clusters referentes à precocidade, à diversidade e à frequência total de delitos estão expostas na tabela 14.

Tabela 14 - Médias e desvios-padrão da idade de prática do primeiro delito, da diversidade de comportamentos divergentes e delituosos revelados e do número total de delitos no último ano, em cada *cluster*

	Cluster									
	1		2		3		4		5	
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Idade do 1º delito	16,5	0,58	12,7	1,26	9,12	1,11	12,9	1,23	9,39	1,79
Diversidade – divergentes	1,00	1,20	1,86	1,58	1,48	1,41	2,17	1,44	3,39	1,20
Diversidade – delitos	0,14	0,39	1,12	0,39	1,52	0,82	1,97	0,89	4,06	1,39
Frequência anual	0,20	0,99	0,35	0,48	0,88	1,51	7,09	7,02	42,6	92,8

3.4 Análise de variância

A análise de variância indica se, de fato, os *clusters* se diferenciam entre si nos constructos investigados. Em relação aos constructos considerados para avaliar o nível de engajamento infracional, no tocante à precocidade, os *clusters* 3 e 5 não apresentaram diferenças significativas entre si e seriam aqueles a reunir os adolescentes mais precoces, ou seja, aqueles que em média revelaram ter cometido delitos mais cedo. Os *clusters* 2 e 4 também não se diferenciaram, vindo em seguida em termos de precocidade. O *cluster* 1, em seu turno, se diferenciou dos demais apresentando a maior média de idade do primeiro delito, ou seja, é o grupo que reúne os adolescentes que em média revelaram o primeiro delito mais tardiamente. Quanto ao número de delitos diferentes já praticados, todos os *clusters* se diferenciaram entre si em relação à diversidade de delitos, considerando que do *cluster* 1 o 5 denota-se um aumento na versatilidade dos adolescentes em termos de experimentação de modalidades diferentes de delitos. Quanto à frequência total de delitos praticados no último ano, o *cluster* 5 é o único que se distinguiu significativamente dos demais. A tabela 15 apresenta os valores de precocidade, diversidade e frequência.

Tabela 15 - Apresentação das médias dos indicadores de nível de engajamento criminal por *cluster* e valores referentes à análise de variância entre os *clusters*, nas variáveis apresentadas

	Cluster					F	p	
	1	2	3	4	5			
Idade 1º delito	16,5 <i>c</i>	12,7 <i>b</i>	9,119 <i>a</i>	12,89 <i>b</i>	9,389 <i>a</i>	230,06	,000	*
Diversidade	0,14 <i>a</i>	1,116 <i>b</i>	1,522 <i>c</i>	1,971 <i>d</i>	4,056 <i>e</i>	100,13	,000	*
Frequência	0,203 <i>a</i>	0,349 <i>a</i>	0,881 <i>a</i>	7,086 <i>a</i>	42,61 <i>b</i>	14,784	,000	*

* As médias com linhas que contém letras iguais não se diferenciaram significativamente pelo pós-teste de Tukey. Sendo que: A < B < C < D < E.

No que diz respeito à condição socioeconômica dos adolescentes, ao admitir uma pontuação para os estratos socioeconômicos e efetuar análise de variância destas pontuações, entre os *clusters*, observou-se que os grupos não se diferenciam entre si nesse quesito. Segue a tabela 16 com valores referentes a média de pontuação dos *clusters* (A1=7; A2=6; B1=5; B2=4; C1=3; C2=2 e D=1), referentes ao estrato socioeconômico.

Tabela 16 - Distribuição das médias referentes ao nível socioeconômico dos participantes por *cluster* e valores indicativos da análise de variância

Variável de contexto	Estrato socioeconômico	Cluster					X ²	p	K
		1	2	3	4	5			
		5,29	5,35	5,18	5,43	5,19	3,031	0,500	K

K= Análise de variância pelo teste Kruskal-Wallis, admitindo distribuição não normal

De igual maneira, não foram detectadas diferenças entre os clusters em relação ao fator de proteção apoio social e às variáveis atinentes à categoria bairro.

No tocante ao apoio social, o escore médio dos *clusters* 1, 2, 3, 4 e 5 foram, respectivamente, 6,7; 6,5; 6,8; 6,5 e 6,4, considerando o escore máximo de 9 pontos no constructo.

No que se refere às variáveis relativas ao bairro, para “bairro desorganizado” os escores médios foram 1,9 para o *cluster* 4; 2,0 para o *cluster* 3 e 2,1 para os *clusters* 1, 2 e 5; considerando total de 4 pontos. Para violência no bairro, os escores foram 3,0 para o *cluster* 5; 3,2 para o *cluster* 4 e 3,3 para os *clusters* 1, 2 e 3; considerando o total de 5 pontos. Ressalta-se, no entanto, que esses escores não diferenciam significativamente entre si.

Em relação às variáveis da dimensão família, observou-se diferenças entre os *clusters* apenas em apego aos pais, em que o *cluster* 5 apresentou menor média, comparado aos demais, que não se diferenciaram. A tabela 17 discrimina esses dados.

Tabela 17 - Análise de variância entre os *clusters* relativa às variáveis da categoria Família

Variáveis Família		Cluster					F	p	
		1	2	3	4	5			
	Apego aos pais	10,04 <i>b</i>	9,442 <i>b</i>	9,955 <i>b</i>	9,257 <i>b</i>	7,861 <i>a</i>	7,4642	0,000	*
	Investimento familiar	3,252	3,233	3,224	2,857	2,889	0,7059	0,588	
	Prática Parental	5,776	5,349	5,761	5,314	5,028	1,3737	0,243	

* As médias com linhas que contém letras iguais não se diferenciaram significativamente pelo pós-teste de Tukey. Sendo que: A < B

Na dimensão escola, em três variáveis investigadas houve resultados significativos. A percepção de violência escolar foi maior para o *cluster 5*, não se diferenciando entre os outros agrupamentos. Já a percepção de desorganização escolar foi maior para os *clusters 4 e 5*; no entanto, o *cluster 3* não se diferenciou de nenhum grupo, independentemente do fato de a média observada ser maior ou menor que as demais. O *cluster 1* se assemelhou ao 2 e ao 3, e o 2 ao 3 e ao 5. Em relação ao vínculo escolar, O *cluster 4* apresentou menor média de vínculo escolar e não se diferenciou dos *clusters 5 e 3*. Nos *clusters 1 e 2* verificaram-se, nesse constructo, as menores médias. A tabela 18 sistematiza esses resultados abaixo.

Tabela 18 - Análise de variância entre os *clusters* relativa às variáveis da categoria escola

			Cluster					F ou X ²	p		
			1	2	3	4	5				
Variáveis escola	Baixo desempenho		0,392	0,209	0,299	0,4	0,5	1,2833	0,276		
	Valores escolares		2,524	2,442	2,433	2,314	2,333	1,0491	0,382		
	Vínculo escolar		1,804 _b	1,814 _b	1,731 _{a; b}	1,571 _a	1,667 _{a; b}	10,621	0,031	*	K
	Escola desorganizada		0,49 _a	0,488 _{a; b}	0,657 _{a; b; c}	0,778 _c	0,8 _{b; c}	10,937	0,027	*	K
	Violência escolar		2,028 _a	2,233 _a	2,418 _a	2,657 _a	4,111 _b	5,8375	0,000	*	

* As médias com linhas que contém letras iguais não se diferenciaram significativamente pelo pós-teste de Tukey. Sendo que: A < B < C
K= Análise de variância pelo teste Kruskal-Wallis, admitindo distribuição não normal

Nas duas variáveis atinentes ao tempo livre foi possível identificar diferença entre os *clusters*. A média de rotina desorganizada e pares antissociais apresentaram a mesma dinâmica, foi maior para o *cluster 5 e 4*, que se diferenciaram entre si e entre os demais. Os grupos 1, 2 e 3 foram homogêneos nesses constructos. Abaixo apresenta-se a tabela 19 os resultados relativos às categorias tempo livre.

Tabela 19 - Análise de variância entre os *clusters* relativa às variáveis da categoria tempo livre

		Cluster					F	p		
		1	2	3	4	5				
Variáveis Tempo Livre	Rotina desorganizada	1,783 _a	2,953 _a	2,463 _a	4,257 _b	6,389 _c	29,633	,000	*	
	Pares antissociais	0,874 _a	1,186 _a	1,045 _a	1,771 _b	3,111 _c	27,722	,000	*	

* As médias com linhas que contém letras iguais não se diferenciaram significativamente pelo pós-teste de Tukey. Sendo que: A < B < C

Por fim, no tocante as variáveis que avaliam aspectos de nível pessoal, identifica-se no *cluster* 5 médias referentes à problemas com a polícia e justiça, impulsividade, atitude violenta e valores antissociais significativamente maiores que as encontradas para os demais grupos. Abaixo a tabela 20 ilustrando os resultados relativos às categoria de nível pessoal.

Tabela 20 - Análise de variância entre os *clusters* relativa às variáveis de nível pessoal

Variáveis de nível pessoal	Cluster					F ou X ²	p		
	1	2	3	4	5				
Valores antissociais	4,839 <i>a</i>	4,837 <i>a; b</i>	4,657 <i>a; b</i>	5,571 <i>b; c</i>	6,75 <i>c</i>	18,86	,001	*	K
Atitude violenta	1,035 <i>a</i>	1,628 <i>b</i>	1,373 <i>a; b</i>	1,4 <i>a; b</i>	2,25 <i>c</i>	10,201	,000	*	
Impulsividade	3,629 <i>a</i>	4,233 <i>a</i>	3,851 <i>a</i>	4,143 <i>a</i>	5,889 <i>b</i>	6,6725	,000	*	
Problemas com a polícia e justiça	0,133 <i>a</i>	0,093 <i>a</i>	0,179 <i>a</i>	0,371 <i>a</i>	0,972 <i>b</i>	7,7458	,000	*	

* As médias com linhas que contém letras iguais não se diferenciaram significativamente pelo pós-teste de Tukey. Sendo que: A < B < C

K= Análise de variância pelo teste Kruskal-Wallis, admitindo distribuição não normal

3.5 Adolescentes estudantes de escola pública e escola particular: equiparação entre os resultados obtidos por Komatsu (2014) e os encontrados no presente estudo

Pretende-se aqui equiparar, em termos descritivos, os dados relativos às características amostrais e aos comportamentos antissociais dos adolescentes investigados por Komatsu (2014) (ESTUDO 1) e os participantes do presente estudo (ESTUDO 2). Ressalta-se que a equiparação se faz pertinente, tendo em vista a intenção de conhecer melhor o fenômeno da delinquência juvenil, tal qual esse se manifesta na comunidade, considerando que se tratam de pesquisas realizadas com amostras de jovens provenientes de diferentes tipos de instituições de ensino (públicas e particulares), no Brasil, o que implica em diferenças quanto aos estratos socioeconômico de pertencimento dos mesmos, conforme indicado por Soares e Andrade (2006), Curi e Menezes-Filho (2009), Laros et al., (2012), Terra et. al., (2012) e Brandão e Carvalho (2015).

Em relação às idades médias, a amostra de adolescentes provenientes de escolas públicas apresentou faixa etária mais elevada, quando comparada à amostra recrutada em escolas particulares (14,9 anos; DP=1,4; 13,9 anos; DP=1,98).

No que se refere ao estrato socioeconômico avaliado pelo questionário Critério Brasil (ABEP), o gráfico 1 apresenta a distribuição em porcentagem dos adolescentes das amostras dos dois tipos de estabelecimentos de ensino, por estrato socioeconômico. Nota-se que a

amostra de estudantes de escolas públicas possui maior proporção nos estratos socioeconômicos C1 e B2, respectivamente, cujas médias de rendas brutas familiares, considerando valores atuais, seria entre R\$ 2.075,00 a R\$ 4.852,00, enquanto a amostra de adolescentes de escolas privadas se concentra nos estratos A e B1, respectivamente, com rendas médias brutas familiares entre R\$ 20.888,00 e R\$ 9.252,00.

Gráfico 1 - Distribuição dos estudantes das escolas públicas e privadas nos estratos socioeconômicos A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E

Comparando as proporções de adolescentes que revelaram comportamentos antissociais, observa-se que estudantes de escolas públicas referiram, em proporção, mais comportamentos antissociais, divergentes e delituosos. Foi possível identificar que o tipo de escola (pública e particular) se diferencia significativamente quanto à prevalência de comportamentos antissociais, divergentes e delituosos autorrevelados, conforme se observa na Tabela 21.

Tabela 21 - Porcentagem de adolescentes, estudantes de escolas privadas e públicas, que revelaram comportamentos antissociais, divergentes e delituosos

	Escola Privada (n=324)		Escola Pública (n= 133)		
	n	%	n	%	
Comportamento Antissocial ¹	264	81,48	123	92,48	**
Comportamento Divergente ²	223	68,83	109	81,95	**
Comportamento Delituoso ³	197	60,80	102	76,69	**

** Significante a nível $p < 0,01$; (¹ p-valor do teste qui-quadrado= 0,003; ² p-valor do teste qui-quadrado=0,004; ³ p-valor do teste qui-quadrado= 0,0009)

Observando os comportamentos divergentes autorrevelados pelas amostras, verifica-se que há uma maior proporção de alunos de escolas públicas a referir consumo de bebidas alcoólicas, direção sem carteira de habilitação e cabular aulas. Em meio aos estudantes das escolas particulares, dentou-se maior proporção de uso de drogas (maconha e outras) e consumo frequente (semanal) de álcool. No entanto, ao submeter os dados a análise estatística, observou-se que a diferença é significativa apenas para consumo de bebidas alcoólicas, consumo frequente de bebidas alcoólicas e cabular aula. Esses dados podem ser conferidos na tabela 22, que apresenta a prevalência de comportamentos divergentes para as duas amostras.

Tabela 22 - Porcentagem de adolescentes, estudantes de escolas privadas e públicas, que revelaram cada um dos comportamentos divergentes investigados

	Escola Privada (n= 324)		Escola Pública (n=133)		p-valor
	n	%	n	%	
Consumo de álcool	170	52,5	89	66,92	0,005**
Consumo frequente de álcool	35	10,8	6	4,51	0,03*
Consumo de maconha	51	15,74	16	12,03	0,308
Consumo de outras drogas	23	7,1	7	5,26	0,471
Direção sem CNH	97	29,94	45	33,83	0,308
Cabular aula	129	39,81	69	51,88	0,018*

** Significante a nível $p < 0,01$; * Significante a nível $p < 0,05$

Em relação aos comportamentos delituosos autorrevelados, a prevalência de lesão corporal foi maior em meio aos adolescentes recrutados em escolas particulares. Os adolescentes recrutados em escolas públicas apresentaram de modo significativo maior prevalência nos delitos de dano, receptação, rixa, maus tratos contra animais, furto de pessoas, furto em estabelecimento comercial, roubo de pessoas e porte ilegal de arma de fogo. Não houve diferenças significativas nas prevalências referentes à lesão corporal com uso de instrumento, tráfico de entorpecentes, furto no interior de veículos e roubo de veículos. A tabela 23 expõe os resultados quanto à participação autorrevelada dos adolescentes em comportamentos delituosos.

Tabela 23 - Porcentagem de adolescentes, estudantes de escolas privadas e públicas, que revelaram cada um dos comportamentos delituosos investigados

Delito	Escola Privada (n=324)		Escola Pública (n=133)		p-valor
	n	%	n	%	
Dano	79	24,38	51	38,34	0,002**
Receptação	8	2,46	22	16,54	0,000**
Lesão Corporal	155	47,83	45	33,83	0,002**
Lesão Corporal c/ uso de instrumento	15	4,62	7	5,26	0,773
Rixa	31	9,56	34	25,56	0,000**
Maus-tratos contra animais	9	2,77	10	7,5	0,021*
Furto de dinheiro/objeto	21	6,48	22	16,54	0,000**
Furto em estabelecimento comercial	41	12,65	64	48,12	0,000**
Furto no interior de veículo	4	1,23	3	2,25	0,420 ¹
Roubo de dinheiro/objeto	2	0,68	9	6,77	0,0001**
Roubo de veículo	3	0,92	3	2,25	0,363 ¹
Tráfico	10	3,08	9	6,76	0,073
Porte ilegal de arma de fogo	7	2,16	22	16,54	0,000**

** Significante a nível $p<0,01$ pelo teste qui-quadrado; * Significante a nível $p<0,05$ pelo teste qui-quadrado

¹ Teste Exato de Fisher

4 DISCUSSÃO

O objetivo geral do presente estudo foi caracterizar uma amostra de adolescentes estudantes de escolas particulares, de cidades de porte médio no interior do estado de São Paulo e do Estado de Minas Gerais, em relação a comportamentos divergentes e delituosos autorrevelados. A amostra foi recrutada intencionalmente nesse tipo de estabelecimento educacional por se considerar que esta estratégia permitiria estabelecer uma amostra de adolescentes pertencentes a estratos socioeconômicos mais elevados. Pode-se dizer que a estratégia se mostrou efetiva, pois a maioria dos adolescentes investigados (78,7%) seria oriunda de famílias classificadas nos níveis socioeconômicos mais altos (A1, A2 e B1), de acordo com as referências do Critério Brasil (2014). Desse modo, evidencia-se que, no contexto brasileiro, ao selecionar uma amostra de adolescentes escolares para pesquisas, o tipo de escola onde se recruta é um bom indicador do segmento socioeconômico que a caracterizará.

Esses dados corroboram autores das áreas da educação e da economia, que afirmam que a matrícula/a frequência por tipo de escola, pública ou privada, está robustamente relacionada à condição socioeconômica da família do aluno (Brandão & Carvalho, 2015; Curi & Menezes-Filho, 2009; Laros, Marciano e Andrade, 2012; Soares & Andrade, 2006 e Terra et al., 2012). Segundo esses autores, uma pequena proporção de estudantes, pertencentes às famílias de maior poder aquisitivo, possuem mais de 50% de probabilidade de estudar em escolas privadas e essa probabilidade diminui com o decréscimo de poder econômico (Terra et al., 2012). Nesta esteira, pode-se considerar que amostras selecionadas em apenas um tipo de estabelecimento educacional tem maiores chances de agregar indivíduos muito semelhantes entre si, em termos socioeconômicos, não contemplando, assim, a diversidade do país (Curi & Menezes-Filho, 2009).

Portanto, pode-se pensar que a amostra estudada é relativamente homogênea e que a caracterização dos comportamentos antissociais, tendo por base os dados autorrevelados, refletirá os padrões comportamentais típicos do segmento socioeconômico contemplado, superando, assim, em alguma medida, as lacunas relativas às informações concernindo aos adolescentes de classes sociais mais favorecidas, no Brasil. De forma geral, os resultados encontrados apoiam a literatura da área, que avalia que comportamentos desviantes e delituosos ocasionais, na adolescência, são comuns, independente de características sociais dos jovens (Houghton et al., 2013; Junger-Tas, 1994b; Komatsu & Bazon, 2015; Kronh et al., 2010).

Nessa direção, 68,8% dos adolescentes participantes revelaram a prática de algum comportamento divergente, ou seja, problemático para a faixa etária analisada, ainda que não tipificado juridicamente como infração. Esse resultado corrobora aqueles encontrados nos estudos de Hartjen e Priyadasini (2003) e Gutierrez e Shoemaker (2008), realizados com amostras de adolescentes franceses e filipinos, respectivamente. Ambos os autores (Gutierrez & Shoemaker, 2008; Hartjen & Priyadasini, 2003) apontaram que o autorrelato de comportamentos divergentes foi prevalente em suas pesquisas, não indicando, no entanto, o valor total dessas prevalências.

Mais especificamente, as prevalências de determinados tipos de comportamentos problemáticos foram também bastante semelhantes às aquelas encontrados em outros contextos e nações (Hartjen & Priyadasini, 2003; Gutierrez & Shoemaker, 2008; Houghton et al., 2013). Em relação ao consumo de bebida alcoólica, cuja prevalência no presente estudo foi de 52,5%. Entre adolescentes filipinos a prevalência foi de 43% (Gutierrez & Shoemaker, 2008) e entre adolescentes australianos, a prevalência foi de 51% (Houghton et al., 2013). No contexto brasileiro, 61% de adolescentes recrutados em escolas públicas, pesquisados por Komatsu e Bazon (2015), revelaram o consumo de bebidas alcoólicas. Tais resultados indicam que entre adolescentes escolares a prevalência de consumo de bebida alcoólica tende a ser alta em diferentes contextos.

No tocante ao uso de drogas, a prevalência de uso de maconha entre os adolescentes investigados, no presente estudo, foi de 15,7%. Em outros estudos, realizados em diferentes países, encontrou-se prevalências superiores. Entre adolescentes franceses, a prevalência foi de 24% (Hartjen & Priyadasini, 2003), entre adolescentes do Reino Unido, 31% (Jolliffe, 2013) e entre adolescentes australianos, 58,3% (Houghton et al., 2013). Em meio aos adolescentes investigados nas Filipinas, encontrou-se prevalência menor de 5,7% (Gutierrez & Shoemaker, 2008). No estudo de Komatsu e Bazon (2015), 12% dos adolescentes recrutados em escolas públicas, no Brasil, relataram o uso de maconha.

O uso de outras drogas, ou seja, quando não se considera a maconha, foi referido por uma pequena porção de adolescentes, em diferentes contextos. No presente estudo, a prevalência foi de 7,1%; entre adolescentes franceses, 3% (Hartjen & Priyadasini, 2003) e entre adolescentes filipinos, 2,5% (Gutierrez & Shoemaker, 2008). Na Austrália a prevalência foi de 5,5%, para anfetaminas, LSD e outros alucinógenos e 3% para drogas pesadas como heroína. No entanto, ao se considerar apenas adolescentes australianos do sexo masculino, as prevalências foram de 38,9% para anfetaminas, LSD e outros alucinógenos e 40% para drogas pesadas como heroína (Houghton et al., 2013).

As diferenças observadas em estudos realizados em diferentes países, em relação às prevalências de uso de drogas, principalmente maconha, coadunam com o estudo transcultural realizado por Savolainen et al. (2013). Os autores (Savolainen et al., 2013) verificaram que as prevalências do uso de drogas por adolescentes de diferentes países europeus não foram semelhantes, essas estão relacionadas ao contexto socioeconômico de cada país, sendo maiores em países mais ricos e igualitários.

O comportamento divergente de dirigir sem carteira de habilitação foi o terceiro mais prevalente entre os adolescentes investigados no presente estudo, 29,9% relataram já ter dirigido veículos, carro ou moto, mesmo não possuindo Carteira Nacional de Habilitação. Entre os adolescentes australianos do sexo masculino, a prevalência foi muito superior, tendo sido relatado por 67,7% dos adolescentes investigados naquele país (Houghton et al., 2013). No contexto brasileiro, 34% de adolescentes estudantes de escolas públicas relataram esse comportamento (Komatsu, 2014).

Por fim, o comportamento divergente de cabular aulas foi revelado por 39,8% dos adolescentes investigados no presente estudo. Entre adolescentes franceses a prevalência encontrada foi menor, 26% (Hartjen & Priyadasini, 2003). Já Gutierrez e Shoemaker (2008) encontraram prevalência semelhante, 41,5%, entre adolescentes filipinos. Entre adolescentes brasileiros recrutados em escolas públicas a prevalência foi de 52% (Komatsu, 2014).

Tais índices de prevalências sugerem que alguns comportamentos considerados problemáticos para os jovens, como consumir bebidas alcoólicas e cabular aulas, são comuns entre adolescentes de diferentes países (Gutierrez & Shoemaker, 2008; Hartjen e Priyadasini, 2003; Junger-Tas, 1994b) e no interior de um mesmo país, como o Brasil, entre adolescentes dos diferentes seguimentos sociais (Komatsu & Bazon, 2015).

Assim, é pertinente distinguir quando estes comportamentos se tornam, de fato, preocupantes e passam a oferecer riscos para o desenvolvimento saudável, bem como a se associar a prática de delitos. Vale ressaltar, por exemplo, que no presente estudo apenas 10,8% dos adolescentes recrutados em escolas particulares relataram consumo constante de álcool e esses seriam aqueles que mereceriam, em relação a esse comportamento, maior atenção especializada.

Em relação aos comportamentos delituosos, 60,8% dos adolescentes investigados, no presente estudo, revelou algum delito, suscetível de ser tipificado como infração. Nos estudos realizados na ocasião do *Internacional Self-Reported Delinquency-I* as taxas de prevalências foram semelhantes em quatro países (Holanda, Portugal, Suíça e Espanha), dos cinco que participaram com amostras nacionais. Nesses países as prevalências estiveram entre 81% e

90%. Na Inglaterra e Gales, a prevalência foi de 65,9%, mais semelhante à encontrada no presente estudo. Essas prevalências, no entanto, referem-se a dados coletados juntos a adolescentes do sexo masculino e feminino (Junger-Tas, 1994b). No contexto brasileiro, 77% de adolescentes, do sexo masculino, recrutados em escolas públicas, relataram já ter realizado algum delito (Komatsu & Bazon, 2015).

No presente estudo, o delito mais revelado foi lesão corporal, referido por 47,8% da amostra. Estudos anteriores encontraram resultados semelhantes, 55% de adolescentes franceses (Hartjen & Priyadasini, 2003) e 39,3% de adolescentes filipinos (Gutierrez & Shoemaker, 2008) relataram já ter agredido outros estudantes. Na Austrália, 69,5% dos adolescentes referiram já ter agredido outra pessoa. Entre os adolescentes recrutados em escolas públicas, no Brasil, a prevalência foi de 33,8% (Komatsu & Bazon, 2015).

Camacho (2001) estudou situações de violência entre adolescentes estudantes de uma escola pública e uma escola privada na cidade de Vitória – ES. A autora observou que nas duas instituições é frequente atos de violência entre alunos. Enquanto na escola pública as agressões físicas e verbais aconteciam explicitamente dentro do espaço escolar; entre os adolescentes da escola particular as agressões físicas ocorriam fora desse espaço. Para a autora, os comportamentos agressivos são sustentados pela dificuldade dos adolescentes em aceitar pessoas diferentes de si, pela falta de percepção do outro, pela sensação de impunidade, pela desculpa de que sempre se está brincando e ainda pela incapacidade dos espaços escolares em punir atos de violência (Camacho, 2001).

Seguido a lesão corporal, porém em proporções menores, o dano (destruição de patrimônio público ou privado) foi o segundo delito mais referido entre a amostra do presente estudo (24,4%). Em estudos realizados em outros países, encontrou-se resultado semelhante entre adolescentes franceses (Hartjen & Priyadasini, 2003) e prevalências mais altas nas Filipinas (Gutierrez & Shoemaker, 2008), Reino Unido (Jolliffe, 2013) e Austrália (Houghton et al., 2013). Entre os adolescentes franceses a prevalência de vandalismo foi de 23% e de pichação, 37% (Hartjen & Priyadasini, 2003). Entre os adolescentes filipinos, 41,7% referiu já, propositalmente, ter destruído ou estragado propriedades alheias (Gutierrez & Shoemaker, 2008). Em estudo realizado no Reino Unido, a prevalência, entre adolescentes, do delito de vandalismo foi de 40,7% (Jolliffe, 2013). Na Austrália, 63,2% dos adolescentes relataram dano a lugares públicos e 48,9% dano a carteiras, janelas ou outras propriedades da escola (Houghton, 2013). Entre adolescentes brasileiros, recrutados em escolas públicas, a prevalência de dano foi de 38,3%, tendo sido o delito de maior prevalência entre essa amostra (Komatsu & Bazon, 2015).

Observa-se que em relação ao delito de dano, os resultados foram, no geral, inferiores aqueles encontrados em outros contextos. Desse modo, é possível inferir que a prevalência desse delito seja influenciada pela cultura dos países, resultando em prevalências distintas em cada país. Presume-se, também, que exista influência das condições sociais distintas existentes em um mesmo país. Tavares e Pietrobom (2016) verificaram que a prática de vandalismo praticado por adolescentes é mais comum em bairros pobres e depredados. Isto é, adolescentes de nível socioeconômico alto, moradores de bairros mais conservados, têm menor contato com essa prática, no contexto comunitário.

O terceiro delito com maior taxa de prevalência entre os adolescentes investigados, no presente estudo, foi o furto em estabelecimento comercial, referido por 12,7%. Resultado semelhante a esse foi encontrado em estudo realizado nas Filipinas; 15,3% dos adolescentes filipinos revelaram furto de objetos de valor inferior a 50 pesos filipinos, 7,7% revelaram furto de objetos de valor inferior a 100 pesos filipinos e 3,2% revelaram furto de objetos de valor igual ou superior a 500 pesos filipinos (Gutierrez & Shoemaker, 2008). Em outros estudos as prevalências referentes a furtos, foram superiores a encontrada no presente estudo. Entre os adolescentes franceses, 38% relataram furto de objetos de valor inferior a 50 euros, 26%, de objetos de valor de 50 a 500 euros e 15% dos adolescentes franceses revelaram furto de objetos de valor superior a 500 euros (Hartjen & Priyardasini, 2003). No Reino Unido, 29,5% dos adolescentes relataram furto em lojas (Jolliffe, 2013) e na Austrália, 64,2% (Houghton et al., 2013). No contexto brasileiro, 48,1% dos adolescentes recrutados em escolas públicas, relataram furto em estabelecimento comercial (Komatsu & Bazon, 2015).

Considerando que no presente estudo os adolescentes participantes são de nível socioeconômico alto e que em outros contextos, com amostras mais diversificadas (Gutierrez & Shoemaker, 2008; Hartjen & Priyardasini, 2003; Houghton et al., 2013; Jolliffe, 2013), a prevalência de relato de furto em estabelecimento comercial foi maior; infere-se que esse delito é motivado tanto pelo hedonismo, como pelo utilitarismo. Isto é, a prevalência menor encontrada no presente estudo, comparada a outros estudos (Gutierrez & Shoemaker, 2008; Hartjen & Priyardasini, 2003; Houghton et al., 2013; Jolliffe, 2013; Komatsu & Bazon, 2015), pode ser explicada pelo fato de abarcar menos adolescentes que praticaram o delito motivados pelo utilitarismo, já que esses possuem maior acesso a bens de consumo.

Os demais delitos investigados no presente estudo foram relatados por menos de 10% dos adolescentes participantes. As prevalências foram, rixa: 9,6%; roubo de pessoas ou objetos: 6,5%; lesão corporal com uso de instrumento: 4,7%; tráfico: 3%; maus-tratos a animais: 2,8%; receptação: 2,5%; porte ilegal de arma de fogo: 2,2%; furto no interior de

veículo: 1,4%; roubo de veículo: 0,9% e roubo de dinheiro ou objetos: 0,6%. Nesse sentido, observa-se que apesar de 60,8% dos adolescentes analisados relatarem a prática, em algum momento, de atos delituosos, esse comportamento, para muitos deles, é restrito a apenas alguns tipos de delitos. Resultados semelhantes foram encontrados por Hartjen e Priyadasini (2003), na França, Gutierrez e Shoemaker (2008), nas Filipinas, e por Komatsu e Bazon (2015), no Brasil, em meio a adolescentes de escolas públicas. Em todos esses estudos, enquanto alguns tipos de delitos foram mais prevalentes, outros, geralmente de natureza mais grave, foram pouco revelados.

Em se tratando da frequência de comportamentos delituosos, ou seja, a quantidade de vezes que cada delito foi praticado nos últimos 12 meses, encontrou-se, no presente estudo, valores entre 0,5 a 53 vezes. Maus tratos a animais (0,14; DP= 0,36), furto no interior do veículo (0,50; DP=0,58), furto de objetos ou pessoas (0,86; DP=2,14) e rixa (0,90; DP=1,90), foram praticados em média, menos de uma vez nos últimos 12 meses, por adolescente. Nesse sentido, os dados indicam que esses delitos foram pouco praticados no último ano pelos adolescentes em análise.

Os delitos que apresentaram as maiores frequências foram porte ilegal de arma de fogo e lesão corporal com uso de instrumento. Em relação ao porte ilegal de arma de fogo, a média de frequência foi de 53,1 vezes, com alto desvio padrão 137,5; considerando que apenas sete adolescentes da amostra referiram esse delito, conclui-se que enquanto a maioria dos adolescentes investigados não portam armas de fogo, uma pequena parcela porta armas regularmente e aumenta a média de frequência do delito.

A frequência encontrada para o delito de lesão corporal com uso de instrumentos (24,6; DP=79,7) indica verificação na direção ao constatado para o delito de porte de armas. Apenas 15 adolescentes, da amostra estudada, revelaram lesão corporal com uso de instrumentos, no entanto a média elevada de frequência pressupõe que esses 15 adolescentes o fizeram muitas vezes no último ano, enquanto a maioria dos adolescentes investigados nunca praticou o delito.

No geral, as baixas médias de frequências indicam que em média os adolescentes participantes da pesquisa praticam cada tipo de delito poucas vezes durante o ano.

Nessa direção, é importante analisar indicadores que permitem aferir diferentes padrões de conduta e, assim, avaliar os fatores de risco associados aos engajamentos infracionais mais severos (Farrington, 2001). Com essa intenção, foram avaliados nos adolescentes da amostra a idade de primeiro delito revelado, a diversidade de comportamentos divergentes e delituosos autorrevelados e a frequência total de comportamentos delituosos (no

caso, nos últimos 12 meses). Esses foram os indicadores utilizados para agrupar os adolescentes em níveis de engajamento infracional semelhantes.

Na amostra investigada, a idade média do primeiro delito foi 10,8 anos (DP=2,34). Em relação à diversidade, a média de delitos diferentes praticados foi de 1,2 delitos por adolescente (DP=1,42) e de comportamentos divergentes, 1,6 comportamentos por adolescente (DP=1,52). Quanto à frequência total de delitos praticados nos últimos 12 meses, a média foi 5,82 (DP=33,36). Este desvio padrão permite vislumbrar que, na amostra, alguns adolescentes relataram uma frequência muito maior de delitos/ano comparados à média amostral. Esses, no entanto, pelo dado relativo à diversidade, não teriam se implicado em uma variedade muito alta de delitos, que aponta para uma diversidade média total baixa. Ao não se identificar diversificação na média amostral, infere-se que, provavelmente, muitos desses adolescentes não têm a atividade delituosa significativa. Isto, porque a alta variedade de delitos é um indicativo de engajamentos infracionais mais sérios e persistentes no tempo, enquanto a pouca diversidade indica atividade infracional comum à fase da adolescência (Le Blanc, 2003). Nesse sentido, foi pertinente analisar os diferentes padrões de conduta delituosa possíveis no grupo em estudo.

Desse modo, a partir dos indicadores precocidade, diversidade e frequência total agrupou-se os adolescentes, por meio de análise de *cluster*, em cinco grupos distintos em termos de padrões de conduta delituosa. O *cluster* 1 concentrou os adolescentes que teriam o menor nível de engajamento infracional, sendo ele composto por 44,1% da amostra total, o que permite concluir que, apesar de a maioria (81%) dos adolescentes em estudo revelarem comportamentos antissociais (divergentes e/ou delituosos), para uma proporção considerável esses comportamentos não teriam começado cedo, não seriam diversificados e nem frequentes. Ou seja, eles seriam esporádicos (pouco frequentes e pouco diversificados), caracterizando, talvez, o que foi denominado por Le Blanc (2003), como sendo “delinquência comum”, ou seja, um agir delituoso ocasional, provavelmente movido pelo hedonismo, próprio à fase da adolescência (Le Blanc, 2003). O *cluster* 5, por sua vez, composto por 11% dos adolescentes estudados, concentraria os adolescentes com o nível de engajamento infracional mais severo. Esses possivelmente começaram a prática de delitos precocemente, manifestam variados tipos de delitos e o fazem frequentemente. É provável que esses adolescentes agrupados no *cluster* 5 apresentem um padrão de comportamento que foi denominado por Le Blanc (2003) como “delinquência transitória”, que se refere ao agir delituoso restrito à fase da adolescência, porém frequente e diversificado, com motivação utilitarista ou hedonista. Ou ainda, é possível que apresentem o padrão denominado

“delinquência persistente”, que se refere ao um agir delituoso mais estável, que continua para além da adolescência, a frequência e diversidade são acentuadas e verificam-se na trajetória delituosa crimes contra pessoas (Le Blanc, 2003).

Estudos semelhantes (Bañares et al., 2010; Komatsu, 2014; Maldonado-Molina et al., 2009) que analisaram padrões condutais de adolescentes de diferentes populações, encontraram resultados parecidos. Em relação aos níveis de engajamento infracional, no estudo de Maldonado-Molina et al. (2009), os três níveis mais comprometidos da amostra de adolescentes nova-iorquinos somaram 13,6% do total, e os dois níveis mais comprometidos da amostra de porto-riquenhos reuniu 5,8%. Bañares et. al. (2010), em estudo análogo com adolescentes chilenos, verificou que 13% de sua amostra teriam um engajamento infracional mais severo. Komatsu (2014), por sua vez, no Brasil, verificou que apenas 7,5% dos adolescentes escolares constituíam o *cluster* caracterizado pelo maior nível de engajamento infracional. Uma diferença notável, no entanto, entre os dados da amostra analisada no presente estudo e os daquelas investigadas por Maldonado-Molina et al. (2009), Bañares et al. 2010 e Komatsu (2014), é que nestes estudos encontrou-se sempre um grupo de adolescentes referindo não ter praticado qualquer ato delituoso, o que não se detectou na amostra de adolescentes recrutados em escolas particulares (investigados no presente estudo). Nesta foram encontrados em todos os agrupamentos formados, incluindo o *cluster* 1, houve menção a delitos: lesão corporal (n=13), dano (n=5), lesão corporal com uso de instrumentos (n=1) e furto em estabelecimento comercial (n=1).

O delito de lesão corporal, o mais prevalente na amostra como um todo, foi revelado em todos os agrupamentos, o que também foi verificado para os delitos dano, lesão corporal com uso de instrumento e furto em estabelecimento comercial. Ressalva-se, entretanto, que o delito de lesão corporal é mensurado pelo *Questionário sobre Comportamentos Juvenis* por meio da seguinte pergunta: “Você já bateu em alguém?”. Bater não necessariamente constitui lesão corporal. Assim, é possível que a pergunta, do modo como é feita, gera uma superestimação do dado, havendo, talvez, adolescentes que tenham aí incluindo nas respostas eventos como brigas com irmãos ou com amigos/colegas. Desse modo, a prevalência encontrada pode remeter a comportamentos menos e mais graves.

No *cluster* 5, todos os tipos de delitos foram revelados ao menos uma vez por algum adolescente. Nota-se que à medida que o nível de engajamento se torna mais significativo (do *cluster* 1 ao 5), maior o número de tipos diferentes de delitos revelados, à exceção do notado no *cluster* 3 e 4, uma vez que em ambos o número de delitos diferentes revelados em cada foi igualmente 10.

Em relação aos comportamentos divergentes, todos os tipos de comportamentos investigados foram revelados em todos os agrupamentos. O consumo de álcool foi o comportamento mais prevalente em todos os *clusters*, aparecendo em menor proporção no *cluster* 1 (35%) e em maior no *cluster* 5, no qual a quase a totalidade dos adolescentes reunidos neste (94%) referiu consumo de álcool. Vale destacar que o *cluster* 5 é, de todo modo, o agrupamento que com as maiores prevalências de todos os tipos de comportamentos divergentes investigados. Assim, pode-se pensar que se para alguns grupos a apresentação de comportamentos divergentes não se faz necessariamente acompanhar, em igual medida, pela apresentação de comportamentos delituosos, para os grupos que apresentam comportamentos delituosos de modo mais significativo (maior diversidade e maior frequência), a apresentação de comportamentos divergentes parece acompanhar essa tendência.

Observando as médias de faixas etárias de cada *cluster*, e considerando que a média de idade da amostra total é 13,9 anos, o *cluster* 1 apresentou idade média de 13,45 anos, a menor dentre os *clusters*. A maior média de idade foi 15,11 anos, obtida pelo *cluster* 4. Conforme mencionado, a idade é um fator importante na análise da trajetória da conduta delituosa, e relaciona-se, inclusive, com a variação de prevalência de delitos entre diferentes faixas etárias (Piquero et al., 2003). Ou seja, em algumas idades é esperado maior prevalência de envolvimento em atividades delituosas. Alguns estudos (ISP, 2016a; Junger-Tas, 1994b) apontam que o pico de atividade delituosa entre os adolescentes dá entre os 16 e 17 anos. Segundo Hartjen e Priyardasini (2003), quanto mais velho for o adolescente maior a possibilidade de ele já ter se implicado em algum delito. Nesse sentido, verifica-se que os adolescentes aglomerados no *cluster* 1 estão mais distantes da “idade crítica” para o agir delituoso, enquanto os adolescentes do *cluster* 4, estão mais próximos dessa idade. Sendo assim, os adolescentes que hoje estão agrupados no *cluster* 1 podem, na medida em que ficam mais velhos, engajar-se mais seriamente em atividades delituosas, e assim, apresentar, futuramente, padrão de conduta mais grave. Uma outra possibilidade, em relação ao desenvolvimento do *cluster* 1, se fundamenta na média de idade do primeiro delito.

Ao observar e comparar as médias relativas à idade do primeiro delito, em cada *cluster*, a menor idade referida (9,39 anos) foi verificada no *cluster* apresentando o engajamento infracional mais significativo (o 5), ao passo que a maior média (16,5 anos) foi verificada no *cluster* 1, com engajamento infracional menos significativo. Desse modo, embora o grupo apresentando o menor engajamento infracional seja em média mais novo, a idade média elevada do primeiro delito leva a pressupor que muitos adolescentes nesse agrupamento não se implicaram em nenhum delito, apenas em comportamentos divergentes,

fato evidenciado também ao se observar a média de diversidade de delitos (0,14) e de comportamentos divergentes (1) neste agrupamento. Nesse sentido, é possível, também, que os adolescentes que compõem o *cluster* 1 não apresentem, futuramente, padrões de condutas mais sérios. No entanto, o método utilizado no presente estudo, que é transversal, não permite confirmar qualquer das duas possibilidades.

Em relação à frequência de delitos total anual (nos últimos 12 meses), enquanto nos *clusters* 1, 2 e 3 as médias indicam que há menos de um delito por ano, por adolescente, no *cluster* 4, essa média se eleva para 7 delitos/ano, em média, e no *cluster* 5 para 42,6 delitos/anos, em média, diferenciando esses dois agrupamentos dos outros.

No geral, em termos de nível de engajamento infracional entre os *clusters*, a diversidade de delitos foi o principal fator a diferenciar os grupos entre si, considerando que todos se diferenciaram nesse aspecto. Os níveis de engajamento infracional mais significativos estão associados a condutas delituosas mais variadas, nesse sentido, é esperado que os agrupamentos se diferenciem entre si, nesse aspecto. A idade do primeiro delito diferenciou o *cluster* 1 dos demais, apresentando a idade do primeiro delito mais tardia, fato indicado na literatura como associado a engajamentos não severos (Le Blanc & Loeber, 1998). O *cluster* 3 e 5 apresentaram as idades de início menores, ou seja, eles reuniram os adolescentes que teriam iniciado a manifestação dos comportamentos delituoso mais precocemente. Desse modo, quanto à frequência total anual, o *cluster* 5 se diferenciou dos demais que, por sua vez, não apresentaram diferenças entre si. A frequência de delitos elevada está associada a conduta delituosa mais significativa.

Posto isso, pode-se sintetizar os seguintes padrões de comportamento delituoso nos diferentes *clusters* da seguinte forma: no *cluster* 1 a manifestação do comportamento delituoso teria sido a mais tardia (levando em conta a idade de início), ele seria pouco diversificado e pouco frequente no último ano; no *cluster* 2 a manifestação do comportamento delituoso foi mais precoce, comparada ao *cluster* 1 e mais tardia, comparada aos outros *clusters*, os delitos são pouco diversificados e pouco frequentes; no *cluster* 3 a manifestação do comportamento delituoso foi precoce, porém pouco diversificado e pouco frequente; no *cluster* 4 a manifestação do comportamento delituoso foi menos precoce, comparado ao *cluster* 3 e 5, pouco diversificado e frequente; no *cluster* 5 a manifestação do comportamento delituoso é precoce, diversificada e muito frequente.

Analisando as variáveis tidas pela literatura como fatores associados ao comportamento delituoso, também investigadas no presente estudo, conforme se descreveu nos resultados, não se identificou diferenças entre os *clusters* no que se refere à condição

socioeconômica, ao apoio social recebido/percebido e à percepção das condições do bairro de residência. Conforme já mencionado, os participantes dessa pesquisa foram intencionalmente selecionados em um único tipo de estabelecimento escolar, de modo a recrutar adolescentes de estratos socioeconômicos mais elevados, o que favoreceu uma certa homogeneidade da amostra, nesse plano. Desse modo, não se identificou diferenças intergrupos, sendo a maior parte dos adolescentes (78,7%) oriundos de famílias pertencentes aos três estratos socioeconômicos mais privilegiados (A1, A2 e B1). Dentro disso, é possível dizer que as diferenças entre os *clusters* no plano do engajamento infracional não se relacionou a diferenças no plano socioeconômico, o que constitui um primeiro indicativo de que o comportamento delituoso dos adolescentes não sofre uma influência direta deste tipo de variável, em qualquer que seja o sentido.

No que se refere ao apoio social, o resultado foi análogo ao encontrado por Komatsu (2014) no contexto de escola públicas, em que também não se detectou diferença entre os *clusters*. Considerando o escore máximo de 9 pontos para o constructo, os escores médios por *cluster* estão entre 6,4 e 6,8, sugerindo que os adolescentes de todos os agrupamentos julgam possuir apoio. Eram esperadas diferenças relacionadas ao nível de engajamento infracional, pressupondo-se que os adolescentes com menor engajamento se perceberiam como mais apoiados e vice-versa, uma vez que o apoio social é considerado fator de proteção para o engajamento infracional, na adolescência. Para Komatsu (2014), o resultado obtido provavelmente reflete o fato de os adolescentes buscarem e obterem apoio social em figuras de identificação, independentemente de quem sejam essas figuras. Essas podem ser familiares ou não, adultos ou não, pró sociais ou não, visto que a questão que investiga o constructo é inespecífica neste sentido. Ademais, é possível que as perguntas do questionário que investigam a variável (“tenho alguém para me dar bons conselhos”; “tenho alguém para me divertir junto”; “tenho alguém em quem confiar”) remetam o adolescente mais propriamente às relações com pares de idade – colegas e amigos –, sendo mais efetivas para avaliar se o adolescente possui amigos, e não, necessariamente, o apoio social. Assim, a não diferença entre os *clusters* nesta variável deriva mais provavelmente de questões metodológicas.

A característica da amostra, relativa às condições socioeconômicas, pode, ao seu turno, ter subsidiado a indiferenciação dos grupos, também, nas variáveis atinentes ao bairro de residência. Considerando as classes econômicas de pertencimento dos adolescentes investigados é possível que residam em bairros que apresentam, de fato, boa infraestrutura, que sejam bem abastecidos por serviços urbanos e que se caracterizem por baixos índices de violência (Romão & Wadi, 2010). Denota-se, pelas médias obtidas nessas variáveis

investigadas, nesse domínio, que os adolescentes dos cinco clusters percebem seus bairros como pouco desorganizados, mas violentos. Ou seja, apesar dos adolescentes, considerarem seus bairros bem organizados, o que era o esperado, tendo em vista que o nível socioeconômico alto possibilita acesso a bairros melhores (Romão & Wadi, 2010), esses são percebidos como violentos.

Esperava-se, também, que devido a condição socioeconômica dos participantes do estudo, os bairros fossem percebidos como pouco violentos. Conforme observado nos estudos de Romão e Wadi (2010) e Ruotti et al. (2011), os bairros em que concentram moradores de camadas mais pobres, geralmente são mais violentos, enquanto os bairros de moradores de nível socioeconômico alto são pouco criminalizados. Lima (2005), Goertzel e Kahn (2009) e Adorno e Pasinato (2010) afirmam que os noticiários superestimam os crimes, aumentando e incitando o sentimento de medo e insegurança na população. Pode-se atribuir a isso o fato dos adolescentes perceberem seus bairros violentos.

Para Le Blanc (1997) residir em bairros com alta taxa de criminalidade é um modo de exposição às influências e às oportunidades antissociais, um dos mecanismos que estimulam a atividade delituosa. Nesse sentido, era esperado, que os adolescentes com nível infracional mais significativo, residissem em bairros mais violentos (não considerando o efeito do nível socioeconômico). No estudo de Komatsu (2014) também não foram encontradas diferenças entre os *clusters* nesse constructo.

Passando ao domínio família, diferente do esperado, apenas um constructo diferenciou os *clusters*, o apego aos pais. Palmer e Hollin (2001), Hartjen e Priyadarsini (2003), Shears e Furman (2005), Gault-Sherman (2013) e Komatsu (2015), como relatado, verificaram relação entre comportamento antissocial autorrevelado em adolescentes e constructos atinentes a família. Teoricamente, segundo Le Blanc (1997), o apego parental, o investimento na vida familiar e a supervisão parental estão interrelacionados de modo que um retroalimenta o outro na dinâmica familiar. Ao investir mais tempo em atividades familiares, o apego entre os membros tenderia a aumentar. Tanto o investimento quanto o apego favoreceriam as práticas parentais mais positivas (supervisão parental) e aceitação dessas pelo adolescente. Entretanto, nos resultados obtidos, verificou-se que os *clusters* não apresentam diferenças entre si no tocante ao investimento familiar e à supervisão parental, embora o apego parental tenha diferenciado o *cluster* 5 de todos os outros, que não apresentaram diferenças significativas entre si. Os escores médios obtidos pelos *clusters* indicam, no entanto, o investimento e a prática parental apresenta escores em nível médios. Já o escore de apego parental é alto para os *clusters* 1 ao 4 e mediano para o *cluster* 5. Gault-Sherman (2013) verificou que o apego

aos pais apesar de exercer influência na prevalência de comportamentos antissociais em todos os níveis socioeconômicos, exerce efeito maior em adolescentes de níveis socioeconômicos mais elevados, como na amostra investigada. É possível que o efeito dessa variável seja mais intenso em adolescentes de níveis socioeconômico alto, porque outros fatores, da esfera social, como bairro de moradia, escolas, oportunidades sociais, não controlados para esse segmento social.

É possível argumentar, também, que o apego aos pais, que caracteriza as relações afetivas entre pais e filhos, mesmo em um contexto de investimento e de supervisão parental, favorecedores do desenvolvimento do vínculo familiar, possa não se desenvolver satisfatoriamente no caso de alguns adolescentes, em virtude de algumas características pessoais como a impulsividade, por exemplo, ou déficits afetivos, cognitivos e/ou sociais significativos. De acordo com Le Blanc (1997), no que diz respeito a regulação psicológica da conduta delituosa, o apego aos pais não se desenvolve em indivíduos com características acentuadas de egocentrismo, que é estimulado pelos déficits psicorrelacionais, psicossociais, psicocognitivos e psicoafetivos. É possível que os adolescentes identificados com maior nível de engajamento infracional, na amostra analisada, possuam alguns desses déficits de ordem afetiva, cognitiva e social e, portanto, manifestem dificuldades relacionais, embora haja da parte de seus pais algum investimento na vida familiar e a implementação de práticas parentais, em níveis semelhantes ao dos outros grupos. No cluster 5 as relações dos adolescentes com os seus pais seriam percebidas como mais distantes, mais frias.

Em referência ao domínio escola, tanto o desempenho escolar quanto os valores escolares não diferenciaram os *clusters* entre si, o que não era esperado. Os adolescentes se caracterizaram por apresentar bom desempenho escolar e valores escolares elevados. Estes resultados, talvez, possam ter sido influenciados pela condição socioeconômica dos adolescentes em análise. Conforme referido por Brandão (1989), Soares e Andrade (2006), Laros et. al. (2012) e Brandão e Carvalho (2015), o desempenho escolar está fortemente associado ao nível socioeconômico dos estudantes, visto que famílias dos segmentos sociais mais elevados possuem recursos culturais muito semelhantes ao da cultura escolar, o que cria melhores condições para o sucesso acadêmico destes alunos. Ademais, tendo em conta o delineamento do estudo, reitera-se que todos os adolescentes estavam em instituições de ensino particular, as quais, em geral, oferecem melhores condições de ensino-aprendizagem, o que tende a nivelar para cima o desempenho de seus alunos.

Os valores escolares se associam ao desempenho escolar, visto que aqueles alunos que acreditam que a escola pode lhe prover sucesso futuro se dedicam aos estudos, o que resulta

em um melhor desempenho, ao passo que um melhor desempenho tende, também, a reforçar o valor positivo atribuído à escolarização. Este processo, independentemente do nível de engajamento infracional dos adolescentes estudados, pode ser sustentado pelas atitudes familiares ante à educação/escolarização dos filhos. Conforme colocam Cury e Nogueira (1989), pais que matriculam seus filhos em instituições de ensino particulares acreditam que a sua qualidade é superior a das públicas e confiam que estudar em escolas particulares facilita o acesso do filho às melhores universidades, ou seja, existe na família uma crença na importância da escola para o futuro promissor dos filhos. Sugere-se, assim, que esses valores sejam compartilhados entre os membros da família. Desse modo, os resultados não identificaram diferenças entre os *clusters* relacionados a essas variáveis.

Todavia, o vínculo escolar diferenciou os *clusters* 1 e 2, com valores médios maiores nesse constructo em comparação ao *cluster* 4, que apresentou a menor média. Os *clusters* 3 e 5 não se diferenciaram dos demais. Nesse sentido, o grupo com maior nível de engajamento infracional apresentou média similar aos demais, todos os *clusters* apresentaram forte vínculo escolar, contrariando o esperado, uma vez que pelo modelo teórico adotado (Le Blanc, 1997) e pelos resultados de estudos similares (Le et al, 2005; Shears & Furmn, 2005; Komatsu, 2014), a força do vínculo escolar relaciona-se ao nível de engajamento infracional, entendendo que quanto mais fraco vínculo escolar, mais provável o afastamento da escola e, nessa esteira, mediante outros fatores de risco, mais intensa pode ser a implicação em atividades delituosas. No entanto, considerando as médias uniformes obtidas para o desempenho escolar e os valores escolares, era também esperado que o vínculo escolar, inter-relacionado a essas outras duas variáveis investigadas, fosse na mesma direção. Para Le Blanc (1997) o bom desempenho escolar, fortalece os três componentes do vínculo escolar (apego aos professores, investimento em atividades escolares e empenho face à escolarização) e torna mais provável a internalização das regras escolares.

Sobre as variáveis, desempenho, vínculo e valores escolares, nas quais os agrupamentos pouco se diferenciaram, coloca-se o questionamento se de fato o vínculo escolar é determinante, nessa amostra específica (alunos de escola particular), dos comportamentos delituosos. Conforme já se argumentou, é possível que as escolas particulares, como instituições que disputam um pequeno mercado consumidor, para se manter no páreo precisam investir, de fato, em melhorias estruturais e funcionais, constantemente, o que as torna capazes de controlar essas variáveis (valores escolares, desempenho e vínculos escolares), de modo que há menos discrepâncias entre seus alunos naquilo que elas representam. A pesquisa de Gault-Sherman (2013) observou que o bom

desempenho escolar é um fator de proteção eficaz para comportamentos antissociais apenas em meio aos adolescentes de nível socioeconômico médio, e Kim et al. (2016) concluiu que o vínculo escolar é capaz de prevenir comportamentos antissociais/violentos entre adolescentes de nível socioeconômico baixo, sugere-se que em meio a adolescentes de nível socioeconômico médio/alto as variáveis escolares tenham menor efeito.

Contudo, diferentemente das variáveis anteriormente discutidas, a percepção de violência escolar e do nível de organização da escola diferenciaram os *clusters*, embora os escores indiquem que os adolescentes, de todos os *clusters*, percebam a escola como organizada e pouco violenta. O *cluster* que reuniu os adolescentes com o maior nível de engajamento infracional se diferenciou dos demais, que não apresentaram diferenças entre si. De acordo com os escores observados, a violência escolar, que no instrumento é mensurada por questões relativas à percepção de segurança no ambiente escolar, mas também às violências e agressões sofridas pelo adolescente em forma de *bullying*, seria uma experiência mais significativa para esses adolescentes com maior nível de engajamento infracional, havendo indicativos de que, talvez, fossem vítimas de *bullying* no ambiente escolar, o que o tornaria o ambiente escolar, na percepção destes alunos, hostil e pouco propício ao desenvolvimento de habilidades relacionais, sociais e afetivas. Segundo Biggam e Power (1999) a partir de estudos realizados com adolescentes em conflito com a lei, em meio a essa população existem tanto aqueles que praticam *bullying*, como aqueles que são vítimas desses comportamentos.

Quanto ao constructo escola desorganizada, o *cluster* 1, que apresentou menor média nessa variável, se diferenciou dos *clusters* 4 e 5. Considerando uma das duas afirmativas que avaliam esse constructo, “Na minha escola tem muita indisciplina na sala de aula”, pode-se inferir que os adolescentes agrupados nos *clusters* de menor engajamento infracional têm uma visão mais positiva do clima escolar e essa, possivelmente, se atrela ao próprio comportamento social nesse ambiente. É possível também que, sendo mais disciplinados, sejam alocados em turmas escolares classificadas como boas, que possuem alunos mais estudiosos e disciplinados, enquanto que para os demais ocorre o inverso, levando em conta que essa é, muitas vezes, uma prática escolar (Alves & Soares, 2007). Assim, pode-se explicar diferenças na percepção da organização escolar entre adolescentes reunidos nos diferentes *clusters*, mesmo que esses estudem nas mesmas escolas. A outra afirmativa que investiga o constructo em questão, “Tem muitas coisas quebradas ou estragadas na minha escola”, recebeu respostas semelhantes entre os participantes, a maioria deles discordaram dessa

afirmação. Conforme investigado por Brandão e Carvalho (2015) as escolas particulares mantêm boa estrutura física e material, no entanto era esperado essa resposta.

No domínio denominado tempo livre, no qual focalizaram-se o modo como a rotina dos adolescentes estaria estruturada e quem seriam os pares com os quais eles gastariam mais tempo, verificou-se que dois constructos investigados, a rotina desorganizada e os pares antissociais, apresentaram a mesma dinâmica. As médias dos escores foi maior para o cluster 5 e 4, que se diferenciaram entre si e entre os demais. Nessa direção, a respeito da associação entre essas variáveis, Meldrum et. al. (2009) concluiu que o tempo despendido com pares antissociais possui uma associação mais robusta com a prevalência de comportamentos antissociais que a associação a pares desviantes propriamente dita. Ou seja, é esperado que essas duas variáveis ocorram no mesmo sentido, já que a rotina desestruturada, sem atividades pró-sociais e de obrigação, oportuniza a associação a pares divergentes, por outro lado o tempo investido com atividades com os pares fortalece esse vínculo (Le Blanc, 1997).

Nestes constructos relativos ao tempo livre - rotina desorganizada e pares antissociais - as análises de variância identificaram que os *clusters* 1, 2 e 3 apresentaram as menores médias e não se diferenciaram entre si. Pelos escores, esses *clusters* (1,2 e 3) possuem rotina muito organizada e frequentam poucos pares antissociais. Os *clusters* 4 e 5 apresentaram as maiores médias, mas diferenciam-se entre si e dos demais, apresentando o *cluster* 5 a maior média nesses constructos. Estudos realizados por Heaven e Virgen (2001), Hartjen e Priyadarsini (2003), Le et al. (2005), Shears e Furman (2005), Gault-Sherman (2013) e Komatsu (2014), já mencionados, evidenciaram que a associação a pares antissociais é um fator importante para a manifestação de comportamentos antissociais autorrevelados. Esperava-se, desse modo, com base em estudos já realizados, pelos resultados encontrados.

De igual maneira ao encontrado por Komatsu (2014), verificou-se que frequentar pares antissociais é comum à toda amostra investigada, no entanto, aqueles adolescentes com nível de engajamento mais significativo, revelam associação a uma quantidade maior de pares apresentando comportamento desviante.

Considerando que o presente estudo e o de Komatsu (2014) investigaram adolescentes brasileiros e se complementam quanto aos segmentos sociais investigados, verifica-se que a variável é significativa entre adolescentes de diferentes estratos socioeconômicos. Gault-Sherman (2013), em seu turno, apresentou resultados semelhantes, concluindo que, em todos os níveis socioeconômicos, uma associação a pares antissociais mais significativa liga-se a uma maior prevalência de comportamentos antissociais autorrevelados.

Em relação à rotina, os resultados também foram dentro do esperado baseado em outros estudos (Junger-Tas, 1994b; Komatsu, 2015) apontando para o fato de que uma rotina mais desorganizada se liga a um nível de engajamento infracional mais significativo. Ademais, foi possível averiguar que dos 14 adolescentes que declararam trabalhar, em toda a amostra, nove estão incluídos nos *clusters* 4 e 5. Le Blanc (1997) explica que o tempo ocioso do adolescente quando ocupado pelo trabalho facilita o acesso do jovem a recursos financeiros que enfraquecem as supervisões parentais, garantindo aos jovens certa independência no tocante a frequência de lugares/atividades que podem ter orientação antissocial, bem como acesso a produtos divergentes como álcool e outras drogas. Essa explicação pode se aplicar a esses 64% de adolescentes que trabalham e que estão agrupados nos níveis de engajamento infracional mais significativos.

No domínio das características pessoais, os constructos valores antissociais, atitude violenta e impulsividade diferenciou o *cluster* 5 de todos os outros. Especificamente, a impulsividade relativa a dificuldade de controlar o próprio comportamento, não diferenciou os *clusters* 1, 2, 3 e 4, mas foi maior em meio aos adolescentes do *cluster* 5. Palmer e Hollin (1997), Meldrum et. al., (2009) e Komatsu (2014) indicaram, a partir dos resultados encontrados em seus estudos, uma relação positiva entre impulsividade e comportamentos antissociais. Na pesquisa de Komatsu (2014), o *cluster* que reuniu os adolescentes com maior nível de engajamento infracional também se diferenciou dos demais quanto à impulsividade. Em conjunto, os resultados deste estudo e o do presente estudo permitem indicar que esse traço psicológico atua de maneira similar em diferentes estratos socioeconômicos brasileiros. Para Aslund et al. (2013), no entanto, alguns contextos sociais são capazes de favorecer a manifestação do background biológico subjacente à impulsividade, enquanto outros contextos favorecem o controle desta manifestação. Os autores estudaram a relação entre uma expressão genética atinente à agressividade e ao controle de impulsos, e comportamentos antissociais autorrevelados, e concluíram que os aspectos biológicos são mediados pelas condições socioeconômicas, os resultados encontrados por eles indicaram que a classe social baixa, seguida pela alta, diante da expressão gênica estudada, apresentariam maiores índices de comportamentos antissociais, quando comparados à classe média. No caso do presente estudo, na medida em que não se tem diferenças significativas entre os clusters em termos de condição socioeconômica, podendo-se dizer que em todos os adolescentes seriam majoritariamente oriundos de classes favorecidas, a maior impulsividade denotada no cluster 5, em associação ao seu maior engajamento infracional, estaria ligada a outras contingências de vida, talvez de natureza mais proximal.

No constructo valores antissociais, relativos a aceitação de comportamentos desviantes, o *cluster 5* também foi o que apresentou a maior média, embora não tenha se diferenciado do *cluster 4*. Os resultados corroboram os obtidos nos estudos de Hartjen e Priyadasini (2003) e Maldonado-Molina et al. (2009). Hartjen e Priyadasini (2003) observaram que a aceitação de comportamentos antissociais está associado a todo tipo de delito, sendo um forte preditor de delinquência autorrevelada. Desse modo, o fato dos *clusters 4* e *5* não se diferenciarem nesse tocante, mas serem em alguma medida diferentes em nível de engajamento infracional sugere que enquanto os adolescentes do *cluster 4* implicam-se em delitos menos graves, apresentando desse modo, como observado, menor diversidade, os adolescentes do *cluster 5* praticam delitos mais graves. Nesse sentido, talvez, exista entre esses *clusters* diferenças em termos de tipos/natureza de delitos cometidos, condizendo com os respectivos níveis de engajamento infracional. Já Maldonado-Molina et al. (2009), ao detectar diferentes trajetórias delituosas, em meio a adolescentes porto riquenhos, também verificou que o agrupamento com adolescentes apresentando maior nível de engajamento infracional diferenciava-se dos demais em relação aos valores antissociais.

Em relação à atitude violenta, o *cluster 5* apresentou maior média, indicando que possuem atitude violenta e se diferencia dos demais *clusters* nessa variável. Esse constructo diz respeito à aceitação da violência, da agressão física, seja como forma de diversão, seja como meio de resolver problemas. Estudos na área (Bjornebeek & Howard, 2012; Heaven & Virgen, 2001) indicam a existência de uma relação positiva entre aceitação da agressividade e comportamentos antissociais autorrelevados. É interessante observar, nesse sentido, que o delito de lesão corporal, o mais prevalente na amostra estudada, é uma manifestação de violência, que possivelmente não depende de variáveis relativas ao contexto socioeconômico dos indivíduos. Ademais, os crimes contra pessoas (violências), são de natureza mais grave e é indicativo de engajamento infracional mais significativo, o que explicaria os maiores índices dessa variável no *cluster 5* (Le Blanc & Marizot, 2000). No estudo de Komatsu (2014), no entanto, essa variável não diferenciou os *clusters* formados por alunos de escolas públicas. Dentro disso, o autor (Komatsu, 2014) considera a possibilidade de no conjunto de adolescentes investigados a atitude violenta ser comum a todos os adolescentes de maneira que não seja efetiva para diferenciar os níveis de engajamento infracional.

Por fim, no que se refere ao constructo “problemas com a polícia e justiça”, o *cluster 5* se diferenciou dos demais, o que é coerente com o dado da delinquência autorrevelada, tendo em vista que o grupo revelou uma quantidade muito superior de delitos comparados aos outros grupos, o que certamente se compatibiliza com uma maior probabilidade de se fazer

abordar pela polícia e, eventualmente, ser processado na Justiça Juvenil. Infelizmente, o Questionário não aborda essa questão de forma mais detalhada. É certo que o fato de “ter problemas” com as agências de controle formal, na medida em se torna conhecido por terceiros como, por exemplo, os profissionais da escola, é suscetível de gerar estigmatizações/rotulações e essas de concorrer para processos que ampliam as dificuldades pessoais e sociais vividas por esses jovens e, com isso, o próprio engajamento infracional (Komatsu, 2014).

Assim, em síntese, no que diz respeito à comparação dos *clusters* formados em função do nível de engajamento infracional, pode-se dizer que aqueles com menor engajamento infracional apresentam maior apego aos pais, percebem o ambiente escolar pouco desorganizado e violento, possuem uma rotina organizada, frequentam poucos pares antissociais e os valores antissociais, a atitude violenta e a impulsividade são baixas. Os adolescentes que apresentaram maior engajamento infracional se caracterizaram por apresentar baixo apego aos pais e comparativamente aos adolescentes com menor nível de engajamento infracional percebem a escola como um ambiente mais hostil e desorganizado, possuem mais pares antissociais, rotina mais desorganizada e são mais impulsivos, apresentando mais valores antissociais e atitude violenta.

Com relação à comparação entre os resultados obtidos por Komatsu (2014), a partir da coleta de dados em escolas públicas, e os obtidos no presente estudo, a partir da coleta de dados em escolas particulares, destacam-se em primeiro as diferenças significativas entre os grupos estudados quanto à prevalência geral de comportamentos antissociais, divergentes e delituosos. O grupo de adolescentes recrutados em escolas públicas apresentou maiores prevalências nos três constructos mensurados, apontando para uma possível associação, direta ou indireta, entre condições socioeconômicas e comportamento antissocial. Este dado diverge, em parte, de estudos na área (Furnham & Thompson, 1991; Gutierrez & Shoemaker, 2008; Junger-Tas, 1994b), que se colocaram questões sobre essa associação, tendo concluído que não existiriam tal associação entre a prevalência e a frequência de comportamentos delituosos e o nível socioeconômico, mas tão somente entre os tipos de comportamentos antissociais, especialmente os delituosos, e os diferentes segmentos sociais.

Focalizando, especificamente, os comportamentos divergentes, poucas diferenças em meio aos adolescentes recrutados em escolas públicas e privadas foram observadas. Enquanto os adolescentes recrutados em escolas públicas, associadas a níveis socioeconômicos médios e baixos, revelaram mais comportamentos de consumo de álcool, quando se desconsidera o consumo frequente, e o de cabular aula. Os alunos recrutados em escolas particulares,

associadas a níveis socioeconômico altos, apresentaram maior prevalência de consumo frequente de bebidas alcoólicas. Com relação a comportamentos de uso de maconha e outras drogas, assim como com relação à direção sem CNH, não foram identificadas diferenças significativas entre as diferentes amostras.

Em relação ao uso frequente de bebidas alcoólicas, os resultados corroboraram o encontrado por Gutierrez e Shoemaker (2008) e Savolainen et al. (2013) que identificaram que adolescentes provenientes de níveis socioeconômicos mais elevados consomem bebidas alcoólicas mais frequentemente, provavelmente devido ao maior acesso que têm ao produto. Os resultados também foram coincidentes ao de McArdle et al. (2002), no que se refere ao uso de maconha e de outras drogas, uma vez que esses autores concluíram que não há diferenças entre jovens de diferentes estratos econômicos em relação a esse comportamento divergente. Presume-se que, enquanto o consumo de ilícitos pelos jovens de classes mais baixas seja suscitado e até mesmo estimulado pelas características dos contextos comunitários em que vivem (Ruotti et al., 2011), os jovens das classes mais abastadas tenham o consumo destas substâncias facilitado pelos recursos econômicos disponíveis (Savolainen et al., 2013). Segundo Komatsu e Bazon (2015), no entanto, o uso de substâncias ilegais é muito difundido entre jovens judicializados, existindo diferenças entre o padrão de consumo observado entre esses adolescentes e os escolares.

Quanto à diferenças encontradas entre os grupos no comportamento divergente de cabular aula, o tipo de escola provavelmente explica o resultado. É esperado que as escolas privadas exerçam maior controle sobre a frequência de seus alunos, o que deve acabar por coibir esse comportamento na maioria. Além disso, a homogeneidade da amostra dos adolescentes das escolas privadas no tocante ao (bom) desempenho escolar e ao valor (positivo) atribuído à escolarização, confirma, em alguma medida, o fato de que cabular aula não seja efetivamente um comportamento significativo neste contexto. É possível, inclusive, que o bom desempenho e o valor positivo atribuído à escolarização favoreçam a auto inibição do comportamento de cabular aulas.

Em relação aos comportamentos delituosos, os delitos de lesão corporal com uso de instrumento, furto no interior de veículos, roubo de veículos e tráfico, não se diferenciaram entre os adolescentes das duas amostras, denotando-se baixas prevalências para todos esses delitos. No estudo de Komatsu e Bazon (2015), esses apresentaram prevalência maior em meio a adolescentes judicializados, o que permite inferir que se trata de tipos de delitos que compõem o repertório daqueles que passam a apresentar um engajamento infracional mais

significativo, o que não corresponde à maioria dos adolescentes estudantes, recrutados em escolas públicas e particulares.

Em meio aos adolescentes de escolas privadas houve, contudo, maior prevalência do delito de lesão corporal. Esse resultado não era esperado, visto que a prevalência de delitos relacionados à violência interpessoal / agressão física foram mais revelados por adolescentes de níveis socioeconômicos mais baixos, em outros estudos anteriores (Gutierrez & Shoemaker, 2008; Junger-Tas, 1994b). No entanto, Kim et al. (2016) argumentam que, diante do efeito de fatores de proteção, o baixo nível socioeconômico não é relevante para determinar a prática de delitos de violência. É possível especular, a respeito da alta prevalência desse delito em meio aos adolescentes de níveis socioeconômicos mais altos, que crianças e adolescentes do sexo masculino, de todos os níveis socioeconômicos, são muitas vezes incentivadas a expressarem agressividade, característica associada à masculinidade. Dessa maneira, esse tipo de comportamento é naturalizado e pouco repreendido quando manifestado por jovens do sexo masculino.

Já em meio aos adolescentes das escolas públicas, observaram-se maiores prevalências dos delitos dano (dado compatível ao encontrado por Gutierrez e Shoemaker [2008]), receptação, furto em estabelecimentos comerciais e furto e roubo de pessoas (corroborando, também, os dados de Gutierrez e Shoemaker [2008] e os encontrados na cidade de Belfast, por ocasião do *Internacional Self Reported Delinquency-I*, reportados por Junger-Tas [1994], que identificaram prevalências maiores de delitos contra propriedade em níveis socioeconômicos mais baixos). Os delitos de rixa e maus tratos a animais também foram mais prevalentes nessa amostra. Tais diferenças podem refletir os aspectos sociais que impactam de maneira diferenciada as duas amostras. Romão e Wadi (2010), Resende e Andrade (2011) e Ruotti et al. (2011) verificaram que os contextos comunitários exercem influência nos índices de criminalidade e na vulnerabilidade do adolescente ao crime. Nos estudos focalizados na comparação aqui apresentada, os contextos comunitários em que se socializam os adolescentes são certamente diferentes. Estudos com esta perceptiva poderiam ser implementados de modo a melhorar o conhecimento dos determinantes comunitários do comportamento social dos jovens, tal qual as oportunidades antissociais que se lhes apresentam em cada qual.

Ademais, considerando os resultados aqui encontrados a respeito das variáveis escolares, é possível que o comportamento dos adolescentes dos estratos socioeconômicos mais elevados seja mais controlado pela escola, que essa funcione como uma barreira para o agir delituoso, uma vez que eles devem gastar mais horas do dia nesse contexto e em

atividades acadêmicas, o que lhes afasta, em certa medida, de atividades comunitárias, sem supervisão. Dentro disso, as menores prevalências de comportamentos delituosos, em geral, e dos delitos violentos, em particular, em meio aos adolescentes das escolas particulares, é compreensível.

Em síntese, as diferenças encontradas entre os dois grupos (alunos de escola pública e privada) podem, em parte, ser explicadas ao considerar que a condição socioeconômica é uma variável de contexto na regulação do comportamento delituoso, ou seja, ela atua mais propriamente por intermédio da qualidade das instituições de ensino e das características dos bairros de residência e, eventualmente, moderando o efeito de outras variáveis sobre o comportamento antissocial, como as do domínio família e do domínio pessoal (Le Blanc, 1997). Nesse sentido, o nível socioeconômico seria moderador do efeito dos fatores de risco e de proteção na manifestação de comportamentos antissociais (Defoe et al., 2013; Gault-Sherman; 2013 e Hemphill et al, 2016).

Ademais, constatou-se, a partir das referências bibliográficas que a associação da prevalência e da frequência de comportamentos antissociais ao fator socioeconômicos varia entre as diferentes nações que realizaram estudos buscando entender essa relação (Furnham & Thompson, 1991; Gault-Sherman, 2013; Gutierrez & Shoemaker, 2008; Junger-Tas, 1994; Özbay & Özcan, 2006). É, portanto, provável que o impacto das condições materiais propiciadas aos cidadãos seja mediada pela cultura de cada país. Também nesse espectro, Savolainen et al. (2013), ao analisar o impacto do nível socioeconômico nos comportamentos sociais dos jovens, em diferentes países, verificaram que quando se controlam variáveis educacionais e ocupacionais nas populações, as quais são, grosso modo, indicadores de condição socioeconômica, características pessoais se tornam mais relevantes na explicação dos comportamentos antissociais. Esse dado ajuda, inclusive, a explicar os resultados do presente estudo, levando em conta o contexto brasileiro, uma vez que as análises envolvendo os adolescentes provenientes das escolas privadas, ou seja, dos estratos socioeconômicos mais elevados, denotaram que as características pessoais se sobressaíram aos fatores sociais/contextuais no efeito sobre o engajamento infracional, ao passo que para as escolas públicas, ou seja dos estratos socioeconômicos médios e baixos, os aspectos sociais mostraram-se mais marcantes na diferenciação dos níveis de engajamento infracional (Komatsu, 2014).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como esperado, os resultados encontrados no presente estudo indicam que a manifestação de comportamentos delituosos e divergentes esporádicos e ocasionais é comum em meio aos adolescentes, mesmo quando esses pertencem às classes socioeconômicas elevadas. Tal fenômeno já foi verificado em estudos realizados em diferentes países (Gutierrez & Shoemaker, 2008; Hartjen & Priyadasini, 2003; Houghton et al. 2013; Junger-Tas, 1994; Komatsu & Bazon, 2015; Kronh et al, 2010). Foi possível, ainda, aglomerar os adolescentes de acordo com o nível de engajamento infracional, concluindo que, apesar de os comportamentos antissociais serem comuns, apenas uma pequena parcela (no caso da amostra investigada 11%) apresenta padrões de conduta delituosa mais preocupante, porque denotam mais engajamento infracional.

O *cluster* que reuniu adolescentes que teriam um nível de engajamento infracional mais significativo caracterizou-se por apresentar maior diversidade e frequência de comportamentos delituosos, além de ter se diferenciado, também, dos demais com médias maiores em constructos avaliando importantes reguladores do comportamento social: valores antissociais, atitude violenta, impulsividade, experiência/percepção de violência escolar e de escola desorganizada, rotina desorganizada e associação a pares antissociais, e concomitantemente menor média em apego aos pais. Ademais, esses mesmos adolescentes teriam tido significativamente mais problemas com polícia e com a justiça. Esses dados mostram que quando aspectos sociais mais gerais, como condição socioeconômica, são controlados na amostra, aspectos pessoais e sociais proximais se sobressaem no efeito que exercem sobre o engajamento infracional de adolescentes.

Ao comparar as amostras de adolescentes recrutados em escolas públicas e privadas e verificar diferenças significativas em relação a manifestação de alguns tipos comportamentos delituosos, a influência de aspectos sociais tais como classe social, condicionante dos contextos sociais onde se processa a socialização dos jovens, torna-se mais evidente, denotando-se que quanto maior a vulnerabilidade social dos adolescentes, mais eles estariam suscetíveis a se envolver em determinados delitos, porque esta parece favorecer a exposição às influências e às oportunidades antissociais.

Diante desses resultados sugere-se que as políticas públicas que visam minimizar a criminalidade/a delinquência devem abranger diferentes estratos sociais, sobretudo, devido ao fato de que o comportamento mais prevalente entre os adolescentes de nível socioeconômico alto é a lesão corporal, delito violento que pode continuar a ser praticado após a adolescência,

transmutando-se em violência doméstica, por exemplo, com importantes repercussões para todos os envolvidos.

Nesse sentido, é interessante que estudos futuros investiguem a trajetória desses adolescentes de estratos sociais privilegiados, apresentando um nível de engajamento infracional mais severo, de modo a observar o desenvolvimento do problema e o dos próprios adolescentes, até que se tornem adultos. O nível socioeconômico continuará moderando fatores que favorecem e/ou inibem a criminalidade no futuro desses jovens? Em relação às diferenças encontradas entre adolescentes de diferentes estratos econômicos, estudos futuros podem esclarecer quais aspectos dos contextos sociais tornam crianças e adolescentes mais suscetíveis às adversidades.

Embora relevante, ao se propor investigar adolescentes que ainda não haviam sido pesquisados na realidade brasileira (adolescentes de nível socioeconômico alto), em termos de comportamentos divergentes e delituosos, o presente estudo apresenta algumas limitações. A amostra poderia ser maior e abranger adolescentes provenientes de diferentes regiões brasileiras, considerando que existem diferenças culturais a serem consideradas. Existem limites também inerentes ao instrumento utilizado, sendo ele muito genérico, às vezes inespecífico, ao tratar de alguns comportamentos como lesão corporal e bebidas alcoólicas, assim como do apoio social. O fato de ser longo também pode afetar a produtividade dos adolescentes ao respondê-lo. Ademais, embora a intenção fosse investigar adolescentes de níveis socioeconômicos mais elevados, o que motivou recrutar a amostra apenas em escolas particulares, o fato de adotar tal delineamento para a formação da amostra pode ter afetado o fenômeno investigado. O ideal teria sido recrutar adolescentes de nível socioeconômico alto que estivessem estudando em diferentes tipos de estabelecimentos educacionais, embora tal delineamento para a composição da amostra seja de mais difícil operacionalização.

6 REFERÊNCIAS

- Adorno, S., Bordini, E. B. T. & Lima, R. S. (1999). O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. *São Paulo em Perspectiva*, 13(4), 62-74.
- Adorno, S. & Pasinato, W. (2010). Violência e impunidade penal: da criminalidade detectada à criminalidade investigada. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 3(7), 51-84.
- Alves, F. M. (2016). *Comportamento social na adolescência: as normas e a rotina na regulação da conduta delituosa*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Alves, M. T. G. & Soares, J. F. (2007). Efeito-escola e estratificação escolar: o impacto da composição de turmas por nível de habilidade dos alunos. *Educação em Revista*, 45, 25-58. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982007000100003>
- Aslund, C., Comasco, E., Nordquist, N., Leppert, J., Orelund, L., & Nilsson, K.W. (2013). Self-reported family socioeconomic status, the 5-HTTLPR genotype, and delinquent behavior in a community-based adolescent population. *Aggressive Behavior*, 39(1), 52-63.
- Bañares, P. A., Pérez-Luco, R., Salvo, S., Roa, G., Jaramillo, K. & Sanhueza, C. (2010). Validación del cuestionario de auto-reporte de comportamiento antisocial en adolescentes: CACSA. *Revista Paidéia*, 20(47), 291-302.
- Barberet, R., Bowling, B., Junger-Tas, J., Rechea-Alberola, C., Kesteren, J. Van, & Zurawan, A. (2004). *Self-reported juvenile delinquency in England and Wales, the Netherlands and Spain*. Helsinki: HEUNI.
- Barrett, D. E., Katsiyannis, A., Zhang, Dalun, & Zhang, Dake. (2014). Delinquency and recidivism: a multicohort, matched-control study of the role of early adverse experiences, mental health problems, and disabilities. *Journal of Emotional and Behavioral Disorders*, 22(1), 3-15. DOI: 10.1177/1063426612470514
- Bazon, M. R., Komatsu, A. V., Panosso, I. R., & Estevão, R. (2011). Adolescentes em conflito com a lei, padrões de comportamento infracional e trajetória da conduta delituosa: um modelo explicativo na perspectiva desenvolvimental. *Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade* (5): 59-87.
- Biggam, F. B., & Power, K. G. (1999). Social problem-solving skills and psychological distress among incarcerated young offenders: The issue of bullying and victimization. *Cognitive Therapy and Research*, 23(3), 307-323. doi: 10.1023/A:1018795632067

- Bjornebekk, G. & Howard, R. (2012). Sub-types of angry aggression in antisocial youth: relationships with self-reported delinquency and teachers' perceptions of social competence and emotional/behavioural problems. *Personality and Individual Differences*, 53, 312-316
- Bono, E. L. (2015). *Adolescentes em conflito com a Lei: relações entre o comportamento delituoso e o de uso de substâncias psicoativas*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Brandão, Z. & Carvalho, C. P. (2015). Qualidade do ensino, balanço de uma década de pesquisas, *Educação & Sociedade*, 36(131), 445-458.
- Brandão, Z. (1989). Qualidade de ensino: Característica adstrita às escolas particulares? In L. A. Cunha (Coord.), *Escola pública, escola particular e a democratização do ensino* (3a. ed., pp. 95-108). São Paulo: Cortez Editora.
- Camacho, L. M. Y. (2001). As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes. *Educação e Pesquisa*, 27(1), 123-140. 2001.
- Candau, V. M. (2000). Construir ecossistemas educativos – reinventar a escola. In V. M. Candau (Org.), *Reinventar a escola* (pp. 11-15). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Carvalho, M. C. N., & Gomide, P. I. C. (2005). Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos de Psicologia*, 22 (3), 263-275. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2005000300005>
- Castro, J., Cardoso, C., Agra, C. (2010). *Projecto: Observatório da Delinquência Juvenil*. Relatório Final, Escola de Criminologia, Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Porto.
- Cozby, P. C. (2003). *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento*. (P. I. C, Gomide & E. Otta, trans., J. O. Siqueira, rev. técnica.). São Paulo: Atlas. (Obra original publicada em 1977).
- Cunha, L. A. (1991). *Educação, estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora.
- Curi, A. Z. & Menezes-Filho, N. A. (2009, dezembro). Os determinantes dos gastos com educação no Brasil. XXXVII Encontro Nacional de Economia, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil, 37. Recuperado de <http://www.anpec.org.br/encontro2009/inscricao.on/arquivos/000-660e543a38938cb1082bab06da7a6a7d.pdf>

- Cury, C. R. J. & Nogueira, M. A. L. G. (1989). O atual discurso dos protagonistas das redes de ensino. In L. A. Cunha (Coord.), *Escola pública, escola particular e a democratização do ensino* (3a. ed., pp. 65-93). São Paulo: Cortez Editora.
- D'Abreu, L. C. F. (2011). Delinquência auto-revelada em serviço de medidas socioeducativas em meio aberto no Brasil. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 2(2), 154-170.
- Defoe, I. N., Farrington, D. P., Loeber, R. (2013). Disentangling the relationship between delinquency and hyperactivity, low achievement, depression, and low socioeconomic status: analysis of repeated longitudinal data, *Journal of Criminal Justice* 41, 100–107. <http://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2012.12.002>
- Ellis, L., Das, S. (2012). Delinquency, androgens, and the family: a test of evolutionary neuroandrogenic theory, *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 57(8), 966–984. DOI: 10.1177/0306624X12440564
- Enzmann, D. (2013). The impact of questionnaire design on prevalence and incidence rates of ISRD-2 Self-Reported Delinquency: results of an experiment modifying the questionnaire. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 29 (1), 147-177.
- Enzmann, D., Marshall, I. H., Killias, M., Junger-Tas, J., Stekette, M. & Gruszczynska, B. (2010). Self-reported youth delinquency in Europe and Beyond: First results of the second international self-reported delinquency study in the context of police and victimization data. *European Journal of Criminology*, 7(2), 159-183.
- F, J., Yu, J. J. (2016). First delinquent behavior among pre-pubescent children: a development paradigm alongside family SES, *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 60(14), 1609–1622. DOI: 10.1177/0306624X15581456
- Fagan, A. A., Wright, E. M., Pinchevskyc, G. M. (2015). Exposure to violence, substance use, and neighborhood context, *Social Science Research*, 49, 314–326. <http://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2014.08.015>
- Farrington, D.P. (2001). What has been learned from self-reports about criminal careers and the causes of offending? London: Home Office Online Report. Disponível em: http://www.crim.cam.ac.uk/people/academic_research/david_farrington/srdrep.pdf Acesso em: Fevereiro de 2014.
- Farrington, D. P., Loeber, R., Stouthamer-Loeber, M., Kammen, W. B. Van & Schmidt, L. (1996). Self-reported delinquency and a combined delinquency seriousness scale based on boys, mothers, and teachers: Concurrent and predictive validity for African-americans and Caucasians. *Criminology*, 34(4), 493-517.

- Furnham, A., Thompson. (1991). Personality and self-reported delinquency. *Person. individ. Diff*, 12(6), 585-593.
- Formiga, N. S., Aguiar, M., & Omar, A. (2008). Busca de sensação e condutas anti-sociais e delitivas em Jovens. *Psicologia Ciência e Profissão*, 28(4), 668-681.
- Franco, M. G. O. (2015). *Processamento de informação social e agravamento da conduta infracional em adolescentes em conflito com a lei*. Projeto de pesquisa de Mestrado em Psicologia, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.
- Gadelha-Cardoso, F. L. M., Cecchetto, F. R., Corrêa, J. S., & Souza, T. O. (2016). Homicídios no Rio de Janeiro, Brasil: uma análise da violência letal. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(4), 1277-1288. DOI: 10.1590/1413-81232015214.14712015
- Galvão., G. M., & Martins, T. C. (2013). Criminalização da pobreza: o produto de uma violência estrutural. *Revista Transgressões, Ciências Criminais em Debate*, 1(2), 42-65. Recuperado em <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/6576/5089>
- Gault-Sherman, M. (2013). The gender gap in delinquency: does sex matter?, *Deviant Behavior*, 34(4), 255–273. <http://dx.doi.org/10.1080/01639625.2012.735610>
- Gazignato, Elaine, C. S. (2006). *O perfil do adolescente autor de ato infracional grave, no Estado de São Paulo: Tendências sociodemográficas*. Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Goertzel, T. & Kahn, T. (2009). The great São Paulo homicide drop, *Homicide Studies*, 13(4), 398-410.
- Gutierrez, F. C. & Shoemaker, D. J. (2008). Self-reported delinquency of high school students in Metro Manila gender and social class. *Youth & Society*, 40 (1), 55-85.
- Hartjen, C. A., & Priyadarsini, S. (2003). Gender, peers, and delinquency: A study of boys and girls in rural France. *Youth & Society*, 34, 387-414.
- Heaven, P. C. L. (1996). Personality and self-reported delinquency analysis of the “Big-Five” personality dimensions. *Person. Individ. Diff*, 20 (1), 47-54.
- Heaven, P. C. L. & Virgen, M. (2001) Personality, perceptions of family, and peer influences and males’, self-reported delinquency. *Personality and Individuall Differences*, 30, 321-331.

- Hemphill, S. A., Heerde, J. A., Scholes-Balog, K. E. (2016). Risk factors and risk-based protective factors for violent offending: a study of young victorians, *Journal of Criminal Justice*, 45, 94–100. <http://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2016.02.012>
- Houghton, H., Tan, C., Khan, U. & Carroll, A. (2013). Rates of self-reported delinquency among western Australian Male and female high school students: the male–female gender gap. *International Journal of Disability, Development and Education*, 60(2), 74-84
- ISP-RJ - Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. (2016a). Relatório juventude e crime: Um estudo a partir das autuações em flagrante no estado do Rio de Janeiro entre 2010 e 2014. Recuperado em 10 de novembro, 2016, de http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/RelJuventudeeCrime2016.pdf
- ISP-RJ - Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. (2016b). Rio de Janeiro: A segurança pública em números: Evolução dos principais indicadores de criminalidade e atividade policial no Estado do Rio de Janeiro – 2003 a 2015. Recuperado em 10 de novembro, 2016, de http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/SegPublica emnumeros.pdf.
- Jackson, A. (2013). Assessing the impact of parental drug use, family structure, and environmental conditions on adolescents' self-reported drug use, serious delinquency and deviant behaviors. *International Journal of Criminology and Sociological Theory*, 6(2), 1103-1124.
- Jolliffe, D. (2013). Exploring the relationship between de Five-Factor Model personality, social factors and self-reported delinquency, *Personality and individual differences*, 55, 47-52.
- Jolliffe, D., Farrington, D. P., Hawkins, D., Catalano, R. F., Hill, K. G. & Kosterman, R. (2003). Predictive, concurrent, prospective and retrospective validity of self-report delinquency. *Criminal Behavior and Mental Health*, 13, 179-197.
- Junger-Tas, J. (1994a). The international self-report delinquency study: some methodological and theoretical issues. In J. Junger-Tas, G. J., Terlouw, G. J., & M. W. Klein. (Eds.). *Delinquent behavior among young people in the Western World - first results of the international self-report delinquency study*. (pp. 1-13). Kugler Publications, Amsterdam/ New York.
- Junger-Tas, J. (1994b). Delinquency in thirteen western countries: some preliminary conclusions. In J. Junger-Tas, G. J., Terlouw, G. J., & M. W. Klein. (Eds.). *Delinquent behavior among young people in the Western World - first results of the international self-report delinquency study*. (pp. 372-382). Kugler Publications, Amsterdam/ New York.

- Kamakura, W., & Mazzon, J. A. (2016). Critérios de estratificação e comparação de classificadores socioeconômicos no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, 56 (1), 55-70. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020160106>
- Komatsu, A. V. (2014). *Comportamentos antissociais em adolescentes do sexo masculino: um estudo exploratório da cidade de Ribeirão Preto – SP*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Komatsu, A. V. & Bazon, M. R. (2015). Caracterização de adolescentes do sexo masculino em relação a comportamentos antissociais. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y juventude*, 13 (2), 725-735.
- Krohn, M. D, Thornberry, T. P., Gibson, C. L. & Baldwin, J. M. (2010). The development and impact of self-report measures of crime and delinquency. *Journal of Quantitative Criminology*, 26(3), 509-52.
- Kim, B.K. E., Gilman, A. B., Hill, K. G., Hawkinsc J. D. (2016). Examining protective factors against violence among high-risk youth: findings from the Seattle social development project, *Journal of Criminal Justice*, 45, 19–25. <http://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2016.02.015>
- Lane, J., Turner, S., Fain, T., & Sehgal., A. (2007). The effects of an experimental intensive juvenile probation program on self-reported delinquency and drug use. *Journal of Experimental Criminology*, 3, 201–219. DOI 10.1007/s11292-007-9038-9
- Laros, J. A., Marciano, J. L. & Andrade, J. M. (2012). Fatores associados ao desempenho escolar em Português: um estudo multinível por regiões. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 20 (77), 623-646.
- Lima, R. S. (2005). *Contando crimes e criminosos em São Paulo: uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Le Blanc, M. (1997). A regulação social e pessoal da conduta delituosa. In *Manuel sur des mesures de l'adaptation sociale et personnelle pour les adolescents québécois, régulation sociale et personnelle de la conduite marginale*. (R. Estevão, trad., M. R. Bazon, rev. técnica). École de psychoéducation. Université de Montréal, Montréal.
- Le Blanc, M. (2003). Trajetórias de delinquência comum, transitória e persistente: uma estratégia de prevenção diferencial. In: I. Alberto (org.) *Comportamento Antissocial: Escola e Família* (pp. 31-80). Coimbra: Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra.

- Le Blanc, M., & Loeber, R. (1998). Developmental criminology updated. *Crime and Justice: An Annual Review of Research*, 23, 158-198.
- Le Blanc, M., & Marizot, J. (2000). Trajectoires délinquantes commune, transitoire et persistante: une stratégie de prévention différentielle. In F. Vitaro & C. Gagnon (Eds.), *La prévention des problèmes d'adaptation chez les enfants et les adolescents* (Vol. 2, 291-334). Québec : Les Presses de l'Université du Québec.
- Le, T. N., Monfared, G & Stockdale, G. D. (2005). The relationship of school, parent, and Peer Contextual factors with Self-Reported. *Crime and Delinquency*, 51, 192- 217.
- Liu, W. M., Ali, S. R., Soleck, G., Hopps, J., Dunston, K., & Pickett Jr., T. (2004). Using social class in counseling psychology. *Research Journal of Counseling Psychology*, 51(1), 3-18.
- Loeber, R., Slot, N.W., Laan, P.H. Van der, & Hoeve, M. (2008). *Tomorrow's Criminals: the development of child delinquency and effective interventions*. Farnham: Ashgate, p. 5.
- Luengo, M. A., Otero, J. M., Romero, E., Gómez-Fraguela, J. A. & Tavares-Filho, E. T. (1999). Análisis de ítems para la evaluación de la conducta antisocial: un estudio transcultural. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación Psicológica*, 7(1), 21-36.
- Lucia, S. & Killas, M. (2011). Is animal cruelty a mark of interpersonal violence and delinquency? Results of a Swiss National self-report study. *American Psychological Association*, 1 (2), 93-105.
- MacQueen, J. B. (1967): "Some Methods for classification and Analysis of Multivariate Observations, Proceedings of 5-th Berkeley Symposium on Mathematical Statistics and Probability", Berkeley, University of California Press, 1:281-297.
- Maldonado-Molina, M. M., Piquero, A. R., Jennings, W. G., Bird, H. e Canino, G. (2009). Trajectories of delinquency among puerto rican children and adolescents at two sites. *Journal Of Research in Criminal and Delinquency*, 46(2), 144-181.
- McArdle, P. et al. (2002). European adolescent substance use: the roles of family structure, function and gender. *Society for the Study of Addiction to Alcohol and Other Drugs Addiction*, 97, 329-336.
- Meldrum, R. C. & Boman, J. H. (2013). Similarities and differences between perceptions of peer delinquency, peer self-reported delinquency, and respondent delinquency: An analysis of friendship. *Journal of Criminal Justice*, 41, 395-406.

- Meldrum, R. C., Young, J. T. N. & Weerman, F. M. (2009). Reconsidering the effect of self-control and delinquent peers: implications of measurement for theoretical significance. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 46(3), 353-376.
- Morris, A. M. & Slocum, L. A. (2010). The validity of self-reported prevalence, frequency, and timing of arrest: An evaluation of data collected using a life event calendar. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 47(2), 210-240.
- Özbay, Ö., Özcan, Y. Z. (2006). Classic Strain Theory and gender the Case of Turkey. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 50 (1), 21-38.
- Özbay, Ö. (2006). Class and self-reported juvenile delinquency: Evidence from Turkey. *Journal of Criminal Justice*, 34, 237-249
- Painter, K. A., Farrington, D. (2001). Evaluating situational crime prevention using a young people's survey. *The British Journal Criminology*, 41(2), 266-284.
- Palmer, E. J. & Hollin, C. R. (1997). The influence of perceptions of own parenting on social moral reasoning, attributions for criminal behavior, and self – reported delinquency. *Personality and Individual Differences*, 23 (2), 93-97.
- Palmer, E. J. & Hollin, C. R. (2000). The interrelations of socio-moral reasoning, perceptions of own parenting and attributions of intent with self-reported delinquency. *Legal and Criminological Psychology*, 5, 201-218
- Palmer, E. J. & Hollin, C. R. (2001). Sociomoral reasoning perceptions of parenting and self-reported delinquency in adolescents. *Appl. Cognit. Psychol.*, 15, 85-100.
- Peiser, C. P. & Heaven, P. C. L. (1996). Family influences on self-reported delinquency among high school students. *Journal of Adolescence*, 19, 557-568.
- Peixoto, B. T., Lima, R. S. & Durante, M. O. (2004). Metodologias e criminalidade violenta no Brasil, *São Paulo em Perspectiva*, 18(1), 13-21.
- Piquero, A. R., Farrington, D. R., & Blumstein, A. (2003). The criminal career paradigm. *Crime and Justice*, 30, 359-506.
- Piquero, A. R., Farrington, D. P., Nagin D. S., Moffitt, T. E. (2010). Trajectories of offending and their relation to life failure in late middle age: findings from the Cambridge study in delinquent development. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 47(2), 151-173.

- Piquero, A. R., Macintosh, R. & Hickman, M. (2002). The Validity of Self-Reported Delinquency Scale: Comparisons across gender, age, race and place of residence. *Sociological Methods and Research*, 30(4), 492-529.
- Resende, J. P. & Andrade, M. V. (2011). Crime social, castigo social: Desigualdade de renda e taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros, *Estudos econômicos*, 41 (1), 173-195.
- Roberts, J. & Wells, W. (2010). The validity of criminal justice contacts reported by inmates: A comparison of self-reported data with prison records. *Journal of Criminal Justice*, 38(5), 1031-1037.
- Romão, F. P. & Wadi, U. M. (2010). Espaço urbano e criminalidade violenta: análise da distribuição espacial dos homicídios no município de Cascavel/PR, *Revista de Sociologia e Política*, 18(35), 207-230.
- Ruotti, C., Massa, V. C. & Peres, M. F. T. (2011). Vulnerabilidade e violência: uma nova concepção de risco para o estudo dos homicídios de jovens, *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 15(37), 377-389.
- Salgado, F. S. (2014). *Comportamentos divergentes e infracionais autorrevelados em adolescentes do sexo feminino e variáveis psicológicas e sociais associadas*. Projeto de pesquisa de Doutorado em Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Santos, D. J. F., Alberto, I. M. M., Marques, C. M. V. A. (2016). The structured interview of family assessment risk: convergent validity, inter-rater reliability and structural relations, *Child and Adolescent Social Work*, 33(6), 487-497. DOI 10.1007/s10560-016-0444-6
- Savolainen, J., Hughes, L. A., & Bjamason, T. (2013). Cross-national variation in socioeconomic status and delinquency: a comparative study of adolescents from 26 European countries. *Comparative Sociotogy*, 12, 677-704. DOI: U).116S/15691330-12341280
- Schreck, C. J., Burek, M. W., & Clark-Miller, J. (2007). He sends rain upon the wicked: a panel study of the influence of religiosity on violent victimization. *Journal of Interpersonal Violence*, 22(7), 872-893. 10.1177/0886260507301233
- Shears, F. K., & Furman, R. (2005). Examining interpersonal relationship predictors of delinquency across ethnic and racial samples. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 22 (3-4), 281-299. DOI: 10.1007/s10560-005-0012-y

- Silva, A. P. S. (1999). *O jovem em conflito com a lei na cidade de Ribeirão Preto (SP): 1986-1996*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Spencer, M. B., Jones-Walker, C. (2004). Interventions and services offered to former juvenile offenders reentering their communities: *An analysis of program effectiveness youth violence and juvenile justice*, 2 (1), 2004 88-97.
- Soares, J. F. & Andrade, R. J. (2006). Nível socioeconômico, qualidade e equidade das escolas de Belo Horizonte. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 14 (50), 107-126.
- Tavares, P. A., & Pietrobon, F. C. (2016). Fatores associados à violência escolar: evidências para o Estado de São Paulo. *Estudos Econômicos*, 46 (2), 471-498. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-416146277ptf>
- Terra, R., Zoghbi, A. C. & Felício, F. (2012). Produtividade relativa dos setores público e privado em educação: impactos sobre a escolha da escola pela família, *Economia Aplicada*, 16(4), 579-611.
- Toledo, G. W. (2006). *A delinquência juvenil no Estado de São Paulo: características, evolução e tendências observadas entre os anos de 1950, 1960, 1979, 1985, 1995, 2000, 2001 e 2002*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Vogel, M., Barton, M. S. (2011). Impulsivity, school context, and school misconduct, *Youth & Society*, 45(4), 455–479. DOI: 10.1177/0044118X11421941
- Ward, J. H. (1963). Hierarchical grouping to optimize na objective function. *Journal of the American Statistical Assosiation*, vol. 58, issue 308, pp. 236-244.
- Whyte, B. (2004). Responding to Youth Crime in Scotland. *British Journal of Social Work*, 34, 395–411.
- Zara, G., Farrington, D. P. (2009). Childhood and adolescent predictors of late onset criminal careers. *Journal Youth Adolescence*, 38(3), 287-300.
- Zhang, L. & Messner, S. F. (2000). The Effects of Alternative Measures of Delinquent Peers on Self-Reported Delinquency. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 37, 323-337.

ANEXOS

ANEXO 1 - CAEE 39023014.8.0000.5407

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Comitê de Ética em Pesquisa

Campus de Ribeirão Preto

Of. CEP/FFCLRP-USP/133/-vjm

Ribeirão Preto, 15 de dezembro de 2014

Prezada Pesquisadora,

Comunicamos a V. Sa. que o projeto de pesquisa intitulado "COMPORTAMENTO SOCIAL NA ADOLESCÊNCIA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NA CIDADE DE UBERABA-MG" foi analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP-USP, em sua 139ª Reunião Ordinária, realizada em 11.12.2014, e enquadrado na categoria: **APROVADO** (CAEE n.º 39023014.8.0000.5407).

Solicitamos que eventuais modificações ou emendas ao projeto de pesquisa sejam apresentadas ao CEP, de forma sucinta, identificando a parte do projeto a ser modificada e suas justificativas, e que, ao término do estudo, um relatório final seja entregue, via Plataforma Brasil.

Atenciosamente,

Prof.ª Dr.ª ANDRÉIA SCHMIDT
Coordenadora

À Senhora
Marina Mara Martins Rodrigues Visioli
Programa de Pós-graduação em Psicologia da FFCLRP-USP

c/c:
Profa. Dra. Marina Rezende Bazon
Departamento de Psicologia da FFCLRP USP

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP-USP
Fone: (16) 3632-4811
Fax: (16) 3633-2082 (direto) ou 3633-9015
Avenida Bandeirantes, 3900 - bloco 23 - casa 37 - 14040-901 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
Homepage: <http://www.cepffclrp.usp.br> - e-mail: cepffclrp@ffclrp.usp.br

ANEXO 2 - Termo de Assentimento Dirigido aos adolescentes

TERMO DE ASSENTIMENTO

(Modelo dirigido ao adolescente)

Olá! Meu nome é Marina, sou Psicóloga, e gostaria de convidar você para participar de uma pesquisa que estou desenvolvendo. Nessa pesquisa, intitulada: **“Comportamento social na adolescência: um estudo exploratório na cidade de Uberaba-MG”**, buscarei compreender melhor o estilo de vida dos jovens. Esse conhecimento ajudará a entender melhor o desenvolvimento na adolescência e isso pode ajudar a pensar projetos e intervenções de ajuda para jovens que possam apresentar dificuldades nessa etapa da vida.

Caso seus pais/responsáveis legais tenham autorizado você a participar e você mesmo aceite participar, a pesquisa implica em você responder a um questionário com 60 questões sobre você e alguns aspectos de sua vida, na própria escola em que você estuda. Você vai gastar cerca de 30 minutos com isso.

Sua participação não lhe acarretará nenhum prejuízo, assim como sua decisão em não participar da pesquisa ou de interrompê-la. Os riscos inerentes à pesquisa são muito pequenos. O único risco previsto é um incômodo que você pode viver em ter que pensar sobre alguns temas e falar sobre algumas coisas que para você, eventualmente, sejam percebidas como desconfortáveis. Nessa situação, você poderá escolher se quer ou não participar e poderá desistir da participação a qualquer momento, sendo que não há qualquer consequência ou problema para você ou para a sua família decorrente da desistência. Não são previstos, também, benefícios diretos a você.

Suas respostas serão anônimas, ou seja, você não deverá se identificar pessoalmente no questionário. As respostas de todos os alunos que vierem a participar da pesquisa serão analisadas em conjunto e os resultados do conjunto serão divulgados e publicados em meios e contextos científicos, sendo impossível proceder à identificação individual dos participantes, havendo também cuidado para dificultar a identificação da Instituição onde os questionários foram aplicados.

Este trabalho será uma contribuição voluntária e nenhum participante receberá pagamento pela participação.

Caso aceite participar, você receberá uma via deste documento e uma outra via, assinada por você, ficará comigo.

Se você tiver alguma dúvida em relação ao estudo, você deve me contatar (Marina Mara Martins Rodrigues Visioli [(34) 91176232] ou contatar a professora Marina, que orienta esta pesquisa [(16) 3602-3830].

Outra opção para esclarecimento de dúvidas é entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa que coordena este projeto. Os dados para contato com o comitê estão ao final desta página, no rodapé. Importante informar que esse órgão se destina *exclusivamente* ao esclarecimento de dúvidas sobre questões éticas relativas a essa pesquisa.

Obrigada!

DECLARO QUE ESTOU CIENTE DAS INFORMAÇÕES ACIMA E ACEITO PARTICIPAR DA PESQUISA.

Eu li e discuti com o pesquisador responsável pelo presente estudo os detalhes descritos neste documento. Entendo que sou livre para aceitar ou recusar a participação, e que posso deixar de participar a qualquer momento. Eu tive a oportunidade para esclarecer minhas dúvidas e entendi a informação apresentada neste Termo de Assentimento.

_____	_____	____/____/____
Nome da participante	Assinatura	Data

Nome da Pesquisadora: Marina Mara Martins Rodrigues Visioli

Assinatura da pesquisadora: _____ Data ____/____/____

Orientadora: Profa. Dra. Marina Rezende Bazon

Assinatura da orientadora: _____ Data ____/____/____

ANEXO 3 - Termo de consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Olá! Meu nome é Marina Mara Martins Rodrigues Visioli, sou pesquisadora vinculada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, a USP, sob a orientação do Profa Dra Marina Rezende Bazon.

Pela presente, dirijo-me a V. S. como pesquisadora, para lhe pedir autorização para convidar seu/sua filho/a a participar da pesquisa que estou desenvolvendo, para a realização do meu Mestrado. A pesquisa se chama **“Comportamento social na adolescência: um estudo exploratório na cidade de Uberaba-MG”**. A proposta central da pesquisa é conhecer o que pensam e como se comportam os adolescentes na atualidade, frente a alguns temas e situações que normalmente interessam essa faixa etária. Esse conhecimento ajudará a entender melhor o desenvolvimento na adolescência e isso pode ajudar a pensar projetos e intervenções de ajuda para alguns jovens que possam apresentar dificuldades nessa etapa da vida.

Para que ele/a possa participar, é preciso que um de seus pais (ou responsável) autorize, assinando este documento no espaço abaixo especificado.

Caso você o/a autorize e ele/a deseje participar da pesquisa, ele terá que responder a um questionário com cerca de 60 questões sobre o estilo de vida dos jovens. Esse questionário será aplicado **dentro da escola e no período em que ele/a estuda, em um momento cedido por professores, observado o fato de não haver qualquer prejuízo às atividades didáticas do seu/sua filho/a**. A duração para cada participante responder ao questionário é de aproximadamente 30 minutos.

As respostas que seu/sua filho/a vier a dar ao questionário serão anônimas, ou seja, ele/a não se identificará no questionário. As respostas de todos os alunos que vierem a participar da pesquisa serão analisadas em conjunto e os resultados do conjunto serão divulgados e publicados em meios e contextos científicos apenas, sendo impossível, até mesmo para mim, proceder à identificação individual dos participantes. Ademais, por ocasião da divulgação dos resultados da pesquisa em contextos científicos, tomarei também cuidado para dificultar a identificação da Instituição onde os questionários foram aplicados.

Os riscos inerentes à pesquisa são muito pequenos. O único risco previsto é um incômodo que a seu/sua filho/a pode viver em ter que pensar sobre alguns temas e falar sobre algumas coisas que para ele/a, eventualmente, sejam percebidas como desconfortáveis. Nessa situação, ela poderá escolher se quer ou não participar e poderá desistir da participação a qualquer momento, sendo que não há qualquer consequência ou problema para ela ou para sua família decorrente da desistência.

Sua decisão de permitir a participação de/a seu/sua filho/a neste estudo é voluntária, portanto, não haverá pagamento pela participação, mas também não haverá nenhum custo para você ou seu/sua filho/a.

Você pode decidir por não autorizar seu/sua filho/a, e ele pode decidir não participar. Uma vez que você autorize e seu filho decida participar, vocês podem também desistir da participação a

qualquer momento, conforme já mencionado, sem que quaisquer problemas ou consequências decorram disso.

Caso o Senhor/a ou seu/sua filho/a tenham alguma dúvida em relação ao estudo, podem me contatar (Marina Mara Martins Rodrigues Visioli / 91176232) ou à minha orientadora (Profa Dra Marina Rezende Bazon / 16 -3602-3830).

Outra opção para esclarecimento de dúvidas é entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa que coordena este projeto. Os dados para contato com o comitê estão ao final desta página, no rodapé. Importante informar que esse órgão se destina *exclusivamente* ao esclarecimento de dúvidas sobre questões éticas relativas a essa pesquisa.

Desde já obrigada pela atenção!

DECLARO QUE ESTOU CIENTE DAS INFORMAÇÕES ACIMA E AUTORIZO MEU/MINHA FILHO/A A PARTICIPAR DA PESQUISA.

Li este documento e entendo que meu filho é livre para aceitar ou recusar a participação, e que ele pode interromper a participação a qualquer momento que desejar. Eu tive a oportunidade para esclarecer minhas dúvidas e entendi a informação apresentada neste termo de consentimento. Eu receberei uma via assinada e datada deste Documento de Consentimento Informado.

_____	_____	____/____/____
Nome do Responsável	Assinatura	Data

Nome do Pesquisador: Marina Mara Martins Rodrigues Visioli

Assinatura da pesquisadora: _____ **Data** ____/____/____

Nome da orientadora: Profa. Dra. Marina Rezende Bazon

Assinatura da orientadora: _____ **Data** ____/____/____

ANEXO 4 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Banco de Dados

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

BANCO DE DADOS DE PESQUISAS DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Pesquisadora responsável: Marina Rezende Bazon (mbazon@ffclrp.usp.br)

Endereço e telefone: Av. Bandeirantes, 3900 – Ribeirão Preto/SP – Fone: (0xx16)6023830 / Fax: (0xx16) 36023632

Local da Pesquisa: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo

Entendendo que você autorizou a participação de seu filho(a) na pesquisa ***“Comportamento social na adolescência: um estudo exploratório na cidade de Uberaba-MG”***, o propósito deste documento é solicitar sua permissão para que as informações que seu filho vier a fornecer, por meio das respostas dadas por ele nos questionários, possam ser guardadas, com vista a constituir o que nós pesquisadores chamamos de “banco de dados”.

Banco de Dados é o armazenamento de informações de uma pesquisa, como esta que estou realizando, para que essas informações sejam utilizadas, em termos científicos, em outras pesquisas, na mesma área de interesse, futuramente.

As informações obtidas em uma pesquisa são variadas, dependendo do tipo de pesquisa que é realizada. **No nosso caso, as informações armazenadas serão as respostas dos questionários que seu filho(a) der, e essas serão armazenadas como dados em um computador da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, sob a responsabilidade da Professora Marina Rezende Bazon, que é a minha orientadora. Ela se torna responsável por essas informações armazenadas e pode ser contata pelo(a) senhor(a), no endereço e/ou telefone acima indicados, sempre que tiver dúvidas em relação à pesquisa e em relação ao que está sendo feito com o “banco de dados”.**

O objetivo maior disto é de que essas informações possam ser utilizadas futuramente por outros pesquisadores, do mesmo grupo de pesquisa a que pertenço, coordenado pela professora Marina. Esse grupo na USP se interessa pelo

desenvolvimento dos adolescentes em nossa sociedade e pelos diferentes tipos de dificuldades pelas quais os jovens passam nessa fase da vida.

É importante que o(a) senhor(a) saiba que mesmo que diferentes pesquisadores venham a ler e estudar as informações dadas pelo seu filho(a), não será possível identificá-lo visto que os questionários serão respondidos anonimamente; além disso, no Banco de Dados armazenam-se somente indicadores numéricos relacionados às respostas dos adolescentes. Sendo assim, de igual maneira, em outras pesquisas que vierem a ser feitas com as informações dadas pelo seu filho(a) e armazenadas no “banco de dados”, essas não exporão em hipótese alguma a identidade dele(a), assim como na minha pesquisa.

Dessa forma, ao responder o questionário haverá um campo em que seu filho(a) indicará se as respostas por ele fornecidas poderão ser utilizadas para formação do Banco de Dados, em acordo como o que o(a) senhor(a) tiver autorizado nesse sentido.

O sr.(a) poderá, também, a qualquer momento obter informações dos resultados e das formas como os outros pesquisadores vierem a utilizar estes dados, inclusive após o término desta pesquisa que seu filho está participando. Para isso, basta entrar em contato com a Professa Marina Rezende Bazon, responsável pelo Banco de Dados, pelos telefones citados no rodapé desta folha.

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE QUANTO À FORMAÇÃO DE BANCO DE DADOS

Eu li este documento e entendo que meu filho(a) é livre para aceitar ou recusar a participação, e que ele pode interromper a participação a qualquer momento sem precisar se justificar.

Nessas condições, eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados na formação de um Banco de Dados.

Eu entendi a informação apresentada neste Termo de Consentimento. Eu tive a oportunidade para fazer perguntas e todas minhas dúvidas foram esclarecidas.

Quando uma nova pesquisa for realizada utilizando as informações oferecidas por meu filho(a), armazenadas no Banco de Dados, eu gostaria de ser avisado(a).

( ) SIM ( ) NÃO

Eu receberei uma cópia assinada e datada deste Documento de Consentimento Informado.

_____	_____	_____
Nome do Responsável	Assinatura	Data

<u>Marina Mara Martins Rodrigues Visioli</u>	_____	_____
Nome do Pesquisador	Assinatura	Data